ANO III — Nº 27 — Cr$ 10,00

ABRIL DE 1978

COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Entrevista:

MÁRCIO MOREIRA ALVES, O ESTOPIM DE 68

TV EDUCATIVA: NO SUL, UM ESCÂNDALO NO AR

INÉDITO

O DIÁRIO DE MOURÃO FILHO

MEMÓRIAS DE UM CONSPIRADOR

A queda de Jango, segundo o general que botou as tropas na rua e depois rompeu com a Revolução

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig (**editores**), Carlos Rafael Guimarães F°, Elaine Lerner, Lenora Vargas, Luiz Cláudio Cunha, Marco Antônio Schuster, Mariana Wodke, Najar Tubino, Pedro Maciel, Waldoar Teixeira (**repórteres e redatores**), Luís Recena Grassia, Maria da Graça Seligman, Severino Góes (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy, Lucila Camargo, Patrício Renato (**São Paulo**), Gleizer Naves (**Belo Horizonte**), José Maria deAndrade (**Recife**), Hélio Teixeira (**Curitiba**), Paolo Marconi (**Salvador**), Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Luiz Abreu (**Fotografia**), Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Nilson Figueiredo (**Arte**), Jorge Gallina, Lilian Bem David (**diagramação**), Francisco Alba (**Departamento Industrial**), Lindomar Mohnsam da Silva, Estela Maris Leal de Carvalho e Silvia De Ávila Berni (**Revisão**), Carlos Rios (**Produção**), Airton Azambuja, Atil Vineton (**Fotolito**), Paulo Sá, Hélio Pinho, Ivan Carlos Franco, Julio Cesar Romano Martins (**fotocomposição**), Olmiro Lempek, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (**Montagem**).

Gerência
Eládio Dios V. da Cunha

Comercial
Jorge Polydoro (**diretor**), Ênio Lindenbaum e Leonardo Dourado

Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Gilberto Taurino, Térry-mar Ferreira

Números atrasados
À venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605

Registro nº 33170 / Livro A-1

Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (**Presidente**), Osmar Trindade (**Vice-Presidente**), Luiz Cláudio Cunha (**Secretário**), Jorge Olavo de Carvalho Leite, Carlos Karnas, Antônio Oliveira, José Guaraci Fraga, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Bastos, Edgar Vasques (**Conselheiros de Administração**) Hélio Gama, João Borges de Souza, Agnese Schiffino, Carlos Dorneles, Pedro Maciel, Paulo Burd (Conselheiros Fiscais), Jorge Polydoro (diretor-superintendente), Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson de Oliveira, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Osmar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Sérgio Becker, Antonio Gonzales, Carlos Mossmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski, Iara Schilling Pereira, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello F°, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebés de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tasca, Otilia Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockymann, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves F°, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebés Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luis Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luiz Goulart Prévidi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zorano Sanvicente, Riomar Béssio da Trindade, Rômulo Krafta, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coleno, Juvenal B. da Luz Neto, Juan Carlos Gomez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Teixeira, Maria da Graça Seligman, Marcelo Lopes, Ayrton Centeno, Celso Augusto Schroder, Miltom Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Baru Derkin, Lucila Camargo e Paolo Marconi.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Em fins de 1971, o historiador Hélio Silva tomou conhecimento das memórias do general Olympio Mourão Filho. Era um diário que o General escreveu durante quase 25 anos e no qual, a par de sua versão pessoal, registrou dados e episódios preciosos sobre toda a conspiração militar-civil que culminaria com a derrubada do Governo de João Goulart e sobre os acontecimentos que se seguiram à implantação do regime militar de 64.

Mourão participou das primeiras articulações nos quartéis e foi o homem que, num lance de ousadia, precipitou o movimento marchando com o seu Exército, de Minas, para tomar o Rio de Janeiro antes da data prevista por outros chefes revolucionários.

Mas, apesar do valor que atribuiu ao material, Silva não encontrou editora disposta a publicá-lo em livro. Aqueles tempos, a gente sabe, eram extremamente ásperos para quem lidava neste terreno das idéias, das informações, do pensamento enfim. E, assim, alguns dos mais respeitáveis editores do País, depois de lerem o diário de Mourão, consideraram delicado publicá-lo.

O General era um homem de temperamento arrebatado e a linguagem com que narra os fatos e descreve as pessoas não pode ser definida como moderada. Ele chega mesmo a qualificar com escamosos palavrões algumas das figuras mais destacadas da história recente do País. Era natural, portanto, que os cinco volumes contendo as suas anotações diárias ficassem por quase seis anos dormindo numa gaveta do escritório de Hélio Silva.

No ano passado, uma pequena mas ativa editora de Porto Alegre — a L&PM — trata com o historiador da publicação do livro e agora está anunciando o seu lançamento para os próximos meses. São alguns dos capítulos deste livro que antecipamos em seis páginas desta edição, a partir da 15.

● ● ● ● ● ● ●

Todo o mundo está cantarolando, mas poucos devem estar percebendo: este sambão de letra ingênua e deliciosa, intitulado Saco de Feijão, **que a gente ouve por aí, cantado pela Beth Carvalho, é uma coisa muito séria.**

Afinal, há quanto tempo feijão não dá samba neste País onde a comida do povo é feijão e a música do povo é o samba? Para nós, o autor desta façanha merece ao menos ser conhecido. Por isso estamos contando, na página 6, a história de Chico Santana, um crioulo que mora em Madureira, no Rio, e que é o homem que botou o feijão nas paradas.

O Editor

Tiragem desta edição: 31 mil exemplares

SANTIAGO

Humor em sociedade

Quantas sandices, cretinices, bobagens são escritas na Imprensa brasileira! E o pior é que tudo corre impune. Vejam os senhores a nota que saiu publicada na coluna do famoso Tavares de Miranda, colunista do jornal *Folha de São Paulo,* no dia 22 de fevereiro:

"Cristina Caldeira pede o favor de interceder junto à presidência da FAAP para que seu noivo, Francisco Fernandes Neto, obtenha mais um ponto em "Fundações" — Engenharia FAAP (ele ficou dependendo). O professor é Mauri Gotlieb".

Qual é, o Tavares? Qual é, heim Cristina? E você, Francisco, nunca pensou em estudar um pouquinho, em vez de ficar pedindo água?

Marcelo Moreira, São Paulo, SP

Alô, Magalhães

A hora presente impõe o dever de participar. A sociedade não pode assistir inerte o que se passa com o Estado. Não pode aceitar passivamente ser objeto de experiências de controle social, como se fosse um animal aprisionado a que se quisesse apurar a raça.

Participar por amor aos homens. Usando ao máximo a razão. Com espírito de verdade, de justiça. Esforçando-se para superar a inércia, lutando continuamente para vencer o medo. E então servir todos os dias. Olhando de frente os problemas sociais e buscando as melhores soluções.

Iniciei o Movimento Popular de apoio à atitude do senador Magalhães Pinto, dispondo-se à candidatura civil democrática. É um movimento de opinião pública, de adesão por assinaturas.

Já fiz coletas de assinaturas em diversos locais e continuo aceitando adesões, inclusive pelo correio: Alameda Santos, 223, 11º andar, conjunto 111, CEP 01419, São Paulo, Capital.

Marcos Peixoto Mello Gonçalves, São Paulo, SP

10 anos

Começando agora o ano letivo, com a volta de todo efetivo estudantil à cidade, peço que as atenções do *Coojornal* se voltem para esse delicado problema, em que estudantes, por defenderem ideais identificados aos anseios do povo, são sacrificados por uma violência injustificada.

A classe estudantil é apenas mais uma das vozes a se levantar clamando por uma série de coisas consideradas indispensáveis para o livre desenvolvimento de um povo.

Ao se evidenciar os dez anos de "aniversário" da morte do estudante Edson Luís, espera-se que após esta década as autoridades competentes já estejam imbuídas do sentimento de respeito ao clamor de uma das maiores parcelas da população brasileira: a juventude.

José Trindade de Segadas Vianna, Rio de Janeiro, RJ

Jornais em livro

Foi um prazer conhecer o *Coojornal,* que entre outras coisas é o verdadeiro porta-voz da informação sadia e sem preconceitos.

Cláudio Fortes, meu amigo, um profundo estudioso do tema, carrega consigo um precioso conhecimento sobre a historiografia da nossa pouco divulgada arte de noticiar. Gaúcho de Porto Alegre, 27 anos, não se zanga quando é interpelado sobre qualquer assunto. Comentei com ele a carta de Wilmar Lutz Farias, publicada no *Coojornal* nº 26, sobre o fato de não constar em compêndios de História o assunto sobre a guerra dos braços cruzados, reportagem deste jornal. Ele respondeu: "Será? O que você tem em mãos agora é o verdadeiro livro de história que na posteridade servirá como consulta a estudiosos".

Cláudio tem um verdadeiro museu da imagem e do som em sua casa, mas o que mais chamou minha atenção foi o fato de estar executando atualmente a complementação de uma obra que levou 13 anos de pesquisa e que ele qualifica como "Contribuição à Imprensa Brasileira e biografia de um jornalista esquecido". Tem mais ou menos 5 mil páginas e aborda desde a história até a técnica de jornal, e por estados, contando histórias detalhadas.

Cláudio Martinez Gimenez, São Paulo, SP

CARTAS

Agora, um xará

Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar este jornal gaúcho, que considero o melhor do país. Apesar da linguagem muitas vezes enrolada, cansativa, vale a pena pelas matérias que apresenta.

É um jornal deste tipo que sempre planejei e desejei fazer, sonho até hoje impossível, talvez porque tenho apenas 16 anos.

Agradeço especialmente pelas matérias que tocam no nosso obscurecido passado — para os jovens — como é o caso de Getúlio, Jango e o meu predileto, Brizola.

Nasci em 29 de agosto de 1961, na época da Legalidade, e em "homenagem" a ele recebi o nome de Leonel. Mas ser como ele é um sonho muito alto, embora não custe tentar. E ainda penso em conhecê-lo; não sei como, mas creio que uma chance surgirá a qualquer hora. Ainda dou um jeito.

Por enquanto, obrigado pelas reportagens.

Leonel Campos, Camaquã, RS

Onde se lê...

No meu artigo *Agro Brasil, Pastoril,* publicado no penúltimo *Coojornal,* ocorreram alguns erros — sei, por experiência de 12 anos, que qualquer jornal erra — que comprometem o raciocínio e dificultam, se não impossibilitam, a compreensão do leitor. Assim:

No segundo parágrafo após o entretítulo "Clima favorável", onde se lê "só poderia se esgotar num processo", leia-se "só poderia se esgotar e *exigir um* processo". No parágrafo seguinte, onde se lê "em São Paulo, onde ela se confunde com o MDB", leia-se "em São Paulo, *muito mais forte do que no Rio Grande do Sul,* onde ela se confunde com o MDB". No quinto parágrafo deste mesmo entretítulo "Clima favorável", onde se lê "então a equação — como evitar a insolvência — se resolve", leia-se: "Então, a equação — como evitar a insolvência... classe operária?"

Finalmente, no quinto parágrafo do entretítulo "Modelo gaúcho", onde se lê "general Rui Carlos", leia-se "general *R-1* Carlos".

Obrigado.

Jefferson Barros, Rio de Janeiro, RJ

Ordem do Vaqueiro

Permitam-me, amigos, um elogio à coragem de vocês. Vocês merecem a Ordem do Cruzeiro do Sul no seu maior grau, a Nacional do Mérito e até a do Vaqueiro! Coragem!

Lastimo, lastimo que o *Coojornal* não seja lido e pelo povão, pelos que precisam conhecer a verdade desta Fazenda. É uma desgraça saber que o *Coojornal* tem 31 mil exemplares e *Ele Ela* 300 mil, *Cláudia* 1 milhão.

O *Coojornal* deveria ser adotado em todas as escolas superiores do Brasil como jornal-texto. É uma lástima que sua influência seja apenas entre os *burguesotes,* nós. O povão, vocês sabem, não pode ler. O dinheiro mal dá para o feijão bichado, como vão comprar jornal??? O povão está dotado pela fome, está lambendo a caçarola do João Antônio, embora nunca tenha ouvido falar nele...

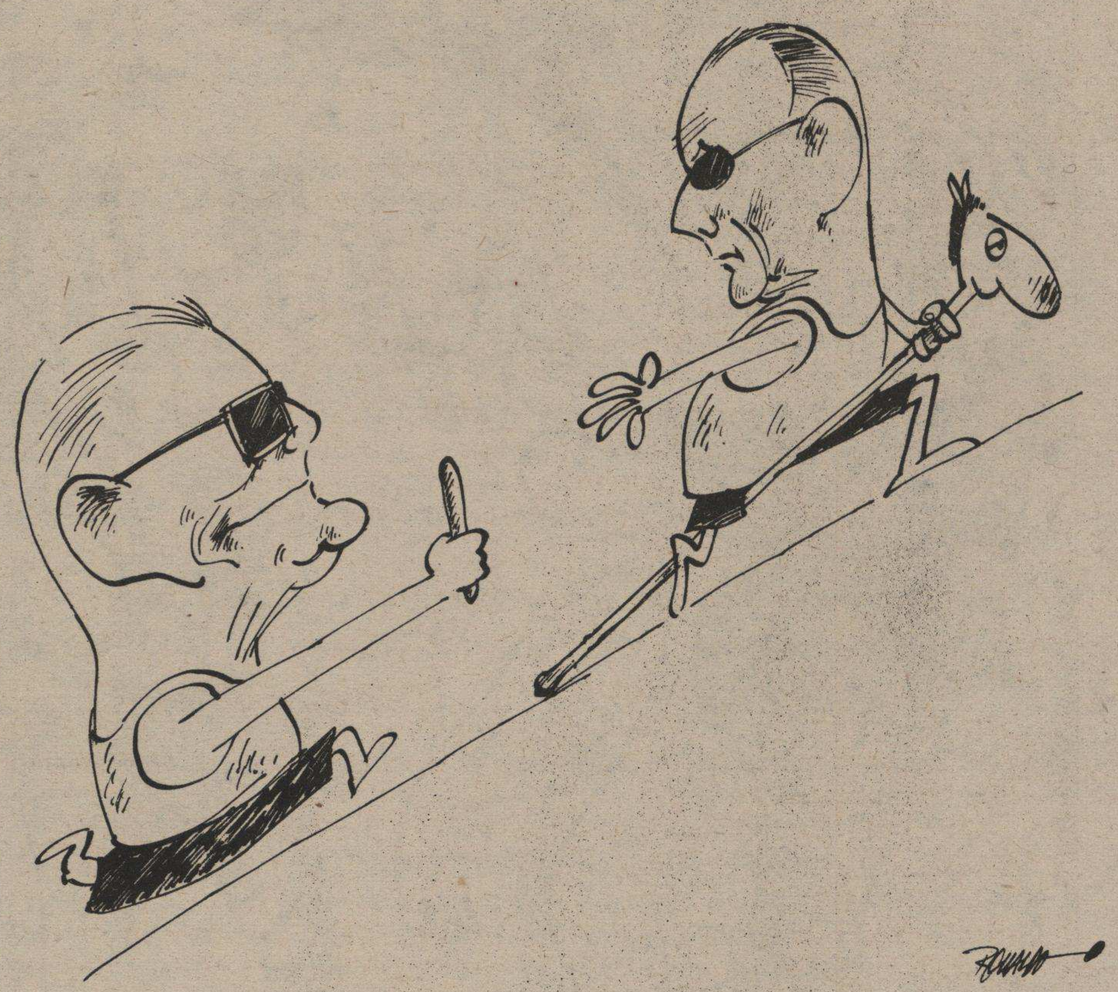
Jorge Baleeiro de Lacerda, Francisco Beltrão, PR

Ufanismo parcial

Foi com espanto que li em várias publicações do País (*O Globo, Fatos & Fotos/Gente, Veja* e até mesmo no *Coojornal*) os editores exaltarem o trabalho de seus fotógrafos, premiados no último concurso internacional da Nikon. Todos, no entanto, citaram apenas os profissionais de suas empresas, sem mencionarem a relação total dos 19 brasileiros premiados. O Brasil, afinal, não foi o segundo colocado em número de prêmios, só perdendo para os Estados Unidos?

E até o nosso *Coojornal* cometeu, no meu entender, um erro gravíssimo ao citar somente o nome do premiado Firmino Chagas, um amador, que mora na cidade de Júlio de Castilhos, sem falar mais deste ilustre desconhecido que consegue uma colocação melhor do que muitos gringos. Aliás, do Firmino sei apenas que ele é dentista e nas horas vagas brinca com uma máquina fotográfica. Acho que ele deveria ter recebido maior atenção por parte da imprensa, principalmente a do Rio Grande do Sul.

Marisa Valdet, Porto Alegre, RS



Triste chaga

Quero chamar a atenção de algo muito sério que notei nas respostas à Eva de Oliveira, que numa carta agressiva deseja que Brizola não mais retorne ao Brasil (mas, se entendi bem a carta, Eva não quer mais a volta do populismo e, conseqüentemente, do homem público Brizola).

Polêmicas à parte, Eva de Oliveira se diz negra e pelo teor de sua carta nota-se que possui um bom nível cultural. Pois bem, é aqui que quero chegar, porque nas respostas que ela recebeu eu detectei racismo. Algo assim como "volta pro teu lugar, negra".

Senão, vejamos o que foi sugerido a Eva de Oliveira: ser porta-estandarte, garçonete e alegrar noitadas. Perceberam? Para uma negra, funções inconseqüentes ou pejorativas. Me parece que, ao contrário, foi muito mal reportado o fato de Eva ser culta, combativa, ter idéias próprias.

Enfim, com tantas sugestões, também faço a minha: que as pessoas se interroguem se há ou não racismo em nós. Sem uma tomada de consciência, jamais essa triste chaga que é o raciscmo será extirpada.

Hermínio A. Weber, Porto Alegre, RS

Quem defende

A edição de dezembro do *Coojornal* publicou, sob o título "Defenda-se quem puder", informações de que após dois anos de lutas a defesa do consumidor continua perdendo.

Nos últimos dois anos eu escrevi diversas cartas a empresas, entidades, parlamentares e autoridades sugerindo a todos uma leitura acurada da Lei 5.764/71, que define a Política Nacional de Cooperativismo, e provando, exaustivamente, que o cooperativismo é, por excelência, o instituto de defesa do consumidor.

A expressão usada pelo jornal — "muito barulho, pouco interesse" — ao se referir à luta em defesa do consumidor revela o peso da retórica usada pelos chamados defensores do consumidor que, pelo visto, não têm o menor interesse na solução do problema, pois, se o tivessem, desencadeariam uma campanha em favor da criação de cooperativas de consumo, fortalecendo, desse modo, o sistema na sua base.

Quanto ao Governo, interessado que está na contenção da alta do custo de vida, bastaria instituir, por intermédio de incentivos fiscais, um sistema de financiamento do capital de giro das cooperativas.

S. Alfredo dos Santos, Piabetá, RJ

Um bispo do Sertão

Antônio Batista Fragoso é um paraibano que os descaminhos de sua vida severina levaram ao episcopado. Nasceu num lugar do cão: Teixeira. Há 21 anos este homem vem defendendo os miseráveis de sua terra, sofrendo as provocações decorrentes de sua posição.

Peço permissão para reproduzir algumas de suas palavras, verdadeiros documentos sobre a região de Crateús, no interior do Ceará. Creio que todos nós deveríamos saber um pouco mais da vida de milhares de pobres-diabos, gente que nunca leu nem lerá este jornal, mas que precisa da solidariedade de seus leitores.

Sobre o êxodo rural, diz ele: "É duro ver nos olhos do agricultor mais velho, os filhos rapazes migrarem para cidades, infernos como Rio, São Paulo, Brasília, etc., inexperientes, só levando na cabeça o sonho de uma aventura, sem uma arte ou ofício que lhes possibilite um emprego estável".

Lembrei ao amigo prelado que tão miseráveis quanto eles são centenas de jornalistas, escravos de algumas empresas que só lhes querem o pêlo; como escravos o são milhares de *xissaladas* de nossas firmas, de nossos escritórios. Não menos desgraçados são os emudecidos pela repressão, os parvos que vivem a bradar sem que ninguém lhes ouça a voz. Mas devo voltar ao bispo Antônio Fragoso: "Será mesmo destino do pobre enriquecer o rico à custa do próprio empobrecimento? Poderá ser aceita, como norma da vida econômica, a palavra de Delfim Neto, para quem é preciso desenvolver o desenvolvido porque o desenvolvimento salvará o subdesenvolvido?"

E o homem não pára aí. Perguntei-lhe sobre o *Padim Ciço* e outros beatos. Sapecou ele sem medo do sr. Núncio mandá-lo para alguma prisão vaticana: "Não sei falar quase nada sobre eles. Parece que o universo do povo (seus mitos, gestos, resistência heróica, sabedoria, idéias políticas, religião, cultura) é muito diverso do universo dos intelectuais, no qual fui formado — no qual milhares de pobres-diabos como nós o foram!... Filho e neto de camponeses, o tempo de seminário me matou a alma de agricultor!"

"Crateús está ajudando a ressuscitar esta alma. Como fariseus, temos a mania de interpretar o mundo popular dentro de nossa categoria. Assim, nós o traímos. A *démarche* antropológica é mais exigente. Nosso grande conterrâneo, Paulo Freire, tentou lançar uma ponte pedagogicamente válida entre os dois universos, já que não são harmonizáveis. Mas a nossa burrice expulsou do país o homem-chave que hoje coopera eficazmente, nesse plano, com projetos nacionais na África... Convido os interessados a tentarmos uma convivência mais profunda com o povo."

É isso. Um bispo lá do sertão do Ceará, perdido entre os amores fraternos de santas prostitutas, de camponeses, de homicidas, de vaqueiros e de enxadeiros, dá-nos estas lições.

Quem desejar conhecer esse *paraíba,* cuja cruz peitoral é de madeira de má qualidade, cuja roupa surrada jamais se assemelha às vestes purpurinas da Igreja do passado, vá a Crateús, onde dizem que o que ele faz é subversão, atiça as massas contra o santo Poder Central. Diz ele:

"Convido os que me leram a virem comer uma saca de sal comigo e verificarem se há alguma verdade na afirmação. Não sou subversivo. Sou visceralmente contra todas as formas de opressão injusta, estejam onde estiverem. Muitas vezes me surpreendo opressor ou legitimador da estrutura ou mentalidade de opressão. Oxalá Deus me dê sempre mais fome e sede de justiça!"

Jorge B. Lacerda, Franscisco Beltrão, PR

Partido OVNI!

Os partidos existentes no Brasil, Arena e MDB, já não satisfazem todas as tendências. O Magalhães está criticando a Arena, os autênticos do MDB criticam os não-autênticos e até estudantes já consideram o MDB ultrapassado.

Qual seria então a solução? A única saída que vejo seria a criação do partido Ovnista, que serviria de elo de ligação entre os terrestres e extraterrestres de boa vontade. Seria um partido popular e democrático, porém com fins universalistas. Combateríamos muito a bomba atômica e todo o instinto de belicosidade em todas as fronteiras terrestres e até em outros planetas. Só os meios pacíficos e não violentos seriam usados para a conquista do Poder.

Sugeiríamos uma melhor distribuição da renda e um trabalho mais adequado para cada homem. E o problema da superpopulação? Pois seríamos a favor do "crescei e multiplicai-vos". E o divórcio? Seríamos contra. Admitiríamos todas as religiões, com a condição de que não fossem hipócritas. E combateríamos o fumo e as bebidas alcoólicas.

Quanto aos discos voadores, temos certeza de sua existência e incentivaríamos o contato físico ou telepático direto com os extraterrestres. E a censura? Tentaríamos não censurar muito e sim incentivar o que considerassemos correto.

Capitalismo, nazismo, comunismo e todos os outros *ismos* existentes atualmente neste planeta estão ultrapassados. Mas não confundam ovnismo com estes *ismos* caducos. O ovnismo é completamente novo.

Espero que surjam adeptos a este partido Ovnista brasileiro.

Luiz Rebouças Torres, São Paulo, SP

CARTAS

Ah! Que falta...

Gostaria de ver publicadas no *Coojornal* estas linhas de minha autoria, que têm o título "Ah! Que falta tu fazes":

Volte logo maninha
que teu povo está tão triste,
Pouco samba, pouco riso,
Futebol é o que resiste.
Quanto tu chegares
vai ter festa noite e dia
vai ter gritos cantorias
e já sei "reza-cordão".
Maninha é tempo de paz
isto não pode ser feito
agora bate no peito
é hora de reclamar.
É hora, é hora, minha mana.
A tristeza não é luza,
negra-solta tão pouco
não creio que seja índia,
não é coisa de caboclo.
Por isto volte correndo
pros braços de quem te quer.
Parece que estou te vendo
chegando na correria
o povo sambando e rindo
gritando teu nome lindo
Anistia! Anistia!

Tavares Galeno, Jaguari, RS

É assim, é?

Fico estupefato ao ver que o *Coojornal*, sem dúvida um dos melhores jornais que o Brasil tem hoje, se dá ao trabalho de entregar parte de suas páginas a leitores que se metem a escrever sobre ufologias, navexologias, discos voadores, etc. etc.

Ora, vão plantar batatas todos! Disco voador é invenção imperialista, de dominador, muito seguida por países subdesenvolvidos para desviar a atenção do povo sobre os problemas que mais o afligem. Estes malucos que só falam em disco voador e terras de outros planetas tinham é que estar em órbita, mas órbita mesmo, bem longe de nós, seres racionais e inteligentes.

Carlos Cardoso, Brasília, DF

Outra História

A propósito do livro *Luzardo, o Último Caudilho,* de Glauco Carneiro, que o Jornal *Zero Hora,* de Porto Alegre, está publicando em capítulos, alguns reparos se fazem necessários.

Baptista Luzardo, no ano de 1922, era simples médico de Uruguaiana e não "perdeu *status*" de embaixador no Uruguai e na Argentina, pois este cargo somente muitos anos depois é que obteve do Governo.

O presidente Washington Luiz nada teve a ver com a decisão do "caudilho", pois o presidente da República era Epitácio Pessoa (1919-1922), e depois Arthur Bernardes (1922-1926). Washington foi presidente de 1926 a 1930, ou seja, quatro anos após a "política ter exercido fascínio" no sr. Luzardo, que não era diplomata coisa alguma.

A pesquisa que o jornal publica, cooperando para o ensino errado de nossa mocidade, vem juntar-se à mentiralha que enche os livros de História.

O capítulo do livro com o título *Flores da Cunha manda o desafio: é um duelo* está incompleto, pois não diz que Osvaldo Aranha evitou o duelo, conforme F. Tallaia O'Donnel, na biografia de Osvaldo (Ed. Garatuja Ltda., Porto Alegre). Como está contado no livro, o desafio parece capítulo de folhetim de capa e espada.

Para finalizar, transcrevo trecho do livro de Flores da Cunha, *A Campanha de 1923* (Livraria Editora Zelio Valverde, Rio, 1942), que trata da batalha de Ponche Verde. Espera-se contestação quanto ao procedimento do "último caudilho" Luzardo, pois diz o livro de Flores: "Foi nesse combate que o notável *coronel* Baptista Luzardo procurou reabilitar-se da fama que os seus próprios companheiros lhe atribuíam: matou, com as próprias mãos, alguns pobres soldados que, abandonados, encontrou numa carroça! Cometeu, ainda, maior façanha: a vários uruguaios, servindo nas nossas forças, mandou falar e, verificando que se exprimiam em castelhano, imediatamente os degolou ou fez degolar! Há testemunhas, inúmeras testemunhas, desse covarde *forfait!*"

Recomendo a leitura de Ivan Lins, em *Sermões e Cartas do Padre Antonio Vieira, Vieira e a História* e *Vieira e a Crítica Histórica:* servem de muito aos pesquisadores e historiadores dos fatos do Rio Grande do Sul.

W. Lutz Farias, São Leopoldo, RS

Direitos Humanos

A 9 de março de 1978 realizou-se, em Fortaleza, a abertura do Ano dos Direitos Humanos, em comemoração ao 30º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A programação, promovida por sete entidades da cidade, entre as quais o Movimento Feminino pela Anistia, constou de conferência sobre o tema, homenagem à CNBB, Anistiados e Constituintes de 45 e 46, e à mulher brasileira, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

No espírito dessa comemoração e dando continuidade à luta pela defesa dos Direitos Humanos, o MFPA vem denunciar novas violações:

— No sábado seguinte à abertura do Ano dos Direitos Humanos, dia de visita aos presos políticos recolhidos no Instituto Penal Paulo Sarasate, familiares dos presos e membros do MFPA, que constavam de uma relação de pessoas em poder do oficial do dia, foram impedidos de visitar seus familiares, sem que lhes fosse dada nenhuma explicação.

— O jornal *Mutirão,* órgão da Imprensa independente em nosso estado, que se coloca ao lado do povo na defesa dos Direitos Humanos, vem sofrendo pressões da Polícia Federal sob o argumento de que o mesmo está clandestino. Diretores da empresa e colaboradores do *Mutirão* estão sendo chamados sistematicamente para interrogatórios. Temos conhecimento de que a empresa Palma Publicações e Promoções, editora do *Mutirão,* vem desenvolvendo todos os esforços para regularizar sua situação. Não se justifica, portanto, essa acusação, a não ser para dificultar o andamento dos trabalhos do jornal.

Entendemos que a defesa dos princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, é, ao mesmo tempo, um dever e um direito sagrados de todos os brasileiros. Assim, repudiamos veementemente todas as formas de pressão sobre pessoas e entidades por se manifestarem e lutarem na defesa dos Direitos Humanos, no que esperamos contar com o apoio e a solidariedade de todos os que se colocam na mesma perspectiva.

Nildes Alencar Lima, Movimento Feminino pela Anistia, Fortaleza, CE

Economia popular

No dia 10 de março entrei com uma queixa na Delegacia de Economia Popular contra a Morada Imóveis Ltda., por motivos que merecem ser do conhecimento público. A imobiliária cometeu 10 irregularidades, a saber:

1) Junto com o aluguel de agosto de 1977, a parcela de imposto predial foi cobrada Cr$ 40,00 acima do valor real.

2) No aluguel de novembro foi cobrada uma multa de Cr$ 300,00 indevidamente, infringindo cláusula do contrato de locação.

3) No aluguel de janeiro de 78 foram cobrados Cr$ 810,00 de honorárias advocatícios sem que houvesse motivo para tal.

4) Devido à cobrança indevida de Cr$ 810,00, o cheque emitido por mim no valor de Cr$ 4.865,60 foi devolvido pelo banco por uma insuficiência de fundos de Cr$ 95,91.

5) O cheque não foi reapresentado e nem sequer a imobiliária telefonou para comunicar-me o fato.

6) O cheque foi retido propositalmente pela imobiliária para que, conforme o recibo *pró-solvendo,* o pagamento do referido aluguel não se tornasse um fato, e posteriormente moveram uma ação de despejo contra mim, sem antes tentar pelos meios legais e normas do Banco Central efetuar a cobrança do mesmo. Caracterizando, desta maneira, a premeditação, para mais este crime contra a economia popular.

7) Ao pagar o aluguel do mês de fevereiro a imobiliária, através de seus advogados, negou-se a receber o mesmo sem que eu pagasse o aluguel, multa, honorários advocatícios, custas, depósito em cartório, despesas com xerox, etc., num total de Cr$ 6.659,72. (O valor do aluguel é Cr$ 3.754,00).

8) Os honorários foram cobrados duas vezes, a primeira conforme o recibo emitido pelo advogado Randolfo Isenhard Balbão, no valor de Cr$ 810,92, a segunda pelo recibo de despejo ajuizado por falta de pagamento, no valor de Cr$ 973,12, totalizando assim, os honorários de advogados, a cifra de Cr$ 1.783,04, por uma causa de Cr$ 3.000,00.

9) Além de ser forçado a pagar dois honorários de advogado, pago também, no segundo honorário cobrado, mais 20% sobre o valor do primeiro.

10) O imposto predial que agora é cobrado bimestralmente, conforme o carnê da Prefeitura de Porto Alegre, me foi cobrado nos meses de janeiro e fevereiro sucessivamente.

Sérgio Osvaldo Ribeiro da Silva, Porto Alegre, RS

Brasil nuclear

Parabéns a vocês, gente. Gostei muito do jornal, e nesta última edição (nº 26) agradou-me bastante o ensaio sobre Energia Nuclear e a política do Brasil e da Alemanha em relação a isto. Foi uma verdadeira aula. Meus cumprimentos ao autor Sérgio Buarque.

Gastão Canabarro Só, Rio de Janeiro, RJ

Plumas, luzes...

Desde o nº 10 que eu leio, ávido e insatisfeito (por que ainda não é semanal?), o *Coojornal* e procuro, na medida do possível, badalá-lo bastante. Agora, quero parabenizar a todos vocês: quando soube da demissão do sr. Mauro Salles dos Associados, lembrei-me que, de todas as publicações que li na ocasião, somente o *Coojornal* mostrou o que havia por trás das plumas e luzes que saudaram a subida do Vice-presidente dos Associados, contando a insatisfação do grupo mineiro. E quem assume, hoje, o lugar do sr. Mauro? Justamente o principal dirigente mineiro! Dá-lhe, *Coojornal!*

E isto é apenas um detalhe... Outras tantas reportagens merecem reflexão, que se pense, medite e elogie, inclusive as de lavra do paraense Palmério Dória Vasconcelos, meu amigo e que, graças a Deus, continua resistindo.

Um pedido final: como posso conseguir o nº 1 dos *Cadernos de Jornalismo* que o Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre editou? Soube que está esgotado, mas gostaria de lê-lo, nem que fosse em xerox!

Francisco Cézar, Belém, Pará

Nota da Redação: *Sobre os* Cadernos *, aguarde um pouco mais, pois o Sindicato vai reeditá-lo.*

Shart FOTOGRAFIA
R. Cristóvão Pereira 402/c.203/f:41-1727 - P. Alegre

FIN-HAB ULTRAPASSA 1 BILHÃO DE CRUZEIROS EM DEPÓSITOS

Andradas, 1206: a primeira agência da Fin-Hab

Interior da agência Andradas 2, no nº 1570 da Rua dos Andradas, com suas amplas e modernas instalações.

Agência Canoas

Esta placa identifica as obras financiadas pela Fin-Hab.

Cidades do Estado que já contam com agências da Fin-Hab.

A Caderneta de Poupança Fin-Hab ultrapassou a cifra de um bilhão de cruzeiros em depósitos. Esta marca representa uma liderança nacional entre as Associações de Poupança e Empréstimo do Brasil, fato que honra o nosso Estado, pois a Fin-Hab é uma entidade eminentemente gaúcha.

Como agente do Sistema Financeiro da Habitação, a Fin-Hab atua dentro das normas determinadas pelo Governo Federal através do Banco Nacional de Habitação e graças a um elevado padrão administrativo e de sua prestação de serviços, tem crescido em sólidas bases, estendendo sua atuação pelo território gaúcho.

HISTÓRIA

A iniciativa da criação da Fin-Hab data de outubro de 1966. Após se desobrigar das funções de Diretor da Caixa Econômica Estadual, o Econ. Cyro Tavares de Oliveira deu início aos trabalhos de organização da Associação, conforme compromisso assumido com o então diretor do BNH, Sr. José Eduardo de Oliveira Pena.

Após 23 meses de trabalhos, em 16 de setembro de 1968, instalou-se oficialmente a Fin-Hab, com a obtenção da Carta-Patente nº 25 do Banco Nacional de Habitação. Sua fundação reuniu 127 associados, todos gaúchos, e em poucos meses a Fin-Hab conquistou a liderança nacional entre as Associações de Poupança e Empréstimo do país tanto em número de associados, como em volume de depósitos.

O primeiro Conselho de Orientação foi presidido pelo Engº Ildo Meneghetti e composto pelos Srs. Pompílio Rosa, Francisco Garcia de Garcia, Juraci Cardoso, Affonso Antonitsch, Selvino Kunzler, Diogo Pastor e Cyro Mariante da Silveira. Atualmente o Conselho da Fin-Hab é presidido pelo Sr. Selvino Kunzler, e composto pelos Srs. Luis Mandelli, Paulo Koboldt Chapon, Edgar Serra, Walter Koch e José Júlio Vargas Brunet. Desde a fundação da Fin-Hab, o Econ. Cyro Tavares de Oliveira é seu Administrador Geral, sendo o cargo de Administrador de Operações há três anos ocupado pelo Cel. Ruy Collares Machado.

O CRESCIMENTO

Em 31 de dezembro de 1968, três meses e meio após sua fundação, a Fin-Hab contava com 410 associados. Em 31 de dezembro de 1977, nove anos depois, esse número elevou-se para 162.152 associados. Os depósitos iniciais, obtidos até a data de 31 de dezembro de 1968, foram de Cr$ 406.560,00 os quais hoje se elevam à expressiva cifra de Cr$ 1.000.000.000,00 graças à confiança e incentivo dos seus associados.

Durante todos esses anos a política administrativa, econômica e financeira da Fin-Hab foi mantida constante, procurando dessa forma propiciar a compra de casa própria ao maior número de associados e pagar às poupanças a maior rentabilidade possível. Estes fatores são responsáveis pelo crescente número de financiamentos, visto que até 31 de dezembro de 1968 foram financiados Cr$ 22.703,00, cifra que em 31 de dezembro do ano passado já havia chegado a Cr$ 1.947.769.813,00.

AGÊNCIAS

A primeira agência da Fin-Hab, na rua dos Andradas, 1206, junto a Casa Victor, foi aberta ao público no dia 7 de novembro de 1968. A segunda agência foi inaugurada em novembro de 1973, na cidade de Pelotas. A partir daí, sucederam-se novas inaugurações, exigidas pela rápida expansão da entidade. Em 1974 foram inauguradas as agências Andradas 2, Moinhos de Vento e Azenha em Porto Alegre e a agência de Santa Maria. Em 1975, foram inauguradas as agências Canoas e Uruguaiana e em 1977, em Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Livramento. Nos planos de desenvolvimento da Fin-Hab, além da instalação das agências já solicitadas ao Banco Nacional de Habitação, está prevista a construção da sede própria administrativa. Também em breve o SPE, Serviço de Processamento de Dados da entidade estará inaugurando suas novas e modernas instalações, dando maior agilidade aos serviços de processamento das informações ás contas de poupança livre e poupança programada, e possibilitando a manutenção do alto nível dos serviços prestados ao sempre crescente quadro de associados da Fin-Hab, Associação de Poupança e Empréstimo.

A Administração da Fin-Hab ocupa cinco andares do Ed. Delapieve, à Praça 15 de Novembro, 21 em Porto Alegre

Chico bota o feijão na parada

Lourdes Maylor

Chico Santana: "Se eu fosse um garoto a música seria cortada"

"O feijão só me trouxe alegrias", diz Chico Santana, o autor do *Saco de Feijão*, sambão de sabor antigo que ele fez no tempo do Governo João Goulart e que hoje, na voz de Beth Carvalho faz sucesso em todo o país.

O *Saco de Feijão* tem 15 anos. Chico Santana, ex-operário de uma fábrica de sabão, hoje vivendo de direitos autorais, estava no ponto de ônibus, quieto, observando o movimento nas lojas, quando pensou: "Meu Deus, pra que tanto dinheiro? Dinheiro só pra gastar". O samba nascia ali mesmo, à espera da condução, ônibus certo numa época em que trem da Central estava sempre atrasado. Quinze anos depois, o custo de vida e a escassez do feijão o tornam novamente atual.

Integrante da velha guarda da Portela, cadeira cativa nos botecos de Madureira, olhar fixo quando conversa, fiel ao bigode e ao chapéu de palha — "homem que não usa chapéu não tem cabeça" — Francisco Felisberto Santana tem uma média de 40 sambas. Alguns ele canta, batucando na mesa, outros apenas lembra e dá o título. Hoje, sua satisfação é contar a história do feijão:

— Nós estávamos na dependência do feijão e até que pudéssemos comprá-lo tínhamos que entrar no câmbio negro, e isto no estado do Rio, porque aqui na cidade não tinha mesmo. O sambão foi feito numa noite. Depois, eu quis que o Jamelão gravasse, mas ele não queria gravar samba "da oposição". Mostrei pro Paulinho (da Viola), que também gostou muito mas não quis gravar.

— Havia uma preocupação política em relação a este samba, mas acontece que eu fiz espontaneamente, lembrando um sentimento meu. Se eu fosse um garoto talvez a música fosse cortada, mas sou um senhor de 67 anos e, como tal, estou me lembrando dos tempos que vivi, tempos de outrora, que não voltam mais, tempos do réis e do vintém. E quem viveu os tempos que eu vivi, pode dar valor ao meu samba. Todos nós sentimos o preço do feijão, a batalha pela vida. Antigamente não havia nada disso. Em 1922, eu ia ao açougue, todos os dias, comprar carne. E o açougueiro me perguntava:

"Ô menino, o que é que você quer?"

Eu quero um quilo de acém.

— O acém era uma carne de terceira, traseiro, mas era carne. E o açougueiro tinha que vender tudo até 11h da noite, porque no dia seguinte, como não tinha geladeira, ele tinha que salgar aquela carne e por isso tinha que vender mais barato.

O menino acanhado, mas muito esperto, sempre foi aluno aplicado. Já rapaz, economizou o bastante para comprar uma cama de ferro, um de seus primeiros orgulhos:

— Eu ia para a escola com camisa de saco de padaria, calça curta e tamanco. Não tinha dinheiro pro sapato porque éramos pobres. Quando apareceu o tênis de lona foi uma festa. A tábua de salvação. E se você encontrar alguém, que tenha sido pobre como eu, dizendo que usava sapatos, pode crer que é mentira. A professora, na escola, só não admitia que a gente chegasse sujo. Podia ir remendado, mas tinha que ir limpo. Ela sempre dizia: "Sujeira não é pobreza".

— Nessa época minha mãe já era viúva e ganhava seis mil réis por semana, lavando roupa pra fora. Eu tinha 11 irmãos e alguns trabalhavam. Se a vida era dura e difícil por um lado, por outro a alimentação era muito mais rica, mais sadia.

Com 13 anos começou a tocar cavaquinho, logo depois era *cronner* de um conjunto. Desistiu aos 16 anos, depois de não conseguir cantar *Céu Moreno:* "A garganta não dava. Depois disso, nunca mais cantei como antes".

Chico se confunde quando fala de direitos autorais, mas sabe quando está sendo enganado. A vida castigada, a mudança dos costumes, a batalha diária fizeram dele um "monumento de resistência" que circula pelas ruas humildes de Madureira.

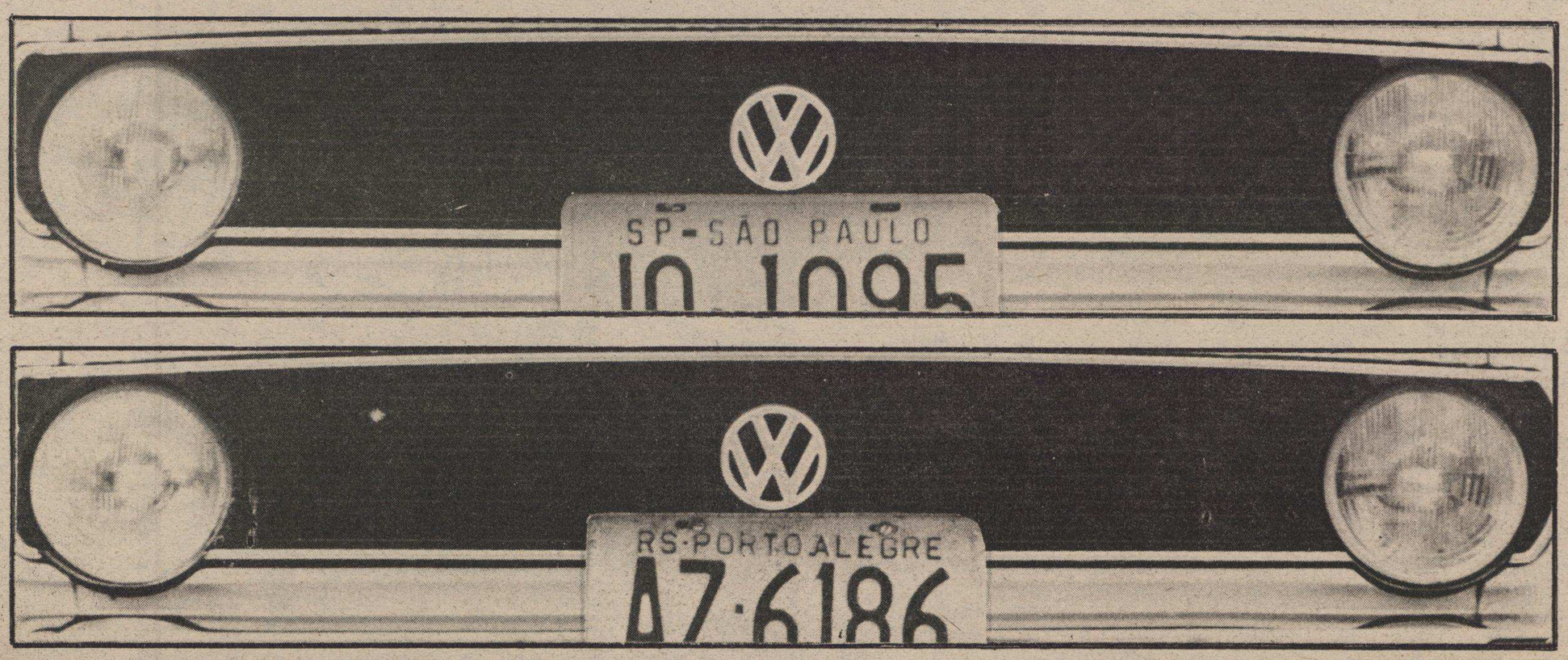
— Não vou dizer se foi correto ou incorreto, mas o feijão me rendeu até hoje Cr$ 49.700,00. Se tenho direito a mais eu não sei. E, mesmo que soubesse, não saberia onde buscar esse dinheiro. *Olho por Olho,* que a Beth também gravou, rendeu *70 milhas.*

— Se pretendo dar enfoques políticos a outros sambas? Acho que não. Não pretendo forçar a barra. O feijão só me trouxe alegria. E a vida, apesar de todas as dificuldades, me deu duas mulheres, cinco filhos, 11 netos e três bisnetos.

Lilian Newlands

Escala

ALUGUE UM CARRO
PEGUE·AQUI·E·DEIXE·LÁ.



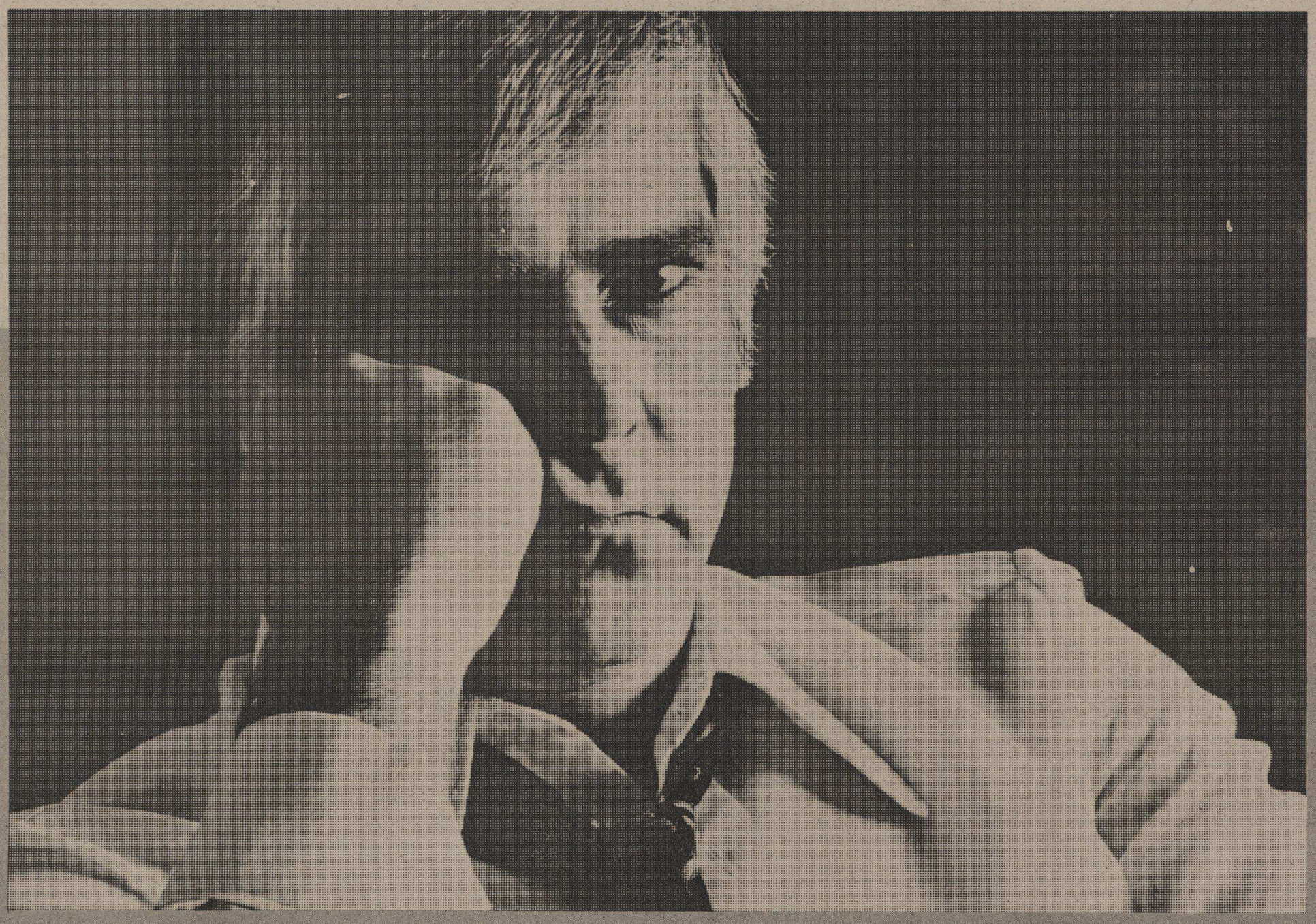
A LOCARAUTO TEM ESSE SERVIÇO
DE SÃO PAULO A PORTO ALEGRE
E VICE·VERSA.

PEGUE·AQUI
E·DEIXE·LÁ

Rua da Consolação, 323 · Loja 28 · Tel. 258·1233 · São Paulo.
Rua Cel. Vicente, 15 · Tel. 21·7777 · Porto Alegre.

ano 10
Locarauto

Se na hora de comprar um motor elétrico você não pensar na conta de energia, mais tarde quem vai ficar por conta é você.



Qualidade e segurança têm seu preço. Se você não está disposto a pagar por eles, deve estar preparado para incomodar-se pela falta deles.

Além do mais, de que adianta economizar na compra do seu motor elétrico, mas passar o resto da vida gastando mais em energia elétrica e manutenção?

Por isso, os motores Eberle seguem a equação básica da economia: alto rendimento x alto fator de potência. Resultado: além de faturar sempre, sem quebras do equipamento ou interrupções no trabalho, você economiza cada vez que paga a conta de energia elétrica.

Se fosse diferente, a Eberle não daria 2 anos de garantia sobre seus motores; prazo duas vezes maior do que o habitualmente encontrado no mercado.

Pense bem, na hora de adquirir o seu motor elétrico. Levando Eberle, você economiza cada vez que o liga.

O CORAÇÃO DOS MELHORES EQUIPAMENTOS

EBERLE

2 anos de garantia

METALÚRGICA ABRAMO EBERLE S.A.

Conheça mais sobre os motores Eberle dirigindo-se para:
Fábrica 3 - BR-116 - Km 126
End. Telegráfico EBERLE - Fone: 21-1211
Telex n.° 0542 155 MAEB - BR
Bairro São Ciro
CEP 95.100 - Caxias do Sul - RS
ou para a Agência Eberle da sua cidade.

Este é o único brasileiro que já não pode ser anistiado.

Enquanto há vida, há possibilidade de razão, entendimento, respeito, tolerância, justiça, cordialidade e civilização. Dê seu apoio ao Comitê Brasileiro pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, lançado pelo General Pery Bevilacqua. Sem anistia, não haverá democracia. **Publicitários pela Anistia.**

O anúncio dos publicitários pela Anistia...

Entre a imagem e a realidade

Num dos folhetos impressos para promover o 3º Congresso Brasileiro de Propaganda, destacando um jovem e risonho publicitário, já transparecem as primeiras dificuldades em promover tal encontro, nove anos depois do último (realizado em 1969).

O *Garoto Coca-Cola,* como foi batizado por Jesus Iglésias, presidente da Associação Rio-grandense de Propaganda, vende uma imagem alienada do profissional de propaganda. Uma imagem que a categoria está se esforçando para modificar mas que, lamenta Jesus, deverá aparecer em São Paulo de 17 a 20 de abril.

É verdade que foi o próprio publicitário quem contribuiu para que se formasse esta imagem, como admite o presidente da ARP. "O profissional de publicidade sempre foi visto como um cara sofisticado, alienado, dono de uma gama de informações importantes, porém, como classe de difícil movimentação, mais preocupado no interesse das agências do que em seu próprio".

Jesus, no entanto, considera que uma nova geração de profissionais de formação universitária começa a encarar a propaganda de maneira diferente. Veja-se, a propósito, o anúncio que começou a ser divulgado no mês passado, junto com um manifesto, em que os publicitários brasileiros se aliam ao Comitê Brasileiro pela Anistia.

Mesmo o Congresso, apesar da imagem que o promove, promete: "A propaganda e a realidade econômica, social e cultural do País", é o seu tema. Segunda Luiz Celso de Piratininga, presidente da comissão executiva, a idéia é jogar num mesmo caldeirão, publicitários, donos de agências, veículos e anunciantes, mexer com a colher de pau e ver no que vai dar. Os primeiros efeitos desta poção misteriosa já surtiram no Rio, onde jornalistas estão preparando uma tese sobre Liberdade de Imprensa e dependência das verbas de propaganda.

...e o que promove o Congresso

Assuntos como a ética da propaganda, a propaganda de programa de Governo, a influência da propaganda na formação da personalidade infantil, os movimentos associativos profissionais e a regulamentação da profissão merecerão destaque nos debates.

Também para estes dois últimos, os gaúchos estão bem preparados. João Firme, diretor da Arauto Publicidade, presidente da Associação Profissional das Agências de Propaganda (Apapergs) e secretário da Associação Brasileira de Agências de Propaganda, diz que, como parte da luta da Associação que preside (o objetivo é transformar num sindicato), serão apresentadas duas teses, uma sobre "O direito da Publicidade", outra sobre "A Legalidade do Registro do Publicitário e do Agenciador".

Leonardo Dourado

Em busca de pessoas influentes

Certa vez um repórter perguntou ao ex-ministro e ex-governador Juraci Magalhães o que ele estava fazendo à frente da multinacional *Erickson do Brasil.* Ele respondeu que era seu presidente, mas que não podia dar nenhuma informação sobre o grupo. E explicou: não era um executivo na acepção da palavra, mas apenas um homem com bom relacionamento na área oficial, onde *trabalhava* para facilitar as coisas.

Com os maiores salários do mundo, superando mesmo o que recebem pessoas em cargos idênticos nas matrizes das multinacionais, os altos executivos brasileiros têm vantagens inigualáveis. Além dos salários, que podem chegar a Cr$ 200 mil por mês, ainda existem os *free benefits,* ou, como isto é melhor conhecido por aqui, as mordomias.

A mordomia significa o aluguel da mansão onde moram, carrões com motoristas, viagens de férias ao exterior que chegam a três meses por ano, participação nos lucros que conseguirem anexar ao exercício da empresa e cartões de crédito sem limite.

Mas o que é necessário para chegar a tal posição? Segundo um especialista no assunto, J. Dolph Johnson, gerente da *Executive Placement,* empresa de consultoria ligada à *Partime* — especializada justamente em conseguir as pessoas certas para os lugares certos nas direções dos grandes grupos empresariais — a principal característica é a facilidade de comunicação:

— As grandes empresas estão adotando um tipo de cargo de direção que é o *chairman of the board,* o que equivaleria ao de presidente no Brasil. Ele fica livre das decisões sobre problemas internos, passando a se dedicar apenas às relações da empresa com a comunidade e autoridades, promovendo a imagem da empresa e atuando a longo prazo em termos de investimentos, rumos, etc. Para esses cargos são preferidos os brasileiros influentes.

Mas quem decide mesmo é o *chief executive officer,* que no Brasil é conhecido como superintendente ou vice-presidente executivo. Nas empresas multinacionais ele é invariavelmente um estrangeiro, da nacionalidade da matriz do grupo. Praticamente nasceu dentro da empresa, conhece profundamente sua orientação e também é o único a controlar os *vôos* do *chairman.* Ele viaja constantemente à matriz e quase não aparece nas recepções oficiais e lugares públicos.

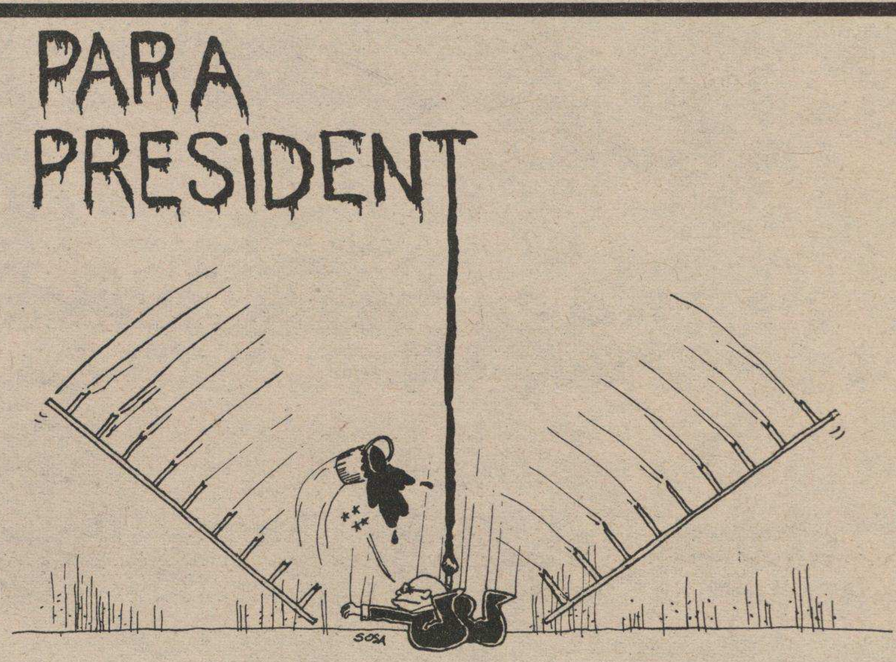
Para Dolph Johnson, porém, uma tendência que se observa nas grandes multacionais instaladas no Brasil é de uma progressiva retirada dos estrangeiros, já que países como os Estados Unidos estão tributando pesadamente os ganhos dos que trabalham no exterior. Assim, ou pagam um preço muito alto ou contratam uma espécie de olheiro, com a missão de acompanhar a política ditada pela matriz da empresa.

E os *chief executives officers* brasileiros estão se formando em número cada vez maior. São pessoas com habilidades para escolher os empregados, saber eleger prioridades e relacinar-se bem com seus liderados.

Segundo Johnson, o Brasil tem ótimos executivos para as áreas financeira e industrial, "mas ainda se ressente da falta de profissionais capacitados para a área de *marketing,* por falta de tradição neste ramo. Mesmo assim, até escolas superiores estão se voltando para esse setor, tentando especializar seus alunos.

O especialista em relações industriais, por exemplo, praticamente não existe em nenhuma empresa nacional ou estrangeira instalada no Brasil. Mas será um homem extremamente necessário, acredita Johnson, no momento em que se der a abertura democrática no País. Pois aí, diz, os patrões serão obrigados a sentar com seus empregados para discutir salários, férias, seguro social ou problemas ecológicos. "E para isto não há gente preparada aqui. Mesmo os trabalhadores estão desacostumados com esse tipo de diálogo democrático".

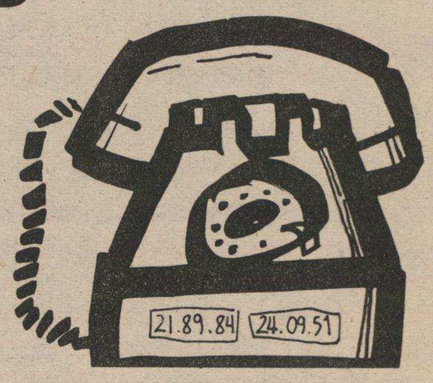
Fernando Pereira



atendimento de problemas da infância

SAERME
Responsável Técnico: Dr. Raul Fernando Iserhard Cremers 3661
Av. Getúlio Vargas, 331 — Fone: 21-2375 — CEP: 90.000 - Porto Alegre

Em Porto Alegre assine por telefone



Se você quiser assinar o Coojornal, em Porto Alegre, basta discar 21.89.84 ou 24.09.51 que o nosso Departamento de Assinaturas irá procurá-lo em sua casa ou local de trabalho. Se preferir, procure um dos postos de venda na cidade:

1 — Banca de Revista — Estação Ferroviária
2 — Loja 2 — Centro Comercial Independência
3 — Livraria Coletânia — Altos do Mercado Público
4 — Caco Som — José do Patrocínio, 100
5 — Multifoto — Av. Protásio Alves, 528.

O dedo de Mauro Salles...

Em 1964, o general João Baptista Figueiredo era chefe, no Rio, do Serviço Federal de Informações, órgão que viria a dar origem ao SNI. Na mesma época o hoje publicitário Mauro Bento Dias Salles conspirava contra o Governo Constitucional do presidente João Goulart. Era chefe de redação do jornal *O Globo,* encontrava-se todos os dias com o poeta Augusto Frederico Schmidt — um dos articuladores civis do golpe, cujos artigos contra a "socialização da miséria" acabaram enfeixados num livro chamado *Prelúdio da Revolução* — servia de ligação entre chefes militares do Rio e São Paulo. Tanto que no dia 31 de março foi Mauro Salles quem levou ao general Amaury Kruel, em São Paulo, recado avisando-o de que deveria esperar uma senha para se colocar a favor do movimento.

Mauro Salles e o general Figueiredo acabaram desta forma amigos, quanto mais não seja por força das contingências. Por isso, quando a indicação do general Figueiredo precisou de um esforço extra-sistema para se viabilizar, poucos foram os que deixaram de ver o dedo de Salles por trás do que se convencionou chamar de **Projeto Olimpo.**

Enquanto o general Sylvio Frota compunha-se no Legislativo com os Galil e os Boa Ventura da Vida, a troupe do sucessor escolhido pelo presidente Geisel desenvolvia uma pré-campanha no estilo das norte-americanas. E a grande Imprensa, quase que sem exceções, viu-se de repente soterrada por envelopes recheados com fotografias da família Figueiredo, extensos textos sobre o indicado, lembranças de seu pai Euclydes — um general constitucionalista daqueles que não se fazem mais.

Foi por isso que as revistas semanais e os grandes jornais do Rio, de São Paulo e do Sul puderam dar tão ampla cobertura ao esquema Figueiredo. Fiaram-se, cada qual por um diferente motivo político, numa perfeita campanha de relações públicas.

No fim de março deu entrevistas ao *Jornal do Brasil* e seu rival *O Globo.* No início de abril, o general Figueiredo voltou a aparecer na Imprensa, como que obedecendo a um consciente plano de *mídia* que populariza a imagem do candidato por etapas sucessivas, circundando as dificuldades circunstanciais, valorizando o que o regime considera vitórias. (ver página 11).

Além de ser o primeiro presidente depois de 64 que fala tanto, tantas vezes, o general Figueiredo tem-se mostrado treinado para o embate com jornalistas. Por tudo isso continuam dizendo que o dedo de Mauro Salles está atrás do programa de imagem do presidente indicado. Assim, ganha importância a saída de Salles dos Diários Associados, onde ficou 141 dias sem nada conseguir de concreto.

Ele teria assumido o cargo para, entre outras coisas, dar a Figueiredo um suporte de comunicação desvinculado do esquema *Globo* — em televisão — e correndo por fora dos grandes jornais, notadamente o *Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo.* Com 131 jornais, 15 estações de televisão e 28 estações de rádio, os Associados não são, mas poderiam ser, a única cadeia nacional de comunicações. Com a infra-estrutura já existente, ainda que delapidada e virtualmente apodrecida, seria possível, mediante a aquisição de um equipamento de transmissão por *facsímile,* por exemplo, editar jornais de circulação nacional. Que podem formar consenso nacional e dar suporte nacional à Presidência.

Mas ainda não seria desta vez. O habilidoso Mauro Salles, que foi guia de turistas no Rio, fotógrafo da agência *Magnum,* jornalista — com vários cargos — no jornal *O Globo,* Ministro Interino da Indústria e do Comércio — no Governo de Jango — primeiro diretor da *TV Globo* e, por fim, publicitário bem sucedido — sua agência é uma das três maiores do país — acabou sendo deglutido pelo lodaçal dos Associados. Não conseguiu constituir uma empresa que centralizaria a administração do Grupo. O senador João Calmon (Arena-ES), que o embaixador Assis Chateaubriand colocou na presidência do Condomínio Associado, não perdeu de vista, em nenhum momento, o fato de que apesar de ganhar 450 mil por mês, Salles não passava de um empregado dos 22 condôminos, que detêm 55% do capital, e dos três filhos de Chateaubriand, que ficaram com os 45% restantes.

Quando as coisas começaram a tomar um rumo que Calmon julgou não ser o adequado, ele não hesitou em demitir duas das mais importantes contratações de Salles — Carlos Augusto de Oliveira, o Guga, e Sérgio de Sousa, respectivamente diretores de programação e de Jornalismo da TV Tupi paulista.

Motivos da demissão? "Intransigência", segundo Calmon, dos dois funcionários, que não estariam levando "a censura a sério". O jornal dirigido por Sousa e Guga deixou o cardeal Evaristo Arns aparecer no vídeo num capítulo da novela *O Profeta.* Tudo acabou sendo apresentado como "problemas administrativos", que, sem dúvida, também aconteceram. Mas o principal era que Guga e Sérgio de Sousa estavam fora do esquema dos Associados.

O sucessor de Mauro Salles é um condômino. Camilo Teixeria da Costa, diretor-geral dos Associados em Minas, que fez do *Estado de Minas* o primeiro jornal do país em rentabilidade — segundo *Maiores e Melhores,* da *Abril.* Sua tática? Basicamente, maleabilidade e grande preocupação com o lado publicitário dentro do jornal. O general Figueiredo queria algo menos ostensivo.

Tom Camargo

Um seqüestro na Fronteira

Trocar presos para as polícias brasileira de Livramento (RS) e uruguaia de Rivera é coisa comum nos últimos anos. Mas a polícia uruguaia penetrar armada de metralhadora em território brasileiro para prender uma pessoa, quase no centro de Livramento e ainda disparar uma metralhadora para assustar a multidão que se aglomerava, isso é novidade. Por isso, um caso comum, que poderia não ter saído da rotina fronteiriça, ganhou manchetes por vários dias nos jornais locais e chegou ao Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

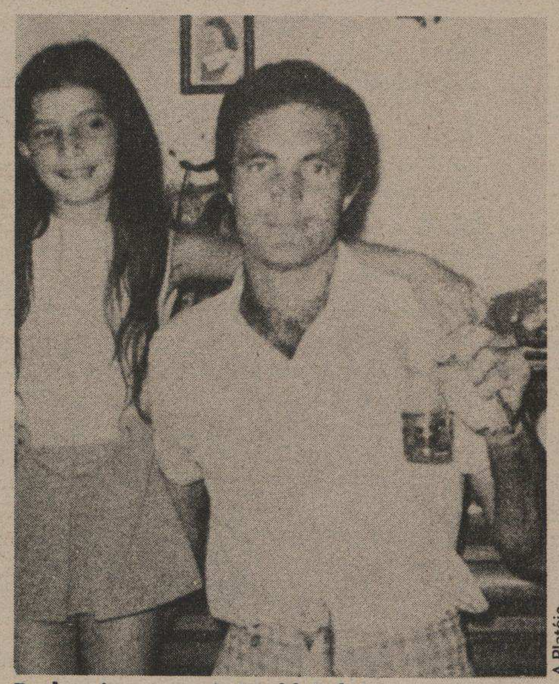
Tudo começou no domingo de carnaval, 5 de fevereiro. Quando o uruguaio Pedro Otávio Araújo passeava com sua mulher e a filha de 14 anos, na Avenida Tamandaré, a 150 metros do limite do território brasileiro com o uruguaio, foi surpreendido por três desconhecidos que o agarraram à força e tentaram metê-lo numa camioneta estacionada ao lado. Aos gritos de Pedro logo acudiu uma pequena multidão disposta a prestar socorros, mesmo sem entender exatamente o que se passava.

Entretanto, para surpresa de todos, os desconhecidos dispararam uma metralhadora para intimidar, ao mesmo tempo em que usavam idêntico argumento para forçar Pedro Otávio a entrar na camioneta. Momentos depois, o veículo cruzava a fronteira em alta velocidade e, até hoje, Pedro Otávio está preso e incomunicável na chefatura Central de Polícia de Rivera.

No lado brasileiro da fronteira, a ação policial uruguaia provocou protestos indignados e a Câmara de Vereadores chegou a entrar em sessão permanente e se declarar em "vigília cívica". Onze dias depois do seqüestro, alertados por um dos membros da Câmara, todos os vereadores se deslocaram para um ponto indicado, onde encontraram um jipe do Exército uruguaio, de placas E-2452, número 253, nas proximidades da residência do pai de um amigo de Pedro Otávio. Ante a presença dos vereadores, os militares castelhanos voltaram a seu país, sem serem incomodados.

Para entender o clima que incidentes deste tipo provocam, é preciso conhecer a disposição dos habitantes uruguaios e brasileiros na fronteira durante determinados momentos. A invasão de polícia ou troca de preso até há uns 15 anos não era admitida e ainda neste episódio de agora os jornais brasileiros procuraram manter a denúncia latente, até o momento que foram solicitados, pelos órgãos policiais, a não continuar com o assunto.

No atual caso de seqüestro existem antecedentes. Pedro Otávio Araújo em mais de uma vez esteve envolvido em contrabando e foi até condenado por chefiar uma quadrilha de contrabandistas, há seis ou sete anos. Cinco dias antes de ser seqüestrado, Pedro Otávio foi chamado na delegacia de polícia brasileira, onde recebeu a informação de que o coronel Reginaldo Rocha, chefe de polícia em



A Platéia

Pedro: incomunicável há dois meses

Rivera, queria sua presença "do outro lado" para depor sobre o estranhíssimo roubo de um caminhão. O veículo fora apreendido com contrabando e estava no pátio da chefatura, de onde foi tirado numa madrugada em circunstâncias dignas dos melhores filmes policiais. Pedro Otávio era suspeito disso: "Não vou, pois não confio na polícia do meu país", disse ele, que é casado com mulher brasileira, tem uma filha nascida no Brasil e é comerciante em Livramento.

Na ânsia de descobrir o roubo do caminhão, a polícia de Rivera fez duas outras incursões por território brasileiro. Na primeira, levou o brasileiro Joaquim Vieira Lopes, 27 anos, dono de um ferro velho em Livramento. Na outra, prendeu o uruguaio — dono de um armazém no Brasil — Walter Protti, que foi arrancado de casa à força por policiais armados. Protti conta que "quase morreu de justo" quando chegou na chefatura e viu Joaquim sendo duramente castigado no pau-de-arara.

Em depoimento escrito, ele contou, falando de Joaquim Lopes: "Começaram a dar-lhe uma *paliça bárbara* (surra) e ele chorava e gritava e pedia que não lhe dessem mais. Ele desmaiou e lhe jogaram água na cara antes de acordar e passar ao calabouço".

Pedro Otávio Araújo continua preso em Rivera e em Livramento discutem-se dois detalhes: a truculência do coronel uruguaio Reginaldo Rocha, que já avisou que na sua cidade as mulheres estão proibidas de andar de bermudas na rua, e a mudança de hábitos nas ruas das duas cidades que têm vida comum (são separadas — ou unidas — por uma rua, apenas). A polícia brasileira não está dando muita importância às seguidas invasões da polícia uruguaia, o que deixa suspeitar que pode haver reciprocidade e gera insegurança dos dois lados.

Manoel Canabarro

Jornalistas alemães escrevem a Geisel

Acostumados com visitas de dirigentes de Estados estrangeiros, os alemães ficaram surpresos com a invasão de brasileiros que faziam parte ou acompanhavam a comitiva do presidente Geisel. A visita feita em março, oficialmente, não trouxe nada de novo e veio apenas solidificar as bases de um acordo.

A viagem do Presidente brasileiro não aconteceu numa época feliz. A greve influiu decisivamente para que a sua imagem e a do Brasil não encabeçassem as manchetes dos jornais diários. Das revistas, apenas o semanário *Stern* registrou em matéria de duas páginas a futura chegada do "descendente de alemães". E nem mesmo a *Der Spiegel,* habituada a sérias reportagens sobre países em desenvolvimento, achou a vinda de Geisel digna de nota. Já a televisão divulgou apenas duas breves notas: a da chegada e do encontro com o chanceler Helmuth Schmidt.

Mas, nem por isto os jornalistas deixaram de aproveitar a passagem de Geisel pela Alemanha Federal. Uma carta aberta entregue ao Presidente, assinada por 200 jornalistas fez vários apelos pela Anistia e Liberdade de Imprensa:

"Excelência. Com grande interesse, nós, jornalistas sediados em Bonn, acompanhamos a sua política de distensão, a qual em alguns aspectos reforçou a validade dos direitos humanos em seu País. Também tomamos conhecimento da redução parcial da censura.

Aproveitando sua visita a Bonn, gostaríamos de apelar no sentido de que os direitos humanos em seu país sejam observados, a fim de evitar trágicos acontecimentos como a morte de nosso colega Pfützenreuter (15 de abril de 1972) e de Vladimir Herzog (24 de outubro de 75) não voltem a se repetir.

Solicitamos o esclarecimento das prisões e desaparecimentos dos colegas David Capistrano da Costa (1974, 63 anos); Issami Makamura Okano (1974, 31 anos) e Hiram Lima Pereira (1975, 61 anos).

Pedimos também a libertação de nosso colega Fernando Pereira Christing, do jornal *Voz Operária* (1975, hoje com 61 anos), o qual se encontra no Instituto Penal Esmeraldino Bandeira no Rio de Janeiro.

Reivindicamos a abolição da censura prévia para o jornal *Movimento* de São Paulo, para o semanário *O São Paulo* e para o diário *Tribuna da Imprensa,* do Rio de Janeiro. Além do mais reivindicamos a proibição de represálias contra jornalistas e editoras. Nossa imagem sobre seu País, orientar-se-á de acordo com sua atitude perante nossas reivindicações".

A carta foi uma inciativa da Associação Alemã *Jornalistas Ajudam Jornalistas,* uma entidade fundada há pouco em Munique e que encontra adeptos também em Colônia e Bonn. Dessa entidade fazem parte jornalistas, alemães e estrangeiros de rádio, jornal e televisão. Seu objetivo é alertar a opinião pública para prisões e mortes de jornalistas, além de oferecer assistência aos que encontram dificuldades em seu país, com a falta de Liberdade de Imprensa.

Eva Dürr

Um cartaz para a Anistia

A idéia é do *Pasquim*, mas já tem o apoio dos jornais *Versus, Movimento, Repórter, Coojornal* e outros da imprensa alternativa que se associam para promover um concurso de cartazes sobre o tema *Anistia*.

O regulamento do concurso será divulgado por estes jornais nas próximas semanas. Serão selecionados dez cartazes. O melhor será impresso e entregue às entidades que estão promovendo campanha pela anistia de todos os condenados por crimes políticos pela Revolução de 64.

Os prêmios para os vencedores serão obras de artistas plásticos brasileiros. O primeiro lugar receberá um quadro da pintora Djanira e os demais receberão quadros de Aldemir Martins, Carlos Scliar, Glauco Rodrigues, Gershmann e outros que já prometeram doar obras suas para a premiação. Serão 10 prêmios ao todo.

"Não há espírito de revanche"

Alfredo Hélio Hyrkis tinha 18 anos e estudava no Colégio Aplicação, no Rio. Foi um dos tantos estudantes que optaram pela guerrilha depois do endurecimento do regime, a partir do AI-5.

Nunca chegou a ser preso, mas recebeu condenações por atos terroristas. Foi condenado à prisão perpétua pelo seqüestro do embaixador alemão no Brasil em 1970 (para impedir que matassem o embaixador Von Holeben, o Governo Brasileiro teve que libertar 40 presos políticos). Foi também apontado como um dos principais seqüestradores do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, trocado por 70 presos políticos no mesmo ano.

Além disso, teve outras condenações — entre elas pelo desvio de dois caminhões de um supermercado, no início de 71 (os alimentos foram distribuídos aos moradores de uma favela carioca).

Pouco depois, conseguiu sair do Brasil, inicialmente para a França e, em seguida, para o Chile e Argentina. Atualmente, com 27 anos, vive como asilado em Lisboa, onde chefia a edição em português dos Cadernos para o Terceiro Mundo, *revista editada no México, depois de ter colaborado em vários jornais europeus e escrito dois livros, um sobre a queda de Salvador Allende e outro sobre o último Governo Peronista.*

No mês passado, em Lisboa, ele falou sobre as atividades em que se envolveu, anistia, e outros temas atuais ao repórter Sérgio Oliveira:

Samuel Iavelberg/Veja

Hélio Hyrkis: "Fomos empurrados para a violência"

O que pensa hoje da contestação armada ao regime, sobretudo no período 69-72?

— Há nove anos toda uma geração da juventude brasileira que vinha participando do movimento estudantil de 68 se viu de tal maneira perseguida, acuada e humilhada que teve que optar entre a submissão e o silêncio absoluto ou uma resistência por vezes até desesperada. Na época, toda atividade política e reivindicativa foi empurrada para a clandestinidade total e nessas situações criam-se engrenagens de violência difíceis de evitar. Na época eu tinha 18 anos e era estudante secundarista. Vivi o esmagamento do movimento estudantil e toda aquela situação de medo e asfixia. Creio que cometemos muitos erros políticos, fruto sobretudo da nossa inexperiência e imaturidade, mas isso não quer dizer que me arrependa de ter resistido da maneira que me parecia possível, na época.

Isto significa que você é contrário à ação armada num Estado de Direito?

— Sou totalmente contrário ao recurso a ações armadas em países onde haja liberdade, um Estado de Direito e a possibilidade de livre expressão e organização sindical e política. Não é à toa que durante o Governo de Juscelino, por exemplo, ninguém pensava nisso. Em situações de opressão aguda isto quase sempre acaba acontecendo, independente da eficácia política que possa ter ou não, em cada caso particular.

Como vê essa questão na situação atual no Brasil?

— Não acredito que sejam possíveis grandes mudanças sociais, em profundidade, a curto e médio prazo. Seria irrealista esperar isto, mesmo porque elas não poderão ser obra de grupos ou vanguardas isoladas, mas de todo um povo consciente e organizado. Também não acredito em modelos de transformação calcados em fórmulas importadas, autoritárias e burocratizadas que coibam a liberdade e a diversidade de opiniões. Não são aplicáveis no Brasil. Acredito, porém, que é possível, a curto prazo, conquistar-se uma situação de convivência democrática onde seja possível a livre expressão de idéias e reivindicações. Acho que é possível chegar-se a um Estado de Direito e à abertura de um espaço para certa melhoria nas condições de vida. Aliás, a redemocratização no Brasil é mais fácil do que na Espanha onde ainda havia radicalização e ainda há contestação violenta. No Brasil, hoje ninguém pensa em luta armada. Aliás, os órgãos de repressão política são os primeiros a saber que não há grupos armados no país desde 1973.

Acha que a sucessão e as reformas previstas podem conduzir à abertura?

— Não. São uma forma de perpetuar o atual estado de coisas. O problema não é se o Presidente vai ser militar ou civil. Isso é secundário. Se fosse eleito pelo povo, em eleições livres e diretas, de acordo com uma constituição que também emane da vontade popular, expressa nas urnas, com todas as garantias e liberdades indispensáveis, poderia até ser militar. Vejam Portugal. O general Ramalho Eanes foi eleito pelo povo livremente, de acordo com uma Constituição que também emana eleições livres e democráticas. E tem se demonstrado um Chefe de Estado preocupado em defender essa Constituição que é uma das mais avançadas do mundo. Se Portugal, com todas as enormes dificuldades do seu traumatizante processo de descolonização, com uma economia tão frágil e problematizada pode viver em liberdade, depois de 48 anos de salazarismo, por que nós não podemos?

Como encara a questão da Anistia?

— A Anistia é a primeira exigência de todos os brasileiros que querem viver em liberdade. A Anistia só pode ser geral, não se regateia. Como seria possível uma redemocratização com presos políticos entre quatro paredes há sete, oito anos, com exilados que não podem voltar a sua Pátria?

E sobre a questão da Anistia Recíproca?

— A Anistia deve representar o fim de um clima de inquisição permanente. Os indivíduos para os quais se pretende a tal reciprocidade não estão presos, nem exilados, nem perseguidos. Têm todo o Poder. Algumas pessoas pensam que colocando as coisas em termos de "recíproca", a Anistia seria mais facilmente aceita na área militar. Não tenho essa opinião. A repressão política é obra de estruturas especiais. Funcionam à parte e violam a própria hierarquia militar. Estou convencido que a maioria dos militares não pode ser responsabilizada por muitas coisas. Acho inclusive que tem o interesse de se demarcar com relação à pequena minoria que os pratica. O caso do PARA-SAR é um bom exemplo. Estas estruturas especiais precisam ser desmanteladas. Sem isso não existirão nunca as garantias individuais e o Estdao de Direito.

Certos meios afirmam temer o revanchismo e a subversão no caso da Anistia, qual é a sua opinião?

— Pessoalmente não me sinto alimentado por nenhum espírito de revanche, muito menos de vingança. Se tivesse vocação para perseguidor estaria do outro lado. Não há razões para temerem a nossa volta. Podem sim, ter medo da verdade. De tudo que aconteceu nestes anos vir a ser conhecido. Mas isso independe de nós. De qualquer maneira se saberá. Acho que esta verdade terá um grande valor cívico e didático.

ASSINE DE FATO

Nome _____
Profissão _____ Idade _____
Endereço _____
Cidade _____ Estado _____
CEP _____

O interessado deve enviar pelo correio o cheque nominal ao Jornal DE FATO — Avenida do Contorno 2399 — fundos — Floresta — B.H. — CEP-30 000

Assinatura anual
$ 100,00

Agentes Universitários

O COOJORNAL está selecionando representantes para colocação de assinaturas nas Faculdades da capital e interior.

Tratar na Com. Coruja, 372 - Porto Alegre - RS

Figueiredo: sete entrevistas "exclusivas"

Desde 5 de janeiro, quando foi indicado para suceder Ernesto Geisel na Presidência da República, o general João Baptista Figueiredo deu sete entrevistas "exclusivas" — falando a todos os jornais e que realmente influem na opinião pública do País.

É um recorde, que supera talvez a soma de todas as entrevistas dadas por presidentes nestes 14 anos da Revolução de 64. A explicação mais comum para esse repentino amor pela Imprensa é a de que ele faz parte de um plano para consolidar o consenso em torno do nome de Figueiredo — que se compromete em dar prosseguimento às reformas políticas iniciadas por Geisel — e eliminação ou redução dos focos de resistência que ainda existem a sua candidatura.

A primeira entrevista foi publicada por Veja, *em 11 de janeiro. Depois foi a vez do* Jornal do Brasil (23/2), O Globo (24/2), Folha de São Paulo (5/3), Estado de São Paulo (6/4), *revista* Isto É (*1ª semana de abril*) e Manchete (*2ª semana de abril*) *Figueiredo recebeu os representantes de cada um desses órgãos separadamente em seu gabinete e nas conversas (em que não permitiu anotações nem gravações) houve lugar até para diálogos um pouco ásperos.*

Num momento, irritado por insistentes perguntas sobre formas de democracia, o candidato respondeu:

— Olhem aqui, se vocês vieram aqui para me convencer a derrubar o regime brasileiro vocês podem desistir, porque eu não vou mesmo.

Do conjunto de entrevistas, sobressaem alguns pontos básicos que deverão orientar a ação do futuro Governo em determinadas questões importantes. A seguir, as opiniões de Figueredo sobre as questões do momento, extraídas de suas entrevistas.

luiz abreu

O recorde de Figueiredo: sete entrevistas, por enquanto

ABERTURA, REFORMAS E A VITÓRIA DA ARENA

— Eu acredito que se formos apressados na abertura, poderemos botar tudo a perder. Há metas atingíveis, outras em que é bobagem pensar agora. (**Isto É**)

— O MDB é um partido criado pela Revolução e, em certos momentos, alguns de seus integrantes aproveitam-se disto para contestar a própria Revolução. Nem todos os emedebistas agem assim, mas os que agem são responsáveis pelos inúmeros retrocessos da nossa política recente. (**Jornal do Brasil**)

— Eu não gostaria de adiantar nada, por enquanto, já que quase todos os tópicos das reformas estão ainda em discussão. Muito pouca coisa foi definida.Como eu disse, acho que as eleições de novembro é que poderão abrir um horizonte mais amplo... (**Isto É**)

— Se o MDB consegue uma nítida vitória, o partido ficará empolgado, ficará mais fácil para eles criticarem e reivindicarem e ficará mais fácil para o outro lado justificar uma reação contrária às reformas. (**Isto É**)

— Uma vitória da Arena simplesmente facilitará a caminhada em direção à abertura. Ajudará a afastar um obstáculo importante. Eu sei que é arriscado fazer prognósticos sobre qualquer eleição. Eu não acho que o MDB tenha um grande eleitorado. O eleitorado do MDB é formado por aqueles que estão descontentes com a Arena. (**Isto É**)

— Se a Arena ganhar as eleições vai faltar argumento aos que se opõem à abertura. Vencendo o MDB ficaria naturalmente mais efervescente. Quanto mais efervescência, menos distensão. (**Isto É**).

— Não, o eleitor brasileiro ainda não tem o nível do eleitor americano, do eleitor francês. O Getúlio não fez uma ditadura sanguinária e acabou sendo eleito? Vocês sabem que no Rio Grande do Sul houve uma seca, e os eleitores decidiram votar contra o Governo, porque não choveu? Um eleitorado não elegeu o "Cacareco"? Então uma coisa dessas não tem cabimento. (**Folha de São Paulo**).

— Veja se em muitos lugares do Nordeste o brasileiro pode votar bem, se ele não conhece noções de higiene? Aqui mesmo em Brasília eu encontrei outro dia, num quartel, um soldado de Goiás que nunca escovara os dentes e outro que nunca usara um banheiro. E por aí vocês me digam se o povo já está preparado para eleger o Presidente da República. (**Folha de São Paulo**).

— Um operário já acorda agredido, pois vê o seu barracão caindo, os filhos com fome, leva três horas para chegar no seu local de trabalho, outras tantas para vôltar, alimenta-se mal. Não há Governo que ganhe eleições assim, ainda mais quando se sabe que em 1983 perto de 80% da população brasileira estará concentrada em 15 grandes cidades. (**O Estado de S. Paulo**)

REVOLUÇÃO, GOVERNO E FORÇAS ARMADAS

— A Revolução sempre atuou na forma de reação a pressões ou contestações. Porque uma coisa é Governo, outra o reflexo que a realidade gera nas Forças Armadas. Elas reagem. Muitas vezes o Governo consegue superar reações, mas em outras não. (**O Estado de S. Paulo**).

— Todos os partidos, sem que nenhum pertença ao Governo, precisarão atuar aceitando a Revolução como realidade maior, necessária à recuperação nacional que vem sendo promovida e a nossa transformação em grande potência, pela solução de problemas sociais, econômicos, administrativos e políticos. Os partidos podem e devem discordar dos governos, sempre que entendam necessário, mas isso é coisa bem diferente de se colocarem contra a Revolução (**O Estado de S. Paulo**).

— A oposição precisa comportar-se como oposição, jamais como contestação, pois aqui entra o fator revolucionário. Sempre que a contestação toma o lugar da oposição, as Forças Armadas discordam e reagem, com justa razão, e não poderemos nos arriscar a ver tudo voltar atrás, pois teremos perdido, politicamente, os últimos 14 anos. (**O Estado de S. Paulo**).

— O apoio popular é uma incógnita para mim. Jamais fui candidato a cargos eletivos, por isso não me julgo popular. Quero crer que não disponha desse apoio, pois meu nome surgiu revolucionariamente. Quanto à base militar de minha candidatura, sinto possui-la, pelo que conheço de meus companheiros após 40 anos de vida castrense. (**O Estado de S. Paulo**)

ANISTIA E REVISÃO DE PUNIÇÕES

— Esta onda é de gente que não quer abertura política. Quem a quer não pede anistia ampla e irrestrita. É um tema que pode ser melhor discutido numa fase posterior e que colocado agora só serve de estorvo aos reais interesses por uma abertura Tenta-se avançar demais. O que é um erro. (**Jornal do Brasil**).

— Anistia é esquecimento. E não é possível esquecer os crimes dos que assaltaram bancos, assassinaram e seqüestraram. Estes são crimes comuns. E não cabe a alegação de que a motivação foi política. Esses crimes não é possível esquecer. O alegado motivo político não justifica nada. Muito ladrão rouba porque está passando fome e, no entanto, paga por isto. (**Veja**)

PRIVATIZAÇÃO — ESTATIZAÇÃO

— Existem dois tipos de empresários: os irritados e os que procuram compreender os esforços do Governo. Quanto aos primeiros, sinto que não têm razão. Insurgem-se contra o Governo, na maioria dos casos apenas porque não foram ouvidos. Mas não tenho dúvidas de que, ao primeiro sinal de perigo comunista, virão todos pedir providências e ajuda, inclusive dispostos a dar a metade de seus bens para garantir a outra metade. Mas têm razão, em parte, os que reclamam contra a estatização. (**O Estado de S. Paulo**).

— Outro aspecto a ressaltar é o daqueles que falam em desestatização e se apresentam para comprar empresas estatais, mas com o dinheiro oficial. Com as burras da Nação. Assim não dá... Quem quiser entrar em atividades, hoje nas mãos do Estado, que o faça. Será bem-vindo. Mas correrá todos os riscos, pois não vamos dar dinheiro fácil. (**O Estado de S. Paulo**).

CAPITAL ESTRANGEIRO

— Quanto ao capital estrangeiro, queremos e precisamos que venha auxiliar o nosso desenvolvimento. Temos pressa e sede de progresso, precisamos queimar etapas, o que não se conseguirá sem ele. Não dispomos do capital necessário e o que fazemos agora exprime a única opção: apelar para o capital estrangeiro, corrermos o risco, como eles também devem correr. Para coibir abusos, temos a lei, e nesse meio-termo precisamos progredir. O desenvolvimento brasileiro sem a ajuda externa é impossível, e eu pergunto: Qual o capital que vem de fora porque gosta de nós, em função dos belos olhos dos brasileiros? Nenhum. Querem retribuição, querem tirar o máximo, cabendo a nós oferecer o lucro em troca, mas limitá-lo aos nossos interesses e a nossa legislação. (**O Estado de São Paulo**).

REFORMA AGRÁRIA E DIREITO À GREVE

— Reforma agrária não se faz por um apertar de botão. Antes de mais nada é preciso conscientizar o homem do campo sobre uma série de coisas, inclusive os progressos tecnológicos do setor.

— Até pouco tempo, por exemplo, o Rio Grande do Sul só usava os pampas para criar o boi. O pecuarista ficava sentado na cidade e soltava as vacas no campo. Elas pariam e ele ganhava dinheiro. Durante muito tempo o gaúcho foi gigolô de vaca. Agora eles passaram a dar razão aos paulistas e a perceber que a técnica precisa entrar na agricultura. (**Folha de São Paulo**)

— Eu acho que os trabalhadores precisam ter o direito à greve, esgotados os outros recursos, as negociações. Mas não posso conceber a greve em setores vitais para a comunidade. Distribuição de gasolina, transportes coletivos, bombeiros. Sem esses setores, o País pára.

IMPRENSA

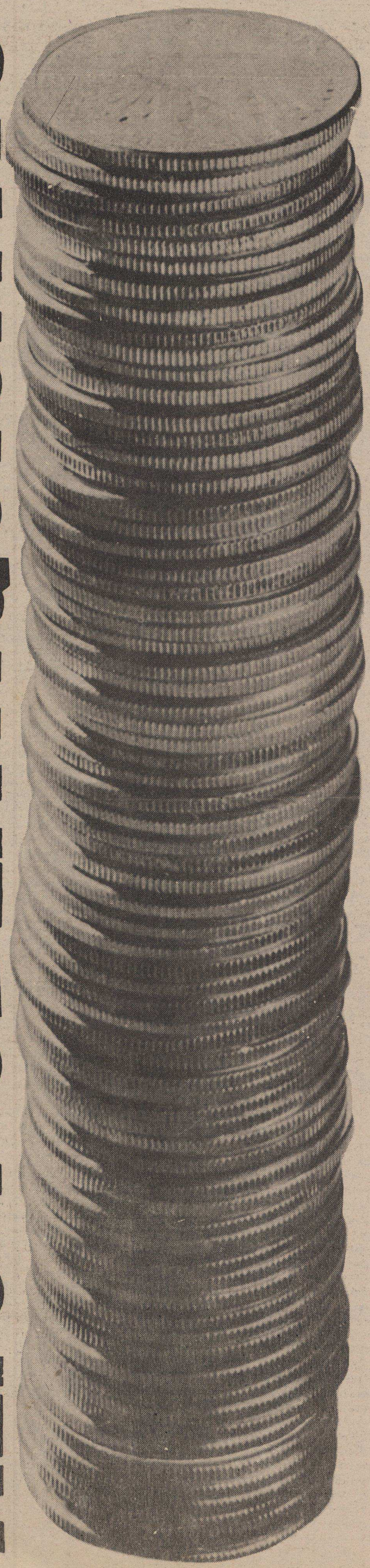
— Vocês falam muito em censura mas se esquecem que a censura começa na casa de vocês. É, vocês já viram algum jornal publicar alguma coisa que seja contra o interesse dos donos. (**Folha de São Paulo**).

— A opinião pública não existe, vocês é que formam. Se vocês quiserem, vocês mudam a opinião pública. (**Folha de São Paulo**).

INTELECTUAIS

— Eu gostaria de saber o que é um intelectual. Um artista de rádio é um intelectual? E um artista de teatro? E um artista plástico? Então eu acabo perguntando: Por que um artista de teatro, que não fez maiores estudos sobre Ciência Política, tem autoridade para ditar regras e conceitos sobre Política? Às vezes, eu acho que eles pensam que têm mais autoridade que os militares. Por que o Chico Buarque de Holanda, que é um compositor de quem eu gosto e admiro, tem mais autoridade que eu para conversar sobre Política? Acho que isto é um preconceito. Eu estudei mais Política que ele, seguramente. Eu estudei Matemática a fundo. Eu pergunto: o fato de ter estudado Matemática não me daria também a condição de intelectual? Diante disso, eu acho que para ser um ideólogo político, para tentar convencer os outros com idéias políticas o cidadão deve, ou participar de Política, ser um militante, ou ser cientista social, ou cientista político. Eu sei que a maioria dos cientistas políticos hoje no Brasil tem tendências esquerdistas. Não importa. É preciso respeitá-los. (**Isto É**).

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

RADIO UNIVERSAL FM STEREO

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".

Agricultura na visão de quem planta

O agricultor Alcides Artuzzo está com 48 anos, 25 dos quais buscando na terra um meio de sobrevivência. Filho de agricultores e com muitos irmãos, desde cedo ele aprendeu a dureza do ofício e solidificou a idéia de que "o agricultor está sozinho e não há Governo que o defenda, se isto não lhe render votos no dia seguinte". Artuzzo hoje é um produtor de porte médio, planta mil hectares em Passo Fundo e outro tanto no Mato Grosso, com a parceria de um irmão, mas conserva o jeito simples herdado do tempo de pequeno agricultor. Obviamente, ele não será ouvido pelos que estão fazendo planos para o País e para a agricultura. Em todo caso, aqui algumas de suas idéias:

— Fico triste quando vejo o agricultor pedindo mais preço, ou se alegrando quando a bolsa em Chicago chega ao limite de alta. O agricultor deve pedir preço baixo para que todo mundo possa comer o que ele está plantando. E deve fiscalizar permanentemente, através de suas entidades de representação, para que fiquem baixos também os preços do adubo, fertilizante, máquinas agrícolas, peças e combustível. Não adianta nada ganhar Cr$ 300,00 com a soja, se gasta-se todos os Cr$ 300,00 preparando a terra e colhendo a safra.

— A força da agricultura está no pequeno agricultor. O Governo deveria fazer de tudo para não deixar este homem vender sua terra, desencantado com a vida que leva, e ir passar fome ao redor das cidades. Mas ninguém liga para ele e para o que pode produzir. Na propaganda do rádio e da televisão, a gente vê falar no pequeno agricultor e no apoio que está recebendo. Mas quando êle vai ao banco pedir um empréstimo, até mesmo para colocar a semente na terra, saem com coisas que muitas vezes ele nem consegue entender. E abusam da sua inocência, como cheguei a ver umas vezes e, inclusive, precisei intervir, porque ficam conversando e conversando, mandam o homem voltar na semana que vem e não resolvem nada. Pedem garantias que ele absolutamente pode dar. Não tem mais que uma terrinha e muitos pares de braços em sua própria família para trabalhar.

— Trator, pelo que custa, não é coisa de se botar na lavoura; é de se passear com ele na rua principal da cidade. Enquanto o trigo aumenta 25%, um trator que em março do ano passado custava Cr$ 127 mil está agora a Cr$ 210 mil. Fui olhar e desisti. Os tratores são feitos para não durar muito, para que se compre outro logo. É difícil o que resista mais de seis anos. E se você quiser renovar um trator que custa Cr$ 200 mil, pelo preço das peças ele vai a Cr$ 2 MILHÕES: Uma coisa necessária é o tabelamento das peças, e então é possível fazer o que o Governo quer: comprar menos máquinas novas.

— Nós temos que evitar a monocultura da soja. Isto é ruim para a terra, para o agricultor e para o Brasil. É preciso se valer da rotatividade e plantar outras culturas. Já fiz isso, variando as terras com o sorgo e o milho. E a produtividade da soja aumentou muito, é como se a terra descansasse. No inverno, é preciso abandonar o trigo e partir para o confinamento, criando gado de corte, gado leiteiro, suinocultura.

—Mas, para tudo isso, precisa disposição do Governo. Primeiro, para ir introduzindo devagar, porque o agricultor só acredita naquilo que vê; então, alguns precisam fazer, e se der certo, os outros seguirão. Segundo, é preciso um programa de apoio creditício, porque um confinamento sai caro: depende-se de silos, secadores, mangueiras, água encanada, máquinas para cortar feno e enfardar, moinho e outras coisas mais.

Tomás Pereira

Seleção: faltam os crocodilos indianos!

Quando voltar a Teresópolis no fim de abril, para mais um mês de treinamentos, a Seleção Brasileira encontrará novamente o mesmo sofisticado e amplo esquema de segurança — com 66 policiais — que já teve à disposição na primeira fase de preparação para a Copa do Mundo. O esquema faz principalmente a glória de dois homens — os seus comandantes: o delegado de polícia de Teresópolis, Hamilton Monnerat, e um policial especialmente designado do Rio de Janeiro, Hélio Vigio.

Monnerat passou nove obscuros anos em Teresópolis, contentando-se em evitar a presença de prostitutas na cidade e em combater qualquer tipo de jogo a dinheiro. A prostituição quase não existe, realmente, e poucas pessoas se arriscam a um jogo de cartas: o delegado já invadiu residências para rasgar baralhos e derrubar mesas. Mas só agora está satisfeito, pois finalmente conseguiu ter o nome em jornais de todo o Brasil. Antes ele só aparecia no noticiário do repórter policial **Gato Preto,** da *Gazeta de Teresópolis*.

Vigio já tinha o nome nos jornais há muito tempo. Ele era muito citado na crônica policial, como membro do Esquadrão da Morte — há até informações de que foi quem matou o detetive Le Coq, por engano, naturalmente. Misto também de preparador físico, especialista em lutas marciais e supervisor de clubes de futebol para os quais organiza serviços particulares de segurança, Vigio é uma figura simpática aos repórteres esportivos cariocas. Sua missão em Teresópolis parece no mínimo estranha: impedir que a polícia atrapalhe os jornalistas.

A concentração da seleção, no Hotel Pinheiros — um conjunto de seis pequenos prédios, construídos numa área de cinco hectares — ajuda a compor a idéia de que as precauções da segurança chegam a ser ridículas. O único acesso ao hotel, através do riacho Quebra-Frascos, é um pontilhão de madeira, ocupado durante as 24 horas pela polícia. Os jornalistas têm lamentado que o pontilhão não seja elevadiço e que o riacho (ou fosso?) não tenha crocodilos indianos: assim o ambiente medieval estaria completo.

O acesso da Imprensa à concentração é quase totalmente proibido. Em 17 dias, no mês passado, os repórteres só puderam entrar três vezes no hotel. O esquema de segurança tem 20 homens da delegacia de Teresópolis, 10 da Polícia Militar da cidade e 36 do Rio. Na delegacia, há sempre 14 detetives, seis carros e três radioperadores de plantão, e 20 policiais morando (e comendo) na concentração. Os comerciantes e moradores de Teresópolis estão indignados, pois acham que ficaram sem qualquer proteção.

Irineu Dickel

Paulo Dias

Um bate-bola da Seleção em Teresópolis: oito bolas para os exercícios e oito policiais para garantir a segurança dos jogadores

Como vender mais remédios?

Impedidos de anunciar quase todos os produtos na televisão, jornal ou qualquer outro meio de massa, os 460 laboratórios farmacêuticos instalados no País só dispõem, a rigor, de dois veículos para levar a propaganda dos seus oito mil produtos aos médicos brasileiros: folhetos coloridos e amostra grátis dos remédios.

Diante dessas restrições legais, os gerentes de *marketing* dos laboratórios realizaram, na última semana de março, no Rio, o 1º Congresso Latino-Americano da Indústria Farmacêutica. Seu objetivo: aumentar a eficiência dos seus escassos meios de Comunicação, praticamente os responsáveis pelo faturamento dessa poderosa indústria, que no ano passado atingiu Cr$ 18 bilhões.

Durante quase todas as conferências, que se seguiram de meia em meia hora, das 9 às 18h, no Hotel Sheraton, os hábitos, as pequenas fraquezas e demais características psicológicas dos 77.256 médicos brasileiros em atividade foram profundamente vasculhados.

A indiscrição é explicada pelo fato de que apenas esse grupo profissional pode autorizar o consumo de quase todos os seus produtos. Além das novas técnicas para abordar essa clientela, e das táticas que os seus representantes deverão usar para merecer a atenção, alguns conferencistas advertiram muitas vezes aos 170 participantes do Congresso: nunca desagradem a classe médica. Eles sabem que os médicos costumam responder com represálias fatais, quando os remédios tornam-se demasiadamente populares: são excluídos das receitas.

Mas não foi essa a única advertência que receberam. O presidente da *Abifarma,* Ismar de Moura, que também é presidente do *Laboratório Merrel,* acusou os gerentes de *marketing* de serem os responsáveis por quase todas as críticas feitas à indústria farmacêutica. "Somos criticados por excesso de produtos, preços altos, embalagens luxuosas, literaturas policrômicas e dispendiosas e promoções excessivas e nem sempre verdadeiras, além da prática de distribuição onerosas."

Disse ainda que "precisamos continuar trabalhando por um *Marketing* sério", que sabemos é o praticado pela grande maioria das empresas, mas que também sabemos ser totalmente ignorado por algumas indústrias que mereciam ser eliminadas de nosso meio, por falta de princípios éticos e pelos reflexos negativos de suas atitudes, que comprometem a imagem de todas as empresas". Essas advertências foram repetidas em tom verdadeiramente patético por outro conferencista, Warley Ornellas, também do *Laboratório Merrel*. Ele repetiu as palavras do profeta Isaías ("já não se faz caso do homem"), aos seus colegas, para que não lancem produtos ruins no mercado. "Não temos direito de prejudicar nossos semelhantes" — concluiu.

Durval Guimarães

A discussão em torno dos modelos

O que vem caracterizando a atual fase da controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico não é a divergência entre técnicos de fora e de dentro do Governo. Talvez pela falta de alternâncias no Poder este tipo de divisão saudável não existe e não permite sua maior amplitude em termos de experiência vivida e em função de decisões a serem tomadas.

A polêmica, que se instala em universidades, em sociedades e associações de classe é realizada agora dentro das próprias esferas governamentais. E para tanto concorrem algumas situações favoráveis. Em primeiro lugar,o modelo que atingiu seu ponto de ápice na administração anterior começa a dar sinais inequívocos de esgotamento e apresentar resultados altamente questionáveis.

Em segundo lugar, a definição da nova administração se realizará ainda no corrente ano. O plano administrativo começa a ser elaborado e portanto qualquer mudança de ênfase ou de diretriz só poderá ser consubstanciada nos próximos meses ou então terá de esperar por condições extremamente adversas capazes de exigir uma profunda modificação em todo o esquema em andamento.

Portanto tudo se resume neste primeiro semestre do ano e talvez no início do segundo quando então o programa de ação estará delimitado, a diretriz fixada, os envolvimentos técnicos perfeitamente conhecidos, os executivos tecnocráticos tornados públicos, compondo um quadro que vai definir os rumos da economia já que a participação e ingerência do setor público condiciona toda a evolução econômica do País.

É neste quadro que os técnicos governamentais estão lutando por posições. Posições de mando embora não configuradas no aspecto restrito de dono de um Poder. Mas pelo contrário,pela abrangência de uma idéia, ou pela necessidade de serem alterados rumos, ou então pela justificativa de serem mantidos os caminhos até aqui seguidos e que para alguns surtiu e surte os efeitos desejados.

Os documentos postos a público e realizados por técnicos do Ipea — um organismo do Ministério do Planejamento — e por elementos do BNDE — o principal organismo de crédito de longo prazo — ressaltam a imensa urgência que se tem na sociedade brasileira de encontrar soluções capazes de estimular o mercado interno como questão fundamental e, por conseqüência, gerar as condições de proteção à indústria nacional e, reequacionar a questão angustiante da distribuição de renda.

Em outra trincheira — Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior — estipulam-se as bases para manutenção do modelo exportador, especialmente o do Governo anterior e mais precisamente o roteiro de trabalho do ex-ministro Delfin Neto. Uma pequena variação em torno da agricultura e a readaptação do modelo às peculiaridades de meia década depois seriam a tônica e a essência da linha a ser seguida.

E este enquadramento pode ser consubstanciado em algumas respostas a problemas cruciais que o "milagre brasileiro" não foi capaz de superar. A tese de que o modelo de substituição de importações foi concentrador de renda e o seu similar exportador é desconcentrador poderá ser utilizada com a maior das intensidades para justificar a manutenção e o revigoramento de um esquema que começa a apresentar sérias brechas.

O que parece difícil no campo teórico é entender como a substituição de importações — que é a base do processo de industrialização — criou uma aglutinação de rendas e o modelo exportador consiga desagregar riquezas. Os dados do IBGE por si só desmentem essa afirmativa que vem sendo cuidadosamente introduzida nas reuniões e palestras realizadas pelos integrantes mais proeminentes da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, entidade dirigida pelo ex-ministro Marcus Vinícius Pratini de Morais e onde estão hoje alguns dos mais estreitos colaboradores de Delfim Netto no seu tempo de Ministro da Fazenda.

Mas não fica aí a principal instrumentação de uma nova tentativa de incrementar as vendas externas como variável principal da economia. O destaque acentuado de dar ao setor primário uma nova configuração mostra a impressão que um "novo milagre" esteja sendo preparado para a agricultura brasileira o que reviveria um desejo jusceliniano de dar um passo de 50 anos em cinco anos, agora numa versão mais moderna de 60 em seis anos.

Tal espírito pode levar às mesmas conseqüências verificadas para o setor industrial na administração passada quando o afluxo de capitais estrangeiros povoou o campo fabril, gerando uma desnacionalização que os setores técnicos ligados ao mercado interno estão sendo pródigos em salientar como um alerta do que não deve e não pode ser feito daqui para diante.

Transformar a agricultura brasileira numa grande e eficiente empresa com vistas ao mercado exportador — já que se propaga abertamente que exportar alimentos não é desdouro — viria necessariamente implicar na formação de grandes conglomerados agrícolas onde a pequena propriedade rural não terá nem poderá ter vez, por uma questão de potencialidade, de produtividade e, antes de tudo, de competitividade com os grandes complexos de produção.

Salvo melhor juízo e com base na experiência anterior fica perfeitamente entendível que a concentração de renda deverá ser desfavorecida em nome do crescimento e de uma posterior repartição do bolo econômico, obviamente após um longo período de maturação, ao qual não se estabelece prazos nem tampouco forma.

É dentro deste enfoque antagônico que se debate o futuro — pelo menos teórico — da economia para os próximos anos. Bem mais realista e um tanto mais aproximado daquilo que se imagina o que sejam os objetivos nacionais, o posicionamento dos técnicos do Ipea e do BNDE é muito melhor recebido do que as esparsas filtrações que se obtiveram até agora oriundos da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior.

Entre a renovação do "milagre" e suas conseqüências e a opção para uma economia voltada um pouco mais para dentro e aspirando a resolução de tensões sociais existentes no sistema é que se desenvolve esta disputa entre técnicos que usufruindo do Poder tentam dar a ele uma tendência de filosofia de ação.

Elio Falcão Vieira

O filósofo e a nova Imprensa

A coisa que mais impressionou André Gluksmann na sua visita de duas semanas ao Brasil, foi com certeza, a desastrada tentativa de expulsão de que foi alvo, quando dois agentes da Polícia Federal foram ao hotel e tentaram antecipar sua volta por motivos ainda não esclarecidos.

Fora isso, no entanto, o que mais chamou a atenção do expoente da chamada Nova Filosofia Francesa foi o fenômeno da Imprensa alternativa no Brasil. "Fiquei realmente impressionado com a coragem dos jornalistas brasileiros em enfrentar a censura e o seu conhecimento da realidade brasileira. Acompanhei com interesse o movimento desta nova Imprensa, apelidada nanica, uma força capaz de concorrer com os grandes jornais. Tanto que estou levando exemplares de todos os jornais pequenos para uma análise desta nova força contestatória num País do Terceiro Mundo".

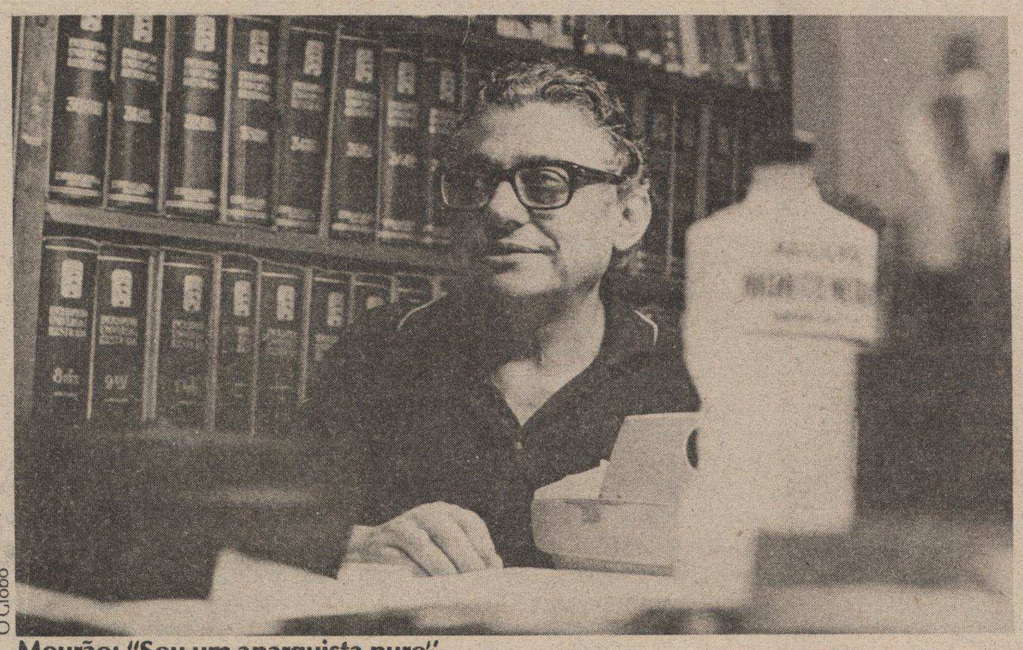
"A ciência está deformada"

(...) "A ciência é, até o fim, uma cultura. Por outro lado, possui como pé a técnica científica do País. Em conseqüência, as raízes da técnica científica estão na cultura. Se não tiver uma ligação com a ciência considerada como cultura, ela imediatamente se acaba deteriorando. É extremamente importante ter em mente o fato da ciência ser uma cultura, o fato da atividade dos cientistas ser uma atividade cultural. Outrossim, muitas vezes esquece-se que a técnica obtém a sua força por estar situada sobre o desenvolvimento científico. O fundamento desta está em algumas características peculiares à cultura, como, por exemplo, a liberdade da pesquisa. Entretanto, é usual pensar-se no Governo e nas indústrias, que o problema tecnológico pode ser resolvido simplesmente pela aplicação de dinheiro. Evidentemente a ciência necessita de um grande investimento financeiro, mas este não tem significado nenhum se se rouba a liberdade de pesquisa dos cientistas.

Aqui é preciso dizer algumas palavras sobre o fato do presidente Carter, dos Estados Unidos da América do Norte, estar propagando e utilizando a palavra "direitos humanos". Essa expressão "direitos humanos" na conotação do presidente americano, encerra elementos dúbios. Por que isto? A razão está no fato de não se ter esclarecido claramente que o conceito de direitos humanos está em oposição completa ao conceito de direitos privativos ou de privilégios. A cultura é construída em cima dos direitos humanos. Os direitos privativos são de molde a negar a cultura. Conseqüentemente é necessário ter em mente que o conceito dos direitos humanos é contrário ao dos direitos privativos. Se não se fizer a distinção de que são conceitos opostos, a expressão direitos humanos acaba adquirindo uma tonalidade vaga, surgindo a possibilidade de ser usada ao revés, para apoiar o direito dos privilégios. Portanto, é importante esclarecer os direitos humanos capazes de negar os direitos privativos.

A ciência só pode progredir de modo saudável com base em tais fatos. Nos dias de hoje, ao contrário, a ciência praticada nas grandes potências se acha muito deformada, o mesmo acontecendo no Japão. É muito triste constatar um estado de coisas como este, onde os próprios cientistas daqueles países estão contribuindo para a deformação da ciência. Nesse sentido a ciência, em si, atravessa uma fase difícil. Então pensemos seriamente no fato da ciência ser uma cultura. Ao meu ver constitui nossa obrigação e tarefa esclarecer a todos que a ciência é uma cultura baseada em direitos humanos. Era o que eu tinha a dizer".

(Parte final da conferência de Mikuo Taketani, professor da Universidade de *Rikkyo* em Tóquio sobre Ciência, Cultura e Direitos Humanos, feita na última Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Congresso da Ciência, realizada em São Paulo, em julho de 77).



O Globo

Mourão: "Sou um anarquista puro"

Aos mártires do Porto Rico

Um itinerário "dramático e contraditório". É assim que o próprio Gerardo de Mello Mourão define sua longa vivência política, que inclui até passagens pela breve experiência nazi-facista que o Brasil viveu durante a última grande guerra — posição que hoje ele considera ultrapassada.

Poeta e romancista, seu itinerário literário é também marcado por fases aparentemente distintas, inclusive com passagens pelo existencialismo, característica que alguns atribuem ao seu romance *Valete de Espadas,* publicado em 1960 e classificado por Tristão de Athayde como "um livro satânico", "um romance terrível, com segundas intenções".

Agora, depois de encerrar com *Rastro de Apolo* — lançado no final do ano passado — a trilogia iniciada com *O País dos Mourões* e seguido de *Peripécias de Gerardo,* o cearense do pé-da-serra do Ibiapaba, Gerardo de Mello Mourão, prepara um novo trabalho, que ele considera dentro de uma linha de pensamento humanista: *Uma Elegia a Porto Rico.* O livro, um texto poético de 100 páginas a ser publicado neste mês de abril, é — segundo Gerardo — "uma homenagem aos mártires da insurreição de Jayuya, liderada pelo poeta Pedro Aldizio Campos, em 1950, e que foi esmagada violentamente pelo Governo Americano". É também, acrescenta ele, "um canto metafórico do regresso do homem contra a civilização do progresso".

Perguntei a Gerardo por que, num momento em que grande parte dos que fazem a literatura brasileira está voltada, certa ou errada, mais diretamente para um tipo que se chama de "literatura de resistência", da denúncia da miséria social no Brasil, da denúncia da opressão, em fim, nesse momento ele escolheu a longínqua ilha de Porto Rico como tema para sua poesia.

— Em primeiro lugar — respondeu ele — Porto Rico me transformou, me emocionou profundamente. Eu estive na ilha em outubro e novembro passados, percorri toda a ilha e tomei conhecimento de que o Governo Americano havia indultado um patriota que estava preso nos Estados Unidos desde o levante de 1950. Esse homem se chamava Andrés Figueroa e só foi indultado porque estava moribundo. Morreu de câncer em novembro, quatro dias depois de ser indultado. Entretanto, continuam presos há 28 anos, pelo crime de insurreição para libertação de sua própria pátria, quatro patriotas, entre os quais uma mulher: Lolita Lebron, Rafael Cancela Miranda, Oscar Collazo e Irving Flores. É realmente comovedor. Nem mesmo o atual presidente Carter, que apregoa sua posição de defesa dos direitos humanos, teve ainda um gesto de justiça, de liberalismo para com esses patriotas.

— A Segunda razão — continua Gerardo — é que Porto Rico é hoje a última colônia política, econômica e jurídica, o único país da América Latina que ainda está sob o estatuto colonial propriamente dito, apesar do artifício, do eufemismo usado para colocá-lo como um "estado associado" à federação americana. Porto Rico é hoje um país corrompido na sua ecologia, na sua cultura. Há um esforço para destruir até sua língua, mas o seu povo resiste. Então, esse Porto Rico me comoveu como uma dessas situações que nos impressionam: os homens que estão sendo esmagados pela tecnologia, pela burocracia, pela ditadura tecnocrática que se instalou no mundo, pela idolatria do progresso que vem realmente esmagando e escravizando o homem na sociedade moderna.

Gerardo pretende assim colocar-se no que se chama de "corrente humanista". São poetas e romancistas que dizem "morte ao progresso". Sonham — e isso é quase uma utopia — com a civilização do regresso.

"O novo humanismo" diz Gerardo, "não defende uma volta ao Estado Tribal, nem a um novo tipo de primitivismo, mas sim a uma luta contra a escravidão do homem pela civilização do consumo. E Porto Rico significa para mim a necessidade de beleza da luta para o regresso. É um canto metafórico, mas é também uma homenagem a esses mártires de Porto Rico que escreveram com seu sangue a história dessa luta para obter a independência de seu País. E a tentativa de independência de Porto Rico é uma coisa de significação ecumênica para todos nós, porque é isso: a luta contra a escravização produzida pelo progresso. Esse é o sentido dessa elegia.

Quanto à inserção de seu novo trabalho no espaço literário criado hoje no Brasil, Gerardo de Mello Mourão prefere antes fazer algumas observações sobre o significado dessa literatura.

— Nesse momento, que já dura alguns anos, as melhores manifestações de *inteligentzia* jovem brasileira se volta para um tipo de literatura diretamente engajada nas teses, nas intenções da própria liberdade e na libertação do povo. Isso decorre da situação a que está reduzida a *inteligentzia:* sujeita a uma ditadura. E a um tipo de ditadura refinada. Eu considero a ditadura brasileira uma das mais perversamente refinadas do mundo. Então, essa exacerbação da escravização exacerbou também a *inteligentzia* para a luta direta.

Eu acho que a literatura engajada é muito respeitável, mas pode virar panfleto, produzir ensaios políticos, mas não produzirá obras de arte e de pensamento.

— Eu me insiro numa linha de pensamento humanista. Politicamente, eu fui um homem que percorreu caminhos dramáticos e contraditórios. Eu comecei a minha vida como homem de direita. Na revisão profunda que fiz não devo dizer onde estou. Acho que o Estado é a fonte de todo o mal, que eu sou um anarquista. Um anarquista puro. Até acho que entre os países que fazem no mundo de hoje uma experiência mais fascinante com vistas a uma sociedade anárquica é a Iugoslávia. É o caminho mais próximo da anarquia, da abdicação do Estado. A Iugoslávia, com a autogestão, está hoje mais perto do que os outros países socialistas do Leste europeu do anarquismo puro, que é a meta do socialismo.

Genilson Cézar

O Gordo e o Magro na censura

Numa rápida investida, a Censura Federal apreendeu 76 filmes do Conselho Nacional de Cineclubes (CNC). Motivos? Não existem, segundo o próprio diretor da Censura em São Paulo, Dr. Madeira: "Nós já vimos as cópias e todas foram liberadas, mas nós não vamos devolvê-las até que venham ordens de Brasília".

Mas, em Brasília, ninguém sabe da apreensão. O diretor da Divisão de Censura, Rogério Nunes, interpelado pela Imprensa, informou desconhecer o problema. Embora os censores não esclareçam, ao que parece, a apreensão se deu porque os filmes estavam com os certificados de censura vencidos. O que era bastante explicável porque se tratava, em alguns casos, de cópias produzidas antes de 1910, e guardadas, durante muito tempo, no acervo das cinematecas do Rio e de São Paulo.

Entre os filmes apreendidos, encontram-se algumas obras-primas da cinematografia mundial como "A paixão de Joana D'Arc", considerado uma das dez maiores realizações da história do cinema. Todavia, o que mais preocupa é que a maioria das cópias são comédias. Os censores fizeram questão de levar consigo uma comédia da década de vinte, do tempo do cinema mudo, chamada **A general** em que trabalha o famoso comediante Buster Keaton. Esclareça-se que **A general** é o nome de uma locomotiva e nada tem a ver com patentes das Forças Armadas. Outro filme da década de vinte, **O homem-mosca,** de Harold Lloyd, também sofreu ordem de prisão, junto com um curta-metragem de **O Gordo e o Magro.**

Os censores não deixaram para trás até alguns filmes educativos como **Conserve seus Dentes,** e similares. Filmes feitos pelo Exército inglês durante a Segunda Guerra como **A Vitória na Birmânia** também foram apreendidos. Enfim, trata-se de uma lista de 76 cópias sem qualquer conotação com o que as autoridades costumam apregoar como "obras subversivas".

Os diretores do Conselho de Cineclubes levantaram a hipótese: pura arbitrariedade, o que seria razoável supor, "porque o Conselho de Cineclubes estava distribuindo esses filmes entre os cineclubes brasileiros para apresentação em todo o país. A censura soube disso e recolheu as cópias para evitar que os cineclubes funcionem no país", afirma um dos diretores.

Ele não encontra outra explicação para a atitude dos censores pois o CNC é uma entidade devidamente legalizada, os filmes tiveram o seu certificado de censura liberado mas as cópias não são devolvidas.

"A gente", diz um diretor, "está lutando há mais de seis meses para conseguir a devolução. Agora, nós estamos organizando um movimento de opinião de todos os setores ligados à cultura no Brasil para "brigar" pelo direito de, ao menos, poder assistir os filmes produzidos no mundo no começo do século e até da Segunda Guerra Mundial. Os outros filmes, depois da Segunda Guerra, a gente já sabe que eles não deixam mesmo, nem entrar no Brasil".

O Globo

Mourão Filho na chegada a Minas, já vitorioso

Memórias de um conspirador obstinado

Síntese de Luiz Cláudio Cunha

Cinco pastas de cartolina, com quase 450 folhas datilografadas, caíram sobre a mesa do historiador Hélio Silva, pouco antes de novembro de 1971, acompanhadas de uma explicação: "Só você tem coragem de publicar isto".

O autor da frase era o general Olympio Mourão Filho, responsável direto pela eclosão do Movimento Militar de 31 de março de 1964, em Juiz de Fora, que acabou derrubando o Governo Goulart.

Ao morrer, seis meses depois, vividos sobre a cama de um hospital onde procurava recuperar-se de uma trombose, Mourão completava 72 anos de vida e ainda estavam inéditas as pastas que ele intitulara como A Verdade de uma Revolução. *Apenas pequenos trechos foram utilizados por Hélio Silva no seu livro sobre a Revolução de 64. Este longo período de hibernação das memórias de Mourão, no entanto, deve terminar no próximo mês de maio, quando finalmente será lançado o livro pela L&PM Editora, de Porto Alegre.*

Cuidados explicáveis. Escrito em forma de diário, o livro tem o estilo arrebatado que marcava o comportamento de Mourão e isto lhe dá em alguns momentos um tom bastante agressivo, com algumas avaliações apressadas a respeito de fatos e pessoas. Mas isso — o fato de ter sido escrito arrebatadamente e ao calor dos acontecimentos — é também responsável pelo seu aspecto mais positivo: a marcante sinceridade, que torna, às vezes, a sua leitura fascinante.

"Trata-se de um documento da maior importância", segundo Hélio Silva, porque Mourão Filho foi o único chefe civil ou militar da Revolução de 64 que se preocupou em contá-la dia-a-dia, desde as origens da conspiração.

É a sua versão, mas no linguajar irreverente com que descreve episódios inéditos da vida política nacional, Mourão enriquece também a História do País com a visão do militar que viu e fez alguns dos momentos mais importantes da vida brasileira. Fiel ao seu princípio de "ser um civil dentro de um uniforme militar", Mourão permitiu-se julgamentos e análises pouco comuns a um soldado — e até agora confinadas a um diário ignorado até mesmo por sua segunda esposa, Maria, com quem teve três filhos (de sua primeira mulher, Almira, teve outros dois filhos).

Nascido na cidade mineira de Diamantina em 9 de maio de 1900, sob o signo de Touro ("o das grandes decisões"), Mourão era rebelde desde criança: encaminhado pelo pai ao seminário da cidade, acabou sendo expulso após ter-se rebelado contra os métodos arbitrários do Padre-reitor. Estudante de Engenharia em Belo Horizonte, teve que dobrar a obstinação do pai (um teimoso antimilitarista) antes de se matricular na Escola Militar. Oitavo colocado (o terceiro foi Costa e Silva) numa turma de 98 alunos, Mourão saiu aspirante em 1921, tenente em 22 e capitão em 29.

Na década de 30, como membro do Serviço Secreto da Ação Integralista Brasileira, Mourão acabou ingressando precocemente na História Brasileira como o autor do Plano Cohen *o suposto projeto comunista de tomada do Poder, utilizado por Getúlio Vargas para justificar o golpe do Estado Novo, em 1937. Mourão sempre negou a acusação, que depois da redemocratização, em 1945, foi responsável por sua lenta ascenção na carreira. A quarta estrela, de General-de-Exército, foi conquistada mediante lei votada pelo Congresso Nacional, logo após a Revolução. Recusada a presidência da Petrobrás, oferecida por Costa e Silva e não conquistado o comando do I Exército, sonhado por ele, Mourão acabou sendo nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar, onde se aposentou em 1970.*

Muito antes de ser ministro, porém, Mourão já divergia do movimento militar que ele, certamente, desencadearia de qualquer maneira até o dia 9 de maio de 1964, quando seria atingido inapelavelmente pela compulsória. Diante da edição do AI-2 e do AI-5, expressão do arbítrio de um presidencialismo que ele sempre considerou pernicioso, Mourão passou a ser mais contundente em suas críticas ao regime: "Ou o povo brasileiro reagirá contra a Lei de Segurança Nacional ou se tornará escravo durante, pelo menos, cinqüenta anos", dizia em 67.

Em todos os momentos de sua carreira agitada, no entanto, Mourão Filho não se afastou da idéia fixa de um predestinado desiludido. "Não posso salvar o Brasil. Deus não me deu este poder!" A seguir, um resumo do seu diário:

"Se eu ao menos pudesse chorar"

15-6-55 — Quarta-feira

Só se fala em Juscelino e Almira, coitada, é entusiasta da candidatura dele. Pede voto a todo mundo. Na outra casa ouvimos a convenção que o consagrou candidato. Ele anda dizendo para toda gente que me promoverá a general. Já lhe disse: Cuidado com a língua! Não se comprometa de público com isto. V. terá muitas dificuldades para tal, porque sou acusado no célebre Caso Cohen!

A mais idiota das acusações contra um homem: acusa-se (à boca pequena) a um *Capitão* de ter, com um documento (o Cohen) enganado um Estado-maior do Exército inteiro, o ministro, generais e almirantes, toda uma Nação, enfim. Como se isto fosse possível. Mas, Juscelino vai batendo caixa por aí afora que me promoverá.

20-6-55 — Segunda-feira

Almira piora a olhos vistos. Está com a fisionomia de uma velha de 60 anos. Que moléstia bárbara. Como maltrata! Minhas finanças estão arrebentadas. O Exército não tem nenhum serviço de assistência. A Diretoria de Assistência é inoperante. Num momento como este, eu podia ser socorrido em dinheiro, uma espécie de seguro-doença. (...) Em vez disso, as cavalgaduras do Exército — os médicos militares à frente — cuidam de fazer hospitais que ou não funcionam, como o de Porto Alegre, por falta de pessoal ou funcionam mal como o HCE, que é um verdadeiro baratol onde a irmã Gabriela, já velha e caduca, comanda ditatorialmente.

29-6-55 — Quarta-feira

Almira é outra pessoa. Tenho uma pena enorme dela, coitadinha! Parece um pássaro ferido, com aquele bico de metal pregado na altura do nariz, com esparadrapo. Encosta-se no meu ombro para descansar. As costas já começaram a ser tomadas por escamas. Estamos neste suplício há quase 7 meses. Vou dormir para ver se esqueço.

Tenho a impressão que está por dias. Vou ficar viúvo e entrar no túnel, ou melhor, na parte pior do túnel. Viúvo na minha idade não há nada pior.

6-7-55 — Quarta-feira — 22h15min

Almira expirou exatamente agora. (...) Nem sei como tenho forças para escrever neste caderno. Adeus! Se ao menos eu pudesse chorar.

14-7-55 — Quinta-feira

Grande Hotel. Tenho de ser um bocado homem para suportar tudo isto: minha vida familiar era a única coisa boa que eu tinha, destruída, e minha carreira militar destruída há muito tempo. Só me resta o que venho pensando há muito: irei ao Rio pedir a D. Jaime que obtenha do Papa a dispensa dos anos de Seminário Maior e me aceite para me sagrar padre. Se eu não conseguir, entrarei como irmão no Seminário de Diamantina.

17-8-55 — Quarta-feira

No dia 12 eu vinha da casa da Léa, às 18h. Saltei do ônibus e quando passava pela frente da Igreja de São José senti uma forte dor pré-cordial (expressão pedante do médico), isto é, no coração e como se alguém quisesse me estrangular. (...) Estou tendo um acesso de *angina pectoris*.

8-11-55 — Rio — Terça-feira

Estive no gabinete do ministro da Guerra. (...) No gabinete pequeno, com um rádio aberto a todo pano, fui recebido. Lott não olha a gente de cara. Olha para a frente. Sujeito antipático e é uma verdadeira metralhadora verborrágica. (...)

Juscelino foi mesmo eleito. Eu duvidei de sua eleição. Lembro-me de que assisti dois comícios em Belo Horizonte. O primeiro foi do Juarez Távora e ouvi pela primeira vez Jânio Quadros. Foi uma multidão incrível e como Jânio consegue comunicar-se com o povo! É fantástico! O outro foi exatamente no dia 15 de agosto, véspera do meu enfarte: o do dr. Plínio Salgado. A multidão foi colossal e ele empolgou. Veio até o hotel Normandie carregado pela multidão. Fiquei do lado de dentro das grades da igreja de S. José e assisti o seu segundo discurso, sem microfone ou alto-falantes. *Que guela!* Quando a multidão dispersou-se, entrei no hotel e fui abraçá-lo. Ele foi logo me dizendo: — **Mourão, estou eleito presidente e espero maioria absoluta!**

Santo Deus, como os homens se iludem. Em 1937, quando o Integralismo estava no auge, em julho, Plínio fazia um discurso e anunciava 800 mil eleitores inscritos no Movimento. Pois bem, a Secretaria Nacional de Organização Política, chefiada por Everaldo Leite, fez um recenseamento seguro, à base de viagens a todos os estados e o Moacyr Barbosa, que era seu adjunto ou chefe de departamento, me disse que o número máximo de integralis-

tas inscritos e fichados era de 83.250. A verdade é que há muita gente que acompanhava nosso Movimento mas não queria nem pintado seu nome em uma ficha.(...)

Conheci hoje uma criatura interessantíssima: uma linda mulher, com uma personalidade impressionante. Mora na Av. Atlântica. Maria Tavares Bastos.

10-11-55 — Hotel Riviera — Quinta-feira

São 11 e meia da noite. O Lott deu um golpe e levou tudo ao diabo. (...) Fardei-me às pressas e fui ao Comando da Artilharia e Costa me apresentar. Amanhã estava horrível, chuvosa, cinzenta e sem visibilidade. (...) Reunião na casa do Denys, à noite. Lá estavam (generais) tomando várias providências e resolveram que a disciplina estava gravemente afetada porque o presidente não queria prender o Mamede (nunca tinha ouvido falar neste Mamede) e era uma desacato ao Ministro.

O Mamede está à disposição da presidência e leu um discurso, de resto idiota, no enterro do Canrobert, que iria deflagrar um movimento de Sorbonne para impedir a posse do Juscelino. É claro que na presidência ficaria o Café Filho. Este, mais que depressa, adoeceu das coronárias, porque Canrobert morreu e deixou a Sorbonne órfã. O discurso revoltoso do Mamede não teria nenhuma conseqüência se o Lott não fosse burro. Porque a Sorbonne não dispunha mais de chefe para a revolução dela. Ora, se o chefe do Mamede — o Presidente — não quis punir o Mamede, não competia ao Lott tomar as dores. (...) O Presidente não puniu porque não quis. (...) Mas acontece que Carlos Luz é mais burro do que o Lott. (...)

O fato é que o Denys pôs a tropa mecanizada na rua. À meia-noite o Lott acorda para mijar e beber água. Viu luz na casa do Denys e telefonou: "Que há aí, Denys?" O general respondeu que estava com a tropa na rua e o Lott esbravejou: "Prometi passar o ministério amanhã às 3 horas e o farei." (...) Denys foi então até a casa do Lott e lhe disse que o movimento era irreversível e que se ele, Lott, não aderisse, ele, Denys, chefiaria mas não se responsabilizaria se viesse uma guerra civil, porque as guarnições do interior poderiam não querer aceitar pacificamente suas ordens. Aí, o Lott aderiu e foi para o QG onde, segundo me disseram hoje, teve um acesso de choro. Que homens fracos tem este Exército!

Fiquei no QG do Correia Lima assistindo o desenrolar dos acontecimentos. Ele me disse, o *Barroso,* sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra, Silvio Heck, vai querer passar a barra. Tenho ordens do Lott de atirar nele. Provavelmente ele vai combater conosco. Mas a visibilidade era quase zero. O fato é que o *vulto* do navio muito difuso, quase invisível apareceu no horizonte e Copacabana mandou o primeiro tiro, depois o segundo. Errou, como era tecnicamente de se esperar, e o navio que tem boa marcha pôs-se ao largo. Pensei comigo mesmo: lá se vai a democracia neste nosso infeliz País. Já temos um novo herói nacional: capitão-de-mar-e-guerra Heck, que ninguém conhecia há 24 horas.

5-12-55 — Segunda-feira

Apresentei-me, por término de trânsito, e assumi a chefia da 6ª Divisão. Máquinas de Hollerith e mulheres em quantidade. Há uma, de nome Cristina, que é uma verdadeira beleza de rosto. De corpo, nem tanto. (...) Em todo o caso, estou passando uma vidinha folgado. Mulheres em penca. Cuidado! Olhe o coração, seu Mourão.

6-9-56 — Quinta-feira

Ora, até que enfim sou General. São 11 horas da noite. Estou em casa. Fui promovido hoje e estou sozinho, não tenho a quem comunicar. (...) Às cinco horas fui ao Catete, que estava deserto. Juscelino tinha dormido uma longa sesta e estava bem-humorado. (...) Não havia champanha no palácio e tomamos guaraná. Na saída apareceu o Humberto de Mello, que me cumprimentou. O *Repórter Esso* ainda deu, mas omitiu o meu nome. Isto me acontece sempre.

27-10-56 — Belo Horizonte — Domingo

Assumi o comando às 16 horas. QG repleto. Quando acabei de assumir, um repórter chegou perto de mim e me disse: "General, neste momento, no Rio, sai o enterro do general Goes Monteiro. Que coincidência, hein?" Orei mentalmente por ele.

20-12-56 — Quinta-feira

Você foi grosseira comigo, sem a mínima necessidade. Eu fui idiota, velho pretensioso, mas reconheci meu lugar. Vou viajar para Montevidéu mas você será obrigada a pensar em mim toda quarta-feira. Paguei uma dúzia de rosas vermelhas durante todo o mês, todas as quartas-feiras. Mandei fazer cartões especiais e você receberá as rosas. É a minha vingança, ouviu?

19-2-57 — Terça-feira

Na volta, ontem, encontrei *polvorosa* aqui por causa das minhas rosas vermelhas que esperadas "com certa ansiedade toda semana". Estou negando descaradamente e tratando-a com o máximo de frieza. Não me interessa. É muito boazinha mas é muito mais moça do que eu.

9-7-57 — Terça-feira

Regressei dos EUA, onde fui pela segunda vez. Desta vez fui tratar do uso do UHF para a retransmissão de TV. (...) Estivemos eu e Maria hospedados no *Waldorf Astoria*. Em Washington hospedamo-nos no *Hilton Hotel*.

16-7-58 — Quarta-feira

Convidado por Chateuabriand fomos eu e Maria para Londres, onde estivemos hospedados na residência do embaixador. Que maravilha! Lá vi o último jogo do campeonato da taça *Julis Rimet,* transmitido da Suécia.

3-1-59 — Sábado

O diabo de tanta briga. Um inferno. Brigas de setembro a dezembro. Finalmente, não agüentando mais, fugi para Belo Horizonte onde passei o *reveillon*. Fui a uma boite no *Automóvel Club,* onde dancei a noite toda. Continuamos brigados.

15-5-59 — Sexta-feira

Mudei-me para a Av. Atlântica, 3.210, 2º andar.(...) Mandei fazer cartões com os seguintes dizeres: "General Olympio Mourão e Senhora Maria Tavares Mourão participam sua nova residência".

12-8-59 — Quarta-feira

Armando Falcão é um antipático que Juscelino nomeou Ministro do Exterior, mas que não passa de um deputado provinciano, puxador de saco. Juscelino só se cerca de maus elementos. (...) Como sofro! Oh! Brasil, infeliz. Que filhos da puta, os políticos, que tomam conta do Brasil. E o Amaral Peixoto? É um sujo, manobreiro. O Ministério na mão dele vai ser balcão de negociatas políticas, etc.

17-12-59 — Genebra — Quinta-feira

Roberto Campos me ofereceu um almoço no Palácio das Nações. Ele é muito amável. Está aqui na Suiça tomando parte na convenção da *Gatt* ou *Gat,* não sei bem, negócio de comércio exterior. É um homem de uma cultura e um talento excepcionais. Este homem ainda vai longe. Talvez chegue a Presidente da República.

29-12-59 — Roma — Terça-feira

Fomos à audiência do João XXIII. Tive péssima impressão daquele camponês vestido de Papa. A Igreja Católica está em absoluta decadência aqui na Itália. Um dia, neste clima extremista e confusionista, surge papa cripto-comunista e adeus Igreja que, além de tudo, fará confusão tremenda em todo mundo ocidental. Para mim, este Papa vai dar com os burros n'água. É, além disso, velho. Nomearam-no de propósito, para haver outra eleição em breve.

22-12-60 — Quinta-feira

Daqui a um mês JK deixará o Governo. Não foi *defenestrado* como eu previa. E seu sucessor? Se não dominar a inflação (o que já é quase impossível) não governará os cinco anos. Uma Revolução vem aí. Quem não a vê, não a sente?

27-2-61 — Segunda-feira

Consegui ser exonerado da Comissão Técnica do Rádio. Denys quis me matricular na Escola Superior de Guerra. Não aceitei. Detesto esta escola. Ela tem uma doutrina totalitária de Segurança Nacional, Poder Nacional e outras burrices filosóficas importadas do Pentágono e eu não as aceito.

5-6-61 — Segunda-feira

Maria não tem ciúme. Deixa-me aqui sozinho com a Nely. Duas podem ser as hipóteses: a primeira é que ela acha que a Nely não tem encantos suficientes para me domirar; a outra é que eu estou muito velho e não tenho encanto para dominar a Nely.

22-9-61 — Sexta-feira

Que bolo! Jânio pirou. Denys, Heck e Grun Moss foram vencidos e Jango é Presidente.

Dia 25 de agosto, dia de Caxias... eu queria saber em que pé estava o conserto do meu *calhambeque* que o Exército, *por favor,* deixou à minha disposição... Era um fim de semana, sexta ou sábado. Cheguei aqui no Rio e fui almoçar no botequim e vim dormir a sesta. Às 15 horas acordei e telefonei para a Cia. de Manutenção onde estava o automóvel. Nem me lembrei que era feriado! Atendeu-me um sargento e pedi que chamasse meu ajudante de ordens. Um milagre, pois ele não poderia estar lá naquele dia e àquela hora. Perguntei pelo meu carro e ele me respondeu: "Estão trabalhando nele porque a Cia. entrou de prontidão rigorosa".

"Como?", perguntei. "Alguma novidade?" Ele, na máxima calma, me respondeu: "Estão dizendo que Jânio Quadros renunciou". (...)

Ora, Jânio Quadros havia condecorado *Che Guevara,* suas atitudes eram muito suspeitas e Carlos Lacerda já havia dado um grito feio na véspera ou antevéspera, se não me engano. Pensei logo: "O Denys (anticomunista roxo) derrubou o Jânio e vamos ter uma ditadura". Fiquei aflito. Eu estava sozinho em casa. Não tive dúvidas. Raciocinei: "Preciso tomar algum contacto que me informe se os ministros vão ou não permitir a posse do Jango a quem toca, pela Constituição, o exercício do Poder para completar o quinqüênio"... Cada vez que se bole uma Constituição neste País, é para fazer uma pior. De repente, lembrei-me do antipático Lott... que mora relativamente perto daqui. Saí a pé... Recebeu-me o major Duffles, seu enteado... Esperei. Cerca de 15 minutos depois veio ele com aquela sua cara de boneco de sabonete, com um papel na mão... "Aqui está o manifesto que vou entregar à Imprensa, recomendando a posse do vice-presidente Goulart... Conforme eu previ no meu discurso em Guaratinguetá, este *bobão* largou o Poder e agora o Denys quer dar o golpe, impedindo a posse do Goulart"

Nessa ocasião informou-me que Denys estava querendo fazer um triunvirato com os outros ministros, o que seria uma desgraça porque, além de golpear uma Constituição, Denys iria empalmar o Poder sozinho, e ele não estava positivamente em condições de governar o País. Golpear uma Constituição, a fim de evitar a posse do sr. João Goulart, que estava na China lendo discurso que ele mesmo não entendia, era um desvario. Pois, se houvesse necessidade que justificasse o golpe pretendido, eu diria que o mesmo deveria ter sido dado quando João Goulart foi eleito vice-presidente ou mesmo antes — o que seria um golpe menos ruinoso, uma interferência direta no PTB, impedindo-o por *meios suasivos* de apresentá-lo candidato. Caso tivesse sido conseguido isso, o que não era muito legítimo, evidentemente, mas ao menos teria uma aparência menos violenta do que tantar impedir sua posse perfeitamente constitucional... Mas, pretender levar o golpe até a extensão a menos aceitável de todas as soluções, e ocupar o Poder pela força, seria um verdadeiro desastre nacional.

Quando em um país fere-se uma Constituição — a menor mossa é sempre mortal — o arbítrio pessoal de um homem substitui o diploma rasgado e os direitos individuais sofrem imediato colapso. E uma noite *trevosa* desce sobre a Nação. E as Forças Armadas aprendem o golpe e se viciam nele. Nenhuma outra Constituição sobreviverá.

"Marechal, sou contra este golpe, não admito ditaduras nem tampouco que se impeça a posse do vice-presidente de acordo com a Constituição, que não pode ser violada. Se o senhor quiser lutar, conte comigo"... Lott sentou-se e começamos a ler o manifesto que era bem ruinzinho, sem expressão, sem um grito de guerra. Estivemos, eu, Lott, dona Antonieta e o Duffles corrigindo aqui e ali, para melhorá-lo. Mas a verdade é que não era mesmo um manifesto revolucionário que pudesse articular um movimento de rebelião. A casa começou a encher de gente e lá pelas 18 horas não havia espaço nem para a gente se mexer: oficiais à paisana, civis, repórteres de todos os jornais, TV de todos os canais, o diabo! Lá se achava o marechal Heskett Hall.

(...) Lott me pediu que chamasse o Osvino... Eu sugerira constituir logo um comando para a reação. Nesta ordem de idéias, estávamos cogitando da fuga do Osvino para Porto Alegre onde assumiria o comando do III Exército. Eu iria com ele, como seu chefe de Estado-maior ou outro comando qualquer. A resposta do Osvino foi a mais desapontadora, no momento: "Diga ao Lott que eu estou com a *casa cheia* e amanhã irei conversar com ele". Santo Deus! Amanhã. Na esperança de encontrar lá os outros camaradas, fui à casa do Osvino. Quando lá cheguei tive a maior decepção de minha vida. Havia lá uma meia dúzia de senhoras, segurando copos de *whiskye*. Era uma *pequenissima* reunião social, diríamos, uma visita. Vi logo que o Osvino não era de nada! (...) Da casa dele voltamos. Naquele momento, chegaram o deputado Rui Ramos, um maluco de cabeleira grande e branca, tipo acabado do pelego avalentado, acompanhado do inefável Hugo Ramos e convenceram Lott a fazer outro manifesto. Lott foi ao telefone (nós sugerimos que ele o fizesse) e ligando para Brasília começou a debaterar (é o termo) com o Denys, que não teve uma vírgula! Falou como um desesperado, por meia hora, e nós ficamos sem saber absolutamente se Denys queria ou não o golpe. Mas o Rui Ramos foi positivo: Denys discutiu com ele e lhe dissera: "Jango não toma posse. É comunista".

Hugo, o deputado e o Lott fecharam-se no gabinete do Lott. Achei aquilo um desaforo sem nome. Finalmente saíram com outro manifesto redigido (o primeiro já estava na edição extraordinária dos jornais da tarde). Neste momento, vendo que o negócio caminhava para o mais desenfreado palavrório, sem solução de *macho,* perdi a esportiva e danei em voz alta, no meio da sala cheia de gente, para o Lott: "Marechal, chega de manifesto! Ponha sua farda, vou em casa pôr a minha, tocamos para a Vila Militar e vamos revoltar as tropas".

Ele gaguejou, desconversou... Vim para o meu apartamento, procurar fazer ligações. Telefonei para o chefe do Estado-maior do I Exército, o Lyra Tavares, com quem me dava. Rapaz decente, inteligente, mas não passa de um *doutor.* Assim mesmo, resolvi experimentar... tinha saído para o comando da 1ª Divisão de Infantaria. De repente, tive idéia de tocar para o Jair e consegui falar com ele:

"Jair, você que comandou a Vila tanto tempo, não quer ir comigo agora, fazer uma tentativa para levantar as tropas? Estou informado de que o Ladário está conosco". Supus o Jair ao lado da Constituição, mas a verdade é que isto não passava de uma suposição. Ele me respondeu textualmente da seguinte forma: "Você sabe, Mourão, quando a gente deixa o Comando não manda mais nada. Ninguém vai me obedecer e por isto nada feito". (...) Voltei à casa do Lott, já era tarde, mais de uma hora da madrugada. Convidaram-me para ir ao encontro com JK e eu fui. Conversei com JK depois do Lott e lhe disse que ele estava *sobrando* no Rio e corresse para Brasília, e que aconselhasse o Denys a desistir da idéia de golpe. Lott voltou para seu apartamento e eu vim a pé para casa, do Posto 3 até o Posto 5. Eram 3 e meia da manhã, se não me engano.

Estava morto de cansado e sabendo que no dia seguinte eu devia fazer algo para fugir para o Sul e ir conspirar lá. Não podia acreditar que Brizola, tendo um estado na mão, agüentasse aquilo calado e quieto. (...) Pedi ao Osvino que arranjasse um avião com o Berta e nós poderíamos, decolando de surpresa, chegar em Porto Alegre. Pois bem, eles arranjaram o avião, *Osvino não quis ir* (montado no muro) e o Kruel foi, quando já estava tudo terminado e não era mais nenhuma valentia ir.(...) Nesta altura dos acontecimentos, já o Rio Grande estava em pé de guerra e meu problema era fugir para lá. Comecei a inventar expedientes, inclusive ir para o Uruguai, onde eu tinha uma filha. Mandei um recado por um piloto da Varig pedindo à Laurita que o Rúben me telegrafasse avisando que ela estava gravemente doente, sem esperanças.

Arranjei o dinheiro e fiquei esperando o telegrama... Chiquinho Rodrigues me emprestou 40 contos. Mas, o telegrama não vinha e enquanto isto saiu o Ato Adicional e o apaziguamento. Toquei-me para Teresópolis e lá fiquei, continuando minha licença-prêmio que terminava justamente a 14 de outubro. Mas o Segadas mandou-me chamar e me disse: "Larga esta licença boba, apresenta-te, vais ser nomeado comandante da 3ª DI em Santa Maria porque vou mandar o Pery para a 3ª Região Militar e você vai ser promovido a General-de-Divisão de qualquer jeito!"

Ontem, 21 de setembro de 1961, quinta-feira, fui nomeado comandante da 3ª Divisão de Infantaria.

9-1-62 — Santa Maria — terça-feira

No domingo, 7, cheguei em Santa Maria. Brizola chegou no mesmo dia e fui recebê-lo no aeroporto. Eu havia recebido um rádio do Penha Brasil solicitando-me que hospedasse o número possível de delegados, num dos meus quartéis, da convenção da Federação de Agricultura do RS. Como eu tinha um pavilhão vago no Regimento Mallet, hospedei cerca de 400 delegados. Ao chegar em Santa Maria, o coronel Ramão Menna Barreto, chefe do meu Estado-maior, me pôs a par de boatos que corriam intensos na cidade, de que a convenção seria perturbada pelos estudantes e comunistas e que a reunião seria para articular a defesa dos fazendeiros contra a ameaça de invasão de suas terras por parte dos **João-sem-terra** de Brizola... Até então eu estivera meio alheio aos fatos, julgando que se tratava de casos isolados... Mas caíram-me as vendas dos olhos... Acordei, eis o termo, e fiquei horrorizado com o que acabava de constatar: nem mais nem menos do que um grande e vasto plano de subversão em todo o Brasil, pois o Brizola era cunhado de João Goulart! Acordei...

Do protocolo da visita do Brizola (que resolvera ir a Santa Maria para furtar a reunião e dirigi-la em seu proveito) fazia parte um jantar íntimo na casa do general Osvino. Este jantar seria exclusivo para Brizola, Osvino e eu. Era verão e às 6 h o sol estava alto. Fazia calor. A casa do Osvino é muito agradável e ficamos no jardim interno, ao lado da parreira que estava carregada de cachos, conversando. Aí foi que percebi que os dois me supunham **pertencer ao lado político deles!** Abriram o papo e deixaram que eu visse todo o plano em suas grandes linhas, a saber:

a) Campanha intensa pelo plebiscito para a volta ao presidencialismo;

b) Campanha intensa para a obtenção das reformas de base, das quais a principal é a reforma agrária;

c) A questão da elegibilidade dos sargentos e dos soldados e a extensão do voto aos soldados e aos analfabetos...

Fiquei estarrecido, assombrado e atemorizado... Brizola tomou grande parte da convenção para expor seus gráficos de administração. Ouviu todas as ameaças que os fazendeiros lhe dirigiram, de cara, de peito aberto. Lá pelas 00h30min, não agüentei mais. Retirei-me da mesa e fui para casa dormir, absolutamente disposto a começar uma contraconspiração para impedir que uns loucos furiosos transformassem este País numa fogueira... Não pararei mais de trabalhar contra eles. Não recuarei. Eles me terão pela frente.

Nada tenho contra João Goulart. Acho-o até um bom homem e simpático. Mas ele não porá fogo no Brasil.

10-1-62 — Quarta-feira

No dia 8 tive a primeira conversa com o Ramão Menna Barreto... No meu gabinete, depois do cumprimento dos oficiais, chamei o Ramão e lhe contei o que eu ouvira e falei torrencialmente, apelando para os seus sentimentos de brasileiro... Quando eu lhe dei uma vírgula, Ramão me respondeu com aquele tom de voz repousado, de homem equilibrado: "General, eu estava já disposto a pedir sua atenção para o desenrolar dos acontecimentos. O senhor não tem ouvido Brizola nas sextas-feiras? Estamos diante de uma terrível conspiração... Pedi-lhe que sondasse e me informasse, com calma, vagar, para não cometermos uma imprudência. Disse-lhe que, entre ser um oficial contra o comunismo e topar uma parada de revolução, havia muita diferença.

12-1-62 — Sexta-feira

Estive hoje na casa do Ivan (sobrinho de minha falecida mulher, Almira) e cheguei justamente na hora em que ele ouvia a fala do Brizola. Que coisa!

18-1-62 — Quinta-feira

Cheguei hoje, de avião, de Porto Alegre. No dia 15, segunda-feira, às 14 horas, a meu pedido, o general Penha Brasil convocou ao QG do III Exército o dr. Saint Pastoux, presidente da Federação das Associações Rurais do Sul (FARSUL), para uma reunião. Fizemos um exame demorado da situação. Posso dizer, sem medo de errar, que esta foi a primeira reunião civil-militar, início da conspiração contra o Governo João Goulart. Precisávamos trabalhar em fases: a primeira fase — eleição — tínhamos de procurar ganhá-la, isto é, fazer a maior quantidade de deputados e, ao mesmo tempo, a articulação de forças para reagir.

Ao Comércio e à Indústria competia mobilizar recursos financeiros para apoiar as eleições de um lado e o movimento contra-revolucionário de outro. Nós militares ficaríamos encarregados das articulações no campo das operações militares propriamente ditas. Pedi-lhe que fizesse organizar um comitê de finanças para angariar dinheiro que seria empregado em campanha dos deputados, sem necessidade de se pôr dinheiro na mão dos candidatos. A campanha seria descentralizada por municípios e empregada em cada município a renda correspondente.

Achei o Saint Pastoux muito pouco revolucionário. Ele é do tipo pacífico... Passamos a tarde ontem em Porto Alegre com o Thadeo Onar, que passou a chamar a Maria de *tia*. Não sei porque lhe deu na cabeça essa idéia. Ele está muito entrosado na conspiração e vai trabalhar bastante. É muito relacionado. Apresentou-me um senhor Coelho de Souza, muito interessante; entusiasmado e que me parece homem de ação. Depois vai me apresentar ao Meneghetti, que possivelmente será o candidato do PSD à sucessão do Brizola, e ao Peracchi Barcellos, ex-comandante da Brigada e com grande influência nela.

28-1-62 — Domingo

Amanhã entro em férias e seguiremos para o Rio de auto... Estou levando um trabalho para ler numa reunião em São Paulo, a qual pedirei ao Oto Barcelos que organize com Edmundo Monteiro.

4-2-62 — Domingo — Rio

(...) Chegamos cedo em São Paulo... Compareceu gente em penca... No mesmo dia tive um encontro com Carvalho Pinto no Palácio. Tive péssima impressão. Ele é mais *zombi* do que os outros.

5-2-62 — Segunda-feira — 10 horas da noite

Que decepção, senador Segadas! Comecei a falar no gabinete. Percebi que ele queria sair e lhe pedi para vir no carro com ele. Vim falando no ouvido dele, para evitar que o motorista ouvisse... "Segadas, a conspiração está em marcha plena. A primeira fase é a derrubada do parlamentarismo e a volta ao presidencialismo... Juscelino, Amaral Peixoto, Carvalho Pinto, Magalhães Pinto, toda esta gente, incluindo Carlos Lacerda, todos eles são candidatos a Presidente da República e não a Primeiro-Ministro e por isto apóiam a idéia. O Congresso em peso vai dar isto. Não se iluda..."

22-2-62 — Quinta-feira

Hoje, pela manhã, estive num almoço na Vila Militar onde compareceram todos os generais em serviço na Guanabara. Ontem, no QG, o general encarregado de organizar a festa me pediu que levasse o Costa e Silva porque ele já não dispunha mais de carro. Até hoje estas administrações incompetentes não conseguiram organizar um serviço de transporte de pessoal com uma seção de carros de turismo e motoristas para generais. De forma que o Costa e Silva, por exemplo, General-de-Exército, comandante do IV Exército, vem ao Rio e a mim me pedem que o transporte (Ele não gosta de mim, este idiota, mas eu não o ligo. Costa e Silva não é destituído de inteligência mas sua cultura é a de um primário. Ele não lê nada, desde que saiu da Escola do Estado-Maior que, em última análise, é uma *escolinha,* mal-organizada, de temas de destacamento. Costa e Silva chegou a querer pedir desligamento da Eceme. *Não estava agüentando* o curso).

(...) Como este Costa e Silva é rombudo, politicamente. De resto, isto acontece com todos os militares, em geral. Cultura profissional regular, cultural geral sofrivel ou abaixo disto e cultura política péssima ou nenhuma. Se perguntarmos o que é o Marxismo, podemos contar com 900 respostas erradas, 90 vagas ou incompletas e apenas 10 corretas. Quanto ao que seja Democracia, não há ninguém que saiba nada. Ao longo de minha humilde carreira, tenho experimentado perguntar a muitas centenas de oficiais: "Que é Pátria?". Ninguem sabe responder. Goes Monteiro, que do ponto de vista cultural deixou fama injustificada, porque sabia muito bem Mitologia Grega, e com isto tapeou todo o mundo (menos a mim), não sabia definir democracia além deste chavão completamente divorciado da definição: "É o Governo do povo pelo povo". Isto é o mesmo que definir a água como a existência dos mares. (...) ▶

No Aeroporto Salgado Filho, em 68, recebido por Peracchi Barcelos

A saída de Minas, com Magalhães Pinto e o general Muricy, em 1964

Já vitorioso em 64, sendo recebido por Carlos Lacerda

"Como este Costa e Silva é rombudo, politicamente..."

MOURÃO FILHO

"Se o pessoal do João Goulart pusesse a mão neste caderno..."

24-3-62 — Sábado

Estive em São Paulo. Fui à casa do Nelson de Melo. Conheci dona Odette. Que casa horrível, aquela do comandante do II Exército. Fiz um relato completo do que eu sabia e estava acontecendo e disse francamente ao Nelson que eu estava montando uma grande articulação no Sul e disposto, caso tivesse êxito, a me lançar do Sul sobre São Paulo, depois de depor Brizola... Ele me disse:"Estamos no mesmo barco..."

Não simpatizo com o Denys. É o tipo do ambicioso que aspira voltar ao Poder e só pensa nisto... Oportunamente irei procurar Cordeiro de Farias. É um politiqueiro, mas tem muitas ligações e com a vantagem, sobre Denys, de estar ainda na ativa.

Acabo de saber pelo rádio e vários telefonemas que fui promovido a General-de-Divisão... Amanhã seguirei de auto para Santa Maria. Osvino me emprestou um motorista e a Juracy vai comigo.

31-3-62 — Santa Maria — Sábado

Partimos do Rio de madrugada, dia 25. Quando passamos pelo sítio do marechal Newton Cavalcanti, entrei para cumprimentá-lo. Não estava. Após termos subido a serra, na altura da bifurcação da estrada com a de Volta Redonda, o carro deu um enguiço horrível: partiu a biela! Um carro com 10 mil quilômetros! Oh! indústria nacional.... Tomei um Caravelle e fui para Porto Alegre, onde fiquei dois dias. Cheguei aqui ontem e hoje assumi o comando... Juracy não chegou ainda. Como não posso ficar morando sozinho com a beldade, pois ela é mesmo uma beleza e tem 17 ou 18 anos (é menor), arranjei o irmão dela (que é gêmeo com ela e se chama Uracy) para meu ordenança e vai morar aqui...

Se o pessoal do João Goulart pusesse a vista neste caderno, eu estava perdido. Mas, ninguém sabe dele, nem mesmo contei à Maria sobre ele. Guardo-o com todo o cuidado no armário do quarto que dá janela para a lateral, escondido atrás de uma coleção do Tesouro da Juventude.

Todos os dias, antes de dormir, vou verificar se ele está lá, quietinho.

18-4-62 — Quarta-feira

E Maria que não vem? Brizola continua botando fogo na canjica. Um dia ele se encontra comigo.

15-5-62 — Sexta-feira

Preciso voltar a São Paulo. Pedi ao Thadeu Onar que escrevesse ao Edmundo Monteiro solicitando passagem de ida e volta para São Paulo. Aguardo.

10-6-62 — Domingo

Estou voltando anteontem de São Paulo... Não consegui, porém, audiência com nenhum político importante. Onde os Herbert Levy, Sodré *et cataerva*? Não são de nada... De São Paulo dei uma esticada ao Rio. Conversei com o Denys mais uma vez, sem muito resultado. O Rio é infernal. Ninguém consegue nada naquela terra.

29-6-62 — Sexta-feira

Cheguei ontem de outra maratona. A poeira das estradas é infernal... O subcomandante do GO (Grupamento de Obuses) 155 de Cachoeira, Tenente-Coronel Hor-Meyll Alvarez (que nome!) é entusiasmado e tenho-lhe muita confiança. Do coronel comandante, o Jayme Portella, não há o que duvidar... Na questão do material encontrei toda a divisão muito mal. O 8ª RI, por exemplo, não tem viaturas. O 155 de Cachoeira estava com 5 canhões sem tração, por falta de discos de embreagem que custam, todos, quatrocentos contos! Que é isto? Pois o meu amigo Jayme Portella recebeu os 400 contos que eu arranjei e empregou *noutra coisa*. Fiquei uma fera quando soube! Como comanda mal este camarada... Minha vontade foi metê-lo na cadeia. Mas, ah!, o drama de um general que conspira. Tem de fazer vista grossa em muita coisa.

30-6-62 — Sábado

(...) Vou dormir. Não posso salvar o Brasil sozinho. Deus não me deu este Poder.

O Globo

Uma pose ao lado de Maria Tavares, sua segunda mulher

5-7-62 — Quinta-feira

Está pegando fogo no circo. O Auro de Moura Andrade, visto ter sido recusado o Santiago Dantas, foi designado pelo João Goulart para o cargo de Primeiro-Ministro... Auro *entesou* e não quis aceitar o Ministério imposto pelo João Goulart. Fechou o tempo. Eu vi que estávamos há dois passos do golpe: Jango com o Exército na mão e Auro duro! Pus todo mundo de prontidão. Veio ligação de todo lado. O Plano Junção estava pronto, faltando alguns detalhes que seriam improvisados...

Às 13 horas o Jair me telefonou para o QG: "Mourão, a situação se agrava no Rio e eu quero que você venha imediatamente. Vou reunir os comandantes de DI e da 3ª RM para um exame da situação". Tomei as providências para não cair prisioneiro do Jair. Pus no bolso meu Schmidt 45 e umas 30 balas avulsas. Combinei com o Ramão que se eu não chegasse nem telefonasse e começasse algo no Rio, ele, Ramão, mandaria um *jeep* com um oficial do Estado-maior ou um carro particular com o Athos à paisana ao City Hotel, procurando na portaria o sr. Ernani: ele saberia onde eu estaria escondido. Se o Jair tentasse me prender dentro do QG, eu dispararia o revólver contra ele e os demais, ganharia a porta, descendo pelas escadas, e sumia no meu carro...

Encontrei reunidos com o Jair os generais Pery Bevilacqua, Acioly Borges (6ª DI), Franklin Rodrigues de Morais (ID/6). Jair começou uma explicação: "Meus senhores, o Osvino fez declarações de apoio ao Presidente, no Rio; o I Exército está de prontidão e eu quero saber se os senhores estão solidários comigo numa declaração do III Exército"... O Franklin tomou a palavra e *escrachou* o Jair. O Acioly Borges declarou que a 6ª DI era contra. Chegou a minha vez... "A 3ª DI não dá seu apoio a qualquer tentativa de golpe, seja qual for... Seu apoio pessoal você pode dar a quem quiser, mas não empenhe nisto o nome do III Exército".

Hoje de tarde soubemos que o Auro se demitira. Cantou de galinha o homem.

15-10-62 — Segunda-feira

No Rio, aproveitei para os contatos com o Nelson, Denys, etc. A conspiração no Rio não andou um palmo. O célebre dispositivo militar e a cadeia de comando tornam impossível qualquer tentativa. Cordeiro, Denys e Nelson não podem sair da posição de *fofoqueiros* porque não comandam nada.

(...) Parece que o comandante da ID/4 é o general Guedes. Que pensará ele? A gente presta muita atenção nos comandos do Exército e não guarda os das grandes unidades.

21-10-62 — Domingo — 15 horas

Tomei vinho no almoço, dormi e acordei com um pouco de dor de cabeça. Parece que andei sonhando com Raul Pilla e discutindo com ele, este brasileiro puro e lutador, e a quem muito respeito.

Juscelino, tanto quanto Getúlio, não ligou a mínima importância ao *Plano Salte* (saúde, alimentação, transportes, educação). (...) Juscelino emitiu 250 bilhões mais ou menos e Jânio recebeu o Governo com 363 bilhões na circulação. Jânio foi *desfenestrado* (termo que inventei na hora e vem de *finestra,* janela em espanhol) e João Goulart vai ser, *infalivelmente*.

12-11-62 — Segunda-feira

Hoje pela manhã, quando fui abrir o basculante da copa, meu braço *morreu* de repente... Será que vou ter outro enfarte?

29-11-62 — Quinta-feira

Tenho andado bem doente... O braço *morre* várias vezes por dia... A casa está em completo silêncio. Juracy e Uracy dormem. Que sonhos terá você, Juracy, moça linda como uma *miss* (exceto os pés e as mãos) e que em vez de desfilar numa passarela veio ser minha cozinheira?... Sardenberg, quando Juracy entra, espicha-lhe um olhar cheio de desejos. Deus a livre de tais homens!

21-1-63 — Segunda-feira

Antes de deixar o Rio, fui procurar o Silvio Heck para estabelecer ligação. Disse-lhe, assentado no divã da sala dele, o seguinte: "Sou o general Mourão, comandante da 3ª DI em Santa Maria. Dentro de poucos dias serei transferido para o comando da 2ª Região Militar. Estou fazendo uma grande conspiração para derrubar Jango e como sei que o sr. é o revolucionário nº 1, vim fazer ligação".

28-2-63 — Porto Alegre — Quinta-feira

Passei o comando às 10 horas ao Sardenberg e de lá do QG segui para Porto Alegre. Demorarei no Rio uns poucos dias e tocarei para São Paulo. Tenho muito o que fazer lá... Adeus, Santa Maria do meu coração!(...)

12-3-63 — Rio — Terça-feira

Saudades de Santa Maria e Porto Alegre. A verdade é que realmente gosto do Rio Grande mais do que qualquer gaúcho. Não sei o que me prende àquela terra. Tem, para mim, uma querência inexplicável, misteriosa... Com que emoção eu li os livros do Érico Veríssimo!! Como vivi aqueles personagens como se fosse eu! Rodrigo Cambará, que homem!

(...) Estive também com o Cordeiro de Farias e o Nelson de Melo, Maurell e Queiroz. Cordeiro está abatidíssimo com a situação. Disse-me a seguinte e terrível frase: "Já pensei em dar um tiro na cabeça!"... Fiquei com medo que ele fizesse alguma loucura.

16-3-63 — São Paulo — Sábado

Assumi ontem o comando da 2ª RM. Fiz estourar uma bomba terrível que poderá comprometer a carreira política do Pery... O QG estava repleto... Adhemar de Barros compareceu... "De V. Excia., sr. General Comandante do II Exército, de quem por coincidência recebi o comando da 3ª DI, tenho ainda nos ouvidos suas palavras: 'Para que a democracia possa ser praticada em nosso País, precisamos enterrar na mesma vala comum o veto militar e o veto sindical".

Pery inflamou-se, como de costume, e disse: "Enquanto as Forças Armadas se acharem no direito de intervir no processo sucessório para, a pretexto de ameaça de desordem, imporem sua vontade a favor ou contra candidatos, tentando impedir posse legítima de candidato eleito ou sucessor da linha de sucessão constitucional; enquanto os sindicatos, divorciados de sua missão precípua, que é a defesa e o bem-estar dos seus associados, e se agruparem em comandos sindicais, tais como PUA, Forum Sindical ou simplesmente Comando de Trabalhadores, CGT e outras organizações espúrias, não será possível a prática do regime democrático neste País".

(...) A assistência veio abaixo em aplausos... A oficialidade estava espantada... e ele, sem perceber, acabava de conquistar São Paulo... Eu exultei.

26-3-63 — Terça-feira

Foi uma bomba autêntica que eu fiz arrebentar. Os jornais botaram manchetes... Eu já tinha meu plano pré-concebido, que, em grandes linhas, era o seguinte: a conspiração contra o Governo abrangeria tanto o meio civil quanto o militar. O movimento, quando estiver maduro, deverá partir de S. Paulo com a maior rapidez possível, pelo vale do Paraíba abaixo até conseguir atingir a Guanabara. As tropas do Rio Grande, Santa Catarina e Paraná convergirão rapidamente sobre São Paulo. Tudo isto sob o comando do Pery, se eu o conseguir para a causa. Em caso contrário, sob meu comando. Se algum General-de-exército for conquistado será o chefe. Este poderá ser o Cordeiro de Farias ou o Nelson de Melo. O movimento, se for vitorioso, como infalivelmente deverá sê-lo, elegerá um presidente civil para completar o quinqüênio, ao passo que um conselho militar-civil, por mim presidido, estudará e apresentará as reformas à Constituição com a mudança da forma de Governo.

Tudo deverá ficar pronto no espaço máximo de três anos isto é, terminará em 1965.

28-3-63 — Quinta-feira

(...) Zerbini, chefe do Estado-maior do Pery, é comunista e perigoso. Marquei quinta-feira próxima, dia 4 de abril, para a primeira reunião do E.M. Revolucionário. Falei ao major Figueiredo (filho do Euclydes), o qual propus para meu secretário-assistente, e ele está de nosso lado...

Fui logo procurado pelo dr. D'Alamo Lousada, representante do almirante Silvio Heck, com quem já estava em ligação... bem poderá ele ser o Chefe Geral da Revolução. Se não for possível, depois de luta intensa e sangrenta, conseguir o objetivo

MOURÃO FILHO

Cordeiro me disse a terrível frase: "Já pensei em dar um tiro na cabeça"

de eleger um presidente civil para completar o quinqüênio, formaremos uma Junta e Sílvio Heck será o chefe.

8-4-63 — Segunda-feira

O único conceito de manobra que posso dar ao Estado-maior é o seguinte: ocupar o QG do II Exército, de surpresa. Assumir o comando e iniciar um deslocamento, o mais rápido possível, ao longo da rodovia em direção à Guanabara, usando os transportes requisitados... Ao Estado-maior Civil: organizar a defesa das cidades e dos pontos sensíveis para evitar sabotagens. Ocupação de todos os sindicatos e prisão imediata de todos os líderes comunistas e sindicais. Interdição da rodovia no sentido São Paulo-Rio. Censura rigorosa dos telefones. Pôr em atividade as guerrilhas, missão a cargo do Paulo Galvão. Partida o mais cedo possível, cerca de 7 h da noite e avançar até onde possível, no mínimo Barra do Piraí.

19-4-63 — Sexta-feira

O governador de Minas, Magalhães Pinto, saiu pregando a organização da CGT como órgão capaz de defender os trabalhadores. Esse careca idiota, político profissional capaz de corromper até os anjos, não vê que a Argentina não pode se organizar democraticamente por causa da CGT? O que ele quer, esse banqueiro imbecil, é agradar João Goulart de qualquer maneira, na ilusão de obter o apoio dele para a sua candidatura à presidência, contra a do Carlos Lacerda.

21-4-63 — Domingo

Goulart passou um telegrama enorme a João XXIII pela encíclica *Pacem in Terris*, que melhor se chamaria *Guerra in Terris*, porque ela veio acender o estopim do mundo inteiro... A Igreja vai entrar pelo cano.

(...) Outra nota interessante para mim: o *Correio da Manhã* de 21 de abril publica na *íntegra* a carta que o Adhemar de Barros dirigiu ao Congresso sobre Reforma Agrária e fui eu quem a redigiu integralmente.

Ademar não tem cultura para escrever uma carta daquelas. Eu fui, do mesmo modo, o autor da idéia da Aliança Brasileira para o Progresso.

6-5-63 — Segunda-feira

Voltei do Rio hoje. O I Exército é impenetrável. A moçada só quer saber dos vencimentos. Ninguém articula ninguém em torno de outras idéias... Nelson de Melo, Cordeiro de Farias, Denys, *neca;* não dão nada. Já morreram e não sabem que isto aconteceu. Enquanto isto, a articulação do lado de lá continua firme, apoiada no Palácio da Alvorada e com o consentimento dos governadores. Minas, onde estás?

27-5-63 — Segunda-feira

(...) Não viajo de avião porque não consigo passagens. Não quero gastar dinheiro da revolução. Estamos comprando armas calibre 22 para as guerrilhas e não posso gastar dinheiro...

As novidades do Rio: Ferrari, o bravo Fernando Ferrari, morreu. Desastre de avião. Dizem que foi sabotagem.

Lembro-me de quando foi me visitar em Santa Maria no mês de fevereiro, o último que lá passei. Ele estava convencido de que João Goulart preparava uma revolução e me prometeu articular todo o MTR e mais os sindicatos que o acompanham. Ficamos de ter um encontro aqui em S. Paulo, em março. Não veio e morreu no dia 26 de maio de 1963, num domingo. Pobre Ferrari. O Brasil perde um dos seus mais ilustre e denodados idealistas.

2-6-63 — Domingo

No IV Exército continua a mesma: Castelo e Aragão não querem nada com coisa nenhuma. Respondem sempre: Goulart irá a 1965. Mando à merda quem me responde isto.

6-6-63 — Quinta-feira

Greve em Santos. Estivadores não querem deixar bagrinhos sindicalizarem-se... Pery estrilou e mandou minhas tropas a Santos ocupar o porto.

O Globo

Com os netos no Rio de Janeiro, depois que já estava aposentado

7-6-63 — Sexta-feira

Voltei de Santos às 9 h da noite... Os pelegos zombam de nossas tropas, mas hoje eles andavam com medo. Continua a greve.

13-6-63 — Quinta-feira

Soube que Muricy fez uma conferência sobre Guerra Revolucionária, do programa do EME, em um corpo de tropa de Natal. Os comunistas protestaram e, premido pelo presidente, o ministro Kruel mandou que Castelo, comandante do IV Exército, punisse o Muricy. E o covarde do Castelo puniu Muricy com repreensão, por *falta imaginária!*

(...) Palavras do Goulart relativas ao Kruel: "O PSD pensa que o Kruel é democrata. Eles não sabem que eu *pessoalmente* impedi o Kruel três vezes de fechar o Congresso".

16-6-63 — Segunda-feira

Fui ao Rio de avião. Procurei o Jair em sua casa no sábado. Recebeu-me muito bem e veio com a seguinte conversa: "Mourão, lembrei-me logo de você para comandar a 4ª Região Militar, porque o Ladário está doente e já vem embora. Que tal você na 4ª RM?"

"Aceito com alegria ir para Minas, que é minha terra", respondi.

29-6-63 — Segunda-feira

Meu Estado-maior não trabalha convenientemente. Figueiredo é um parado e o Ramiro um tanto poeta... Tenho mandado agentes de ligação ao Paraná e ao Rio Grande. As primeiras foram feitas em 15 de abril junto ao (Ernesto) Geisel e ao (Ramão) Menna (Barreto)...

O Júlio de Mesquita me dava muita atenção, de tempos a esta parte notei que ele *esfriou* completamente comigo. Fiquei encafifado com o negócio, sem saber o motivo. O D'Alamo Lousada me deu a chave: o major (Rubens) Resstel, que é uma espécie de assessor do Julinho, anda me destruindo junto dele. Já nem tenho mais coragem de requisitar dinheiro do comitê, do qual o Julinho é o chefe.

2-7-63 — Terça-feira

Laurita encontrou-se no aeroporto com Raul Ryff... que lhe disse: "Pois, vamos tirar seu pai de São Paulo porque ele está em franca conspiração contra nós".

Aí eu fiquei bambo. Não dormi a noite toda... Meu Deus, que devo fazer? ... Isto é obra do Zerbini, este grande filho da puta. Vem me espionando há tempos. Até gente ele escondeu numa obra inacabada aqui ao lado de casa. Quando percebemos ele correu como um veado. Camionetes permanecem estacionadas em frente a minha casa.

17-7-63 — Quarta-feira

Passei um *bleff* tremendo em todo mundo... Na parte da tarde do 9 de julho houve uma solenidade na Assembléia... o Pery me pediu que o representasse... Foi ao microfone o dr. Waldemar Ferreira, que foi o secretário da Justiça do governador Pedro de Toledo, em 1932, e começou o discurso assim: "Esta solenidade é um grito de alerta a toda a Nação, no momento em que se prepara um movimento comunista chefiado do Palácio da Alvorada pelo próprio Presidente da República". Levantei-me com um gesto espalhafatoso, o gorro na cabeça e com os dois braços fazendo gestos para os oficiais, gritei bem alto: "Levantem-se, vamos nos retirar daqui. Não admito insultos contra o chefe das Forças Armadas, presidente João Goulart". Esta frase estava decorada desde a véspera... Garanto que eles perderam o apetite de me chamar de conspirador.

No dia seguinte (eu e Lousada) descíamos no Rio... e seguimos para Petrópolis, casa do dr. Antônio Neder. Lá se achavam o Chico de Campos e o Denys... Almoçamos e eles não desembucharam... Logo depois do almoço o Denys e o Chico de Campos se retiraram e Denys me disse ao transpor a porta: "Mourão, eu e o Chico de Campos decidimos que você é o homem!" E saíram. Olhei para o Neder interrogativamente. Ele se apressou a dizer: "Isto significa que o senhor acaba de ser designado o *Ditador* futuro do Brasil. O Dr. Campos quis ouvi-lo antes de dar sua opinião"... Ora, dr. Neder, eu não tenho vocação alguma para isto; sou um democrata e quero democracia. Ninguém me fale em ditadura. Este Chico Campos não se emenda mesmo, hein?

25-8-63 — Domingo

(...) Deixei o comando em São Paulo sem solenidade nenhuma. Seguirei para Juiz de Fora, de automóvel, dia 28 de manhã e assumirei o comando no mesmo dia.

28-8-63 — Juiz de Fora — Quarta-feira

Assumi o comando, cerca de 15 horas. Guedes m'o passou... Quando passei pelo Rio no outro dia, o Nelson de Melo me informou que o brigadeiro Eduardo Gomes estivera com o Magalhães e convenceu-o a ficar do lado da Revolução.

5-9-63 — Quinta-feira

Pedi (ao general Carlos Luis Guedes) que me levasse ao Governador... Fomos ao palácio e eu falei francamente, relatando-lhe o mais minuciosamente possível minhas atividades desde o Rio Grande. Declarei-lhe: "Se o senhor me obtiver um manifesto assinado pelo Meneghetti, Ney Braga, Adhemar de Barros e o senhor, podemos partir para a revolução na certeza de vitória rápida, pois a Nação anseia por isto". Ele me respondeu que ainda poderia arranjar as de Seixas Dória e Miguel Arraes... Respondi-lhe que a assinatura dos dois não servia.

6-9-63 — Sexta-feira

(...) Cada vez que me lembro da fisionomia ultra-simpática e bondosa do Jango, um remorso me fere o coração... Porque, tenho de confessar para mim mesmo: Jango é um moço estimável, altamente simpático. Gostaria de estar do seu lado numa causa justa, pois arriscar-me por ele seria tarefa fácil de meu coração. E, entretanto, penso até em matá-lo. Deus me livre. O Dever de defender este infeliz povo brasileiro tão sofrido leva a gente a cometer atrocidades!

13-9-63 — Sexta-feira

Aí o Guedes tomou a palavra e disse: "Aquele que puser a cabeça de fora em primeiro lugar, será esmagado. Não podemos tomar a iniciativa"... Aqui neste caderno posso confidenciar comigo mesmo isto. É tolo este Guedes. Fanfarrão e vaidoso. Estou começando a pensar que seria melhor tê-lo como inimigo do que aliado. É péssimo General e indisciplinado. E o pior é que o Magalhães está mais ou menos habituado a ouvi-lo e obedecê-lo... Medíocre como oficial. Sua fama sempre foi de ser um oficial relaxado, pouco caprichoso nos comandos, com uma visível tendência para a arbitrariedade. Gabola e falastrão, além disto. Boquirroto e irreverente. Fala mal de todo mundo. Não tem qualidades de liderança. Creio que não foi dos primeiros em sua turma... Digamos que ele seja abaixo de medíocre em tudo e creio que está certo...

O tempo é curto, porque de hoje até o dia 9 de maio de 1964 (compulsória), quando perderei o comando, tem menos de 8 meses.

8-11-63 — Sexta-feira

Deixei escapar para o Guedes meu conceito de manobra: partir às 9 horas da noite com um destacamento composto de três batalhões e um grupo de artilharia, precedidos do esquadrão de reconhecimento, e atacar de surpresa o QG do Rio, às 4 horas da manhã, tomando-o e ocupando-o. Guedes olhou para Magalhães e me contestou logo: "Isto não, é loucura. Devemos fechar Minas, declarar-nos rebelados e ficaremos em condições de negociar". Negociar? Que é negociar?...

Tirar tropas do quartel para uma palhaçada destas. Que covardes! A operação tem de ser ofensiva e direta sobre o Rio. Se pararmos no meio do caminho, o resto do Exército vem sobre nós e nos esmaga.

20-11-63 — Quarta-feira

Quase perco a reunião em casa, no Rio, porque a campainha elétrica está enguiçada. O primeiro que chegou foi Heck e eu ia deixando de ouvi-lo. Preguei, então, um aviso assim: "Atenção! A campainha está enguiçada! *Use o berro!*" Uma dúzia de almirantes compareceu ao encontro.

25-11-63 — Segunda-feira

Estive com Cordeiro de Farias e lhe falei: "Vou prender o Jango em São João. Ele vai lá no mês de dezembro, talvez a 12". Cordeiro deu uma espécie de *chilique:* "Não fale isto a ninguém, não fale isto a ninguém" e tomou o elevador.

Eu estava brincando.

23-12-63 — Segunda-feira

Estive no Rio... Fui para lá na sexta-feira. Estive com o Costa e Silva. Sempre o mesmo besta desinteressado. É gaúcho, aí está...

28-2-64 — Sexta-feira

Desejaria muito decifrar o seguinte: é o Magalhães que domina o Guedes ou é o Guedes que comanda o Magalhães? Uma coisa é certa, irrecusável, indisfarçável: eles dois jamais procuraram se ligar; eu é que os procuro...

9-3-64 — Segunda-feira

Só se fala no célebre comício, que será no dia 13, sexta-feira! Pelo visto, a turma não perde tempo com medo de superstições! Este comício vai dar panos para mangas. Veremos.

14-3-64 — Sábado

O comício foi um escândalo! Um Presidente da República deixa seu palácio e vai para a praça pública fazer um comício como um simples demagogo, aplaudido por comunistas que empu-

"...Jango é um moço estimável (..) Entretanto penso até em matá-lo..."

nhavam faixas com a foice e o martelo!... O fim da picada...

17-3-64 — Terça-feira

(...) Até a Maria Tereza ele levou para o palanque!... Aqui em Juiz de Fora, o Arraes resolveu vir para quebrar a castanha de Minas. Justo no dia em que cheguei de Belo Horizonte. Encontrei já durante o dia o ambiente fervendo, na sexta-feira... Um grupo veio me comunicar que estava disposto a barrar a entrada de Arraes em Juiz de Fora e que iria para a estrada. Recomendei que não fizessem mal algum. Apenas impedissem sua entrada. Afinal, para completar o assunto, chamei padre Wilson e lhe disse: "Vá agitar o povo"... Pode ir Ninguém o prende. Você só é militar dentro do quartel. Fora dele você é subordinado do bispo...

O comício foi um fracasso.

27-3-64 — Sexta-feira

(...) Ao me despedir do Magalhães, eu lhe disse: "Acho que nestes dias da Semana Santa, podemos estar descansados. Eles não vão tentar nenhum golpe, porque no Brasil respeitam-se o carnaval e a Semana Santa".

(...) Sexta-feira Santa, às 10 horas da manhã, quando já estávamos prontos para sair, eu e Maria, tocou o telefone: "O Guedes mandou avisar que há graves perturbações da ordem no Rio e pede sua presença imediata aqui". Deixei Maria na fundação, em Ouro Preto, e fui na mesma hora para Belo Horizonte... Aí Magalhães me mostrou os jornais com as notícias: os marinheiros foram soltos, o cabo Anselmo é o líder da Marinha, o Aragão é bicho-papão e a Marinha está completamente desmoralizada... Respondi perguntando: "Não acha que agora é o momento impossível de ser adiado?" Ele me respondeu: "Impossível de ser adiado. Vamos para a luta".

28-3-64 — Sábado

São 8 horas da noite. O QG está de prontidão. A companhia de Guardas está pronta. o Esquadrão de Reconhecimento, idem... Brasiliano está pronto para prender todos os comunistas na hora de começar. É a **Operação Gaiola.** A **Operação Silêncio** deverá ser desencadeada junto com a **Operação Gaiola.** Deixarei dois canais telefônicos em funcionamento. Os capitães do 10º RI estão todos avisados. Maria dorme ainda...

São 10h30min e Magalhães telefonou de Belo Horizonte. Quer um encontro no aeroporto de Juiz de Fora.

28-3-64 — Sábado - 23 horas

Magalhães veio de Belo Horizonte e chegou às 16 horas. No aeroporto estivemos: eu, Magalhães, Neder, Denys, cel. José Geraldo (comandante da Força Pública), cel. Falcão (comandante do 2º Batalhão de Juiz de Fora), Osvaldo Pieruccetti, Monteiro de Castro. Guedes, sempre apavorado com os aviões, não veio...

Quando se discutiu o dia da partida... alguém opinou o dia 1º de abril. Não é possível demorar tanto tempo depois daquela reunião escandalosa... O dia 1º de abril teria somente uma vantagem, acrescentei chocarreiro: ninguém iria *acreditar!*

31-3-64 — Terça-feira — 1h30min

Ontem, às 16 horas, o Guedes ligou o telefone: "O Magalhães entregou o manifesto".

"Como? Não me mandou a cópia como combinamos... "Meu peito doía de rachar. Tive de pôr uma pílula de trinitina debaixo da língua. Meia hora depois o Magalhães telefonou. Foi uma sorte minha ter ele demorado e eu voltado à calma: "Governador, seu manifesto não contém a frase combinada de deposição do Jango e o sr. soltou o manifesto sem me mandar a cópia, como tínhamos combinado também". Ele procurou se desculpar... Estávamos em plena revolução e eu *feito um burro,* exigindo um manifesto... Mas em lugar disso, aflito, sem raciocinar mais, fiquei teimando. Só voltei mesmo à calma depois do jantar. Aí eu vi que não havia mais chance. Teria de partir na madrugada de terça-feira, 31... Redigi o manifesto em 20 minutos, já que Magalhães não me mandava um como eu queria...

Vou parar de escrever. São 2h30min. A campainha está tocando. Quem será? Voltei. Santo Deus. Eram o Alkimin e o Monteiro de Castro... Eles entraram e me entregaram uma carta e o manifesto do Magalhães. Quando o li fiquei rubro. Parecia que ia estourar. Era o mesmo, com certeza, conforme me dissera o Guedes, só falava em reformas... Não sei como não tive um enfarte... O Alkimin gaguejou quando eu disse: "Com este manifesto não tiro nem um soldado do quartel"... O fato é que eles não demoraram mais do que 10 minutos e saíram, tomando o automóvel... Maria, diante da gritaria dentro de casa, desceu, assim que eles se foram. Quando ambos procuramos o tal manifesto e a carta, não os encontramos porque Alkimin, que é muito safado, resolveu bater os documentos para me deixar sem provas.

Vou partir para a luta às 5h da manhã, dentro de 1h50min... Viva o Brasil!

Em 31 de março de 1964. Terça-feira, às 3h50min da manhã de Deus.

Fatos e pessoas citadas no Diário

Plano Cohen — *Um suposto golpe comunista, denunciado em 1937 pelo Governo de Getúlio Vargas para justificar a ditadura do Estado Novo. Apontado como autor do plano, Mourão sempre negou a acusação.*
Lott — *General Henrique Duffles Teixeira Lott, Ministro da Guerra em 55.*
Denys — *General Odylo Denys, Ministro da Guerra em 61.*
Mamede — *General Jurandir Bizarria Mamede.*
Canrobert — *General Canrobert Lopes da Costa.*
Sorbonne — *Apelido da Escola Superior de Guerra.*
Osvino — *General Osvino Ferreira Alves, Comandante do I Exército em 64.*
Jair — *General Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra de João Goulart.*
Ladário — *General Ladário Telles, Comandante do III Exército em 64.*
Berta — *Presidente da Varig, Ruben Berta.*
Kruel — *General Amaury Kruel, Comandante do II Exército em 64.*
Thadeo Onar — *Jornalista do Diário de Notícias, de Porto Alegre.*
Coelho de Souza — *Ex-secretário de Estado e deputado federal pelo Partido Libertador gaúcho.*
Segadas — *General João de Segadas Viana, Ministro da Guerra de João Goulart.*
Edmundo Monteiro — *Diretor dos Diários Associados em São Paulo.*
Guedes — *General Luiz Guedes, Comandante da ID/4 em Belo Horizonte.*
Pery — *General Pery Constant Bevilacqua, Comandante do II Exército em 64.*
Figueiredo — *João Baptista Figueiredo, futuro Presidente da República.*
Castello — *General Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do Estado-maior do Exército.*
Aragão — *General Augusto César Moniz de Aragão.*
Aragão — *Almirante Cândido da Costa Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais em 64.*
Muricy — *General Antônio Carlos Muricy, Chefe do Estado-maior do IV Exército.*
Raul Ryff — *Secretário de Imprensa de João Goulart.*
Chico Campos — *Jurista Francisco Campos, Pai da Legislação do Estado Novo.*
Antonio Neder — *Advogado, conspirador e ministro do Supremo Tribunal Federal após 64.*
Magalhães — *José Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais em 64.*
Alkimin — *José Maria Alkimin, Líder do PSD no Congresso no Governo João Goulart.*

Depois de 31 de março, críticas e divergências

Na madrugada de 31 de março, Mourão Filho aposenta seu diário durante algum tempo, voltando a escrever mais tarde longas observações com críticas amargas à Revolução e aos seus chefes —que a desvirtuavam, segundo Mourão. A seguir, trechos inéditos de suas observações:

(...) **É evidente que Goulart e Brizola nunca foram comunistas.** Em primeiro lugar, por falta de competência cultural e, em segundo, porque o que eles queriam era simplesmente empalmar o poder. (...) Ao lado deles, e em sua causa, havia comunistas e subversivos de todos os tons, querendo tirar proveito da baderna. Por esse motivo, não posso concordar com os trechos do meu manifesto de 31 de março no qual foi expresso que Goulart era comunista. *Eu não redigi aquela frase,* na madrugada de 31 de março, quando fiz meu manifesto em cerca de 18 minutos. Entreguei-o ao Antônio Neder para que o burilasse e, ao que parece, ele acrescentou que Goulart era comunista. Assinei o manifesto sem relê-lo, confiado no Neder. (...)

Na descida já havíamos alcançado a testa do grosso da tropa. Antes de atingir o nível do mar, ouvimos pelo rádio do carro que o general Arthur da Costa e Silva havia assumido o comando supremo das Forças Armadas e nomeara o general Terra Ururahy comandante do I Exército. (...) Eu, o mais graduado general do I Exército, chefe militar incontestável da Revolução, entrando na Guanabara vencedor, à frente de minhas tropas, não havia por que deixar que Ururahy tomasse um comando que me pertencia, de direito, por força do regulamento. (....) Deixei a tropa, adiantei-me e entrei no QG. (...) Ao entrar no 6º andar o ambiente era péssimo. Devido ao frio, todas as janelas estavam fechadas. O andar inteiro estava transformado em dormitório. Camas de campanha encostadas umas nas outras. (...) Meu humor não podia ser pior. Veio ao meu encontro um coronel, a túnica desabotoada, o cabelo em desalinho, esfregando os olhos, sem atitude militar diante de mim, um General-de-divisão. Quando perguntei pelo Costa e Silva, esse coronel respondeu-me com reserva: "S. Excia. está dormindo, sr. General". Faça acordá-lo imediatamente, contestei com raiva. Isso é uma ordem, coronel. Logo em seguida Costa e Silva, embora estremunhado ainda, com o maior e mais simpático sorriso, deu-me um abraço com palavras de satisfação, atitude que dissipou completamente meu mau-humor e me tornou alegre.(...) Costa e Silva pediu como amigo que eu aguardasse alguns poucos dias porque a situação ainda não estava segura.

Aí começou a desgraça do Brasil. Eu tirara a Nação de um abiso e a empurrara a outro. Já disse e repito: se eu conhecesse o general Costa e Silva, como hoje, tê-lo-ia expulsado do QG. (...) Possuía uma qualidade única que era, ao que tudo indica, inimigo de ditaduras. Mas, sua sesquipedal ignorância não lhe permitia discriminar o regime democrático de um outro qualquer de direita, por exemplo.(...)

Em 81 anos desta infeliz República Presidencialista, os gaúchos governaram 30. Isto é, mais de um terço e se o Médici conseguir chegar a 1974 somar-se-ão 34 anos. Ora, o ensino do Colégio Militar de Porto Alegre é inteiramente falho e seus alunos saem pouco versados em humanidades. Além disso predomina ali um *sprit de corps,* o pior possível, e que consiste sistematicamente no desprezo absoluto pelos *paisanos,* que são considerados gente de segunda classe...

O Governo Castelo Branco caracterizou-se, em resumo, pelo avanço dos militares aos cargos políticos. (...) Um diário publicou quase três colunas com os nomes dos militares e os empregos ocupados.(...) Semelhante fato prova cabalmente a incompetência e a irresponsabilidade de um Governo que transformara o Brasil num grande acampamento militar.(...)

Em Porto Alegre, numa entrevista

O critério da escolha dos governadores não poderia ter sido pior, se é que se pode chamar de critério as verdadeiras nomeações feitas à custa da pressão sobre as Assembléias Legislativas. Assim, para colocar Peracchi Barcellos no RS, foi preciso fazer cassações na Assembléia gaúcha, a fim de obter maioria nela. Um escândalo e uma vergonha. O ditador recusou-se a aceitar o nome de um honrado e culto gaúcho, o dr Ruy Cirne Lima, somente porque foi apresentado pelo MDB.

O presidente do STF, ministro Ribeiro da Costa, em discurso declarou que já era tempo de fazer os militares retornarem a seus quartéis. (...) Em um churrasco, fim das manobras de Itapeva, São Paulo, o ministro Costa e Silva deu uma resposta cujos termos, tendo em vista a Constituição de 1946 ainda vigente, eram francamente subversivos.(...) Enquanto o ministro falava, aquelas centenas de oficiais excitados gritavam raivosamente: "Cassa, fecha, prende". Compare-se esta cena com a do discurso do João Goulart no dia 30 de março de 64.(...) Contou-me o general Ernesto Geisel, segunda-feira, dia 1º de junho de 1970, na posse dos ministros do STM, que ao término do *comício militar de caráter goulartiano* aconselhou o presidente Castello a demitir o Costa e Silva. (...)

Um verdadeiro histerismo anticomunista, que se extravasou em ódio, transformou-se numa espécie de guerra sagrada e dominou as Forças Armadas. A repressão passou a ter um caráter verdadeiramente fascista, de prisões fora da lei, por simples suspeitas, não se respeitando nem o direito de locomoção nem o de inviolabilidade do lar. As torturas foram o molho dos inquéritos levados a efeito nos desvãos do Dops ou dos quartéis e toda a sociedade ficou dominada pelo medo, angústia e sofrimento. Esta onda terrível começou no Governo Castello Branco.(...)

O deputado concitava o povo a não comparecer à parada de 7 de setembro. (...) Tanto em Brasília quanto no Rio a parada teve um excepcional brilho.(...) O povo não vai assistir a parada por patriotismo. (...) Vai pelo espetáculo. (...) O povo atualmente não ama as Forças Armadas, que desde 1964 têm servido de instrumento do arbítrio de governantes incultos e antidemocráticos e de executora de inquéritos abusivos e ilegais e de prisões e maus-tratos.(...)

Depois da histórica e elevada decisão da Câmara Federal, por grande maioria, negando o pedido absurdo do presidente para processar o deputado (Márcio Moreira Alves), os generais, como sempre falando em nome do Exército, sem bastante autoridade para isto, exigiram de Costa e Silva o Golpe de Estado. Ele não quis aceder e pediu prazo para pensar. Estava resolvido a renunciar e propôs a Pedro Aleixo, o Vice-presidente, passar-lhe o Governo.

Por que Médici, o mais apagado dentre todos os oficiais-generais do Exército, obscuro general de Cavalaria, que sempre serviu na fronteira e cujo único posto político foi o de chefe do SNI — função que não recomenda bem qualquer pessoa, muito menos um militar da ativa — foi eleito? Lyra Tavares esqueceu-se de que a maior parte do eleitorado estava concentrado no III Exército, que era comandado pelo Médici e — o que é decisivo — os votos eram assinados.(...)

Tema: Estado de Direito

Por Marcelo Pontes e Genilson Cézar

Entre 7 e 12 de maio, três mil advogados brasileiros vão-se reunir em Curitiba para debater uma questão muito atual, o Estado de Direito. Esta é a VII Conferência Nacional dos Advogados, e pela primeira vez este tema será discutido. E, para evitar o constrangimento de convidar o Ministro da Justiça, tradicionalmente a maior autoridade presente à abertura destas conferências, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro, vai convidar o próprio Presidente da República.

A época do encontro, aliás, é muito oportuna: em maio, segundo o pouco nítido calendário político oficial, o Governo estará pondo no papel, ou apresentando ao Congresso, a sua proposta de reforma institucional.

Para esboçá-la, o Governo pediu colaboração à OAB. Por duas vezes, a missão Petrônio Portela procurou o presidente da entidade, nos últimos meses do ano passado. Mas Faoro fez a defesa de dois princípios dos quais a OAB não abre mão: a plenitude do *habeas-corpus* e as garantias da magistratura.

O pensamento dos advogados brasileiros sobre o Brasil e o Estado de Direito, a OAB preferiu deixar para expressar na conferência de Curitiba, da qual o Governo poderá extrair como bem quiser as sugestões que tem procurado.

Elas surgirão em profusão. O programa do encontro prevê a apresentação de 29 teses, relatadas pela fina flor da comunidade jurídica brasileira. Ninguém melhor do que o mestre Pontes de Miranda, por exemplo, para falar sobre *habeas-corpus,* um assunto com o qual ele tem uma intimidade de 62 anos, mais tempo, portanto, do que de idade, por exemplo, tem o futuro presidente da República, general Figueiredo, que completou 60 em janeiro.

"Restringir-se o *habeas-corpus* sob a alegação de ser necessário combater-se a subversão é ato subversivo", disse-nos Pontes de Miranda. Com 86 anos, mais de 100 livros escritos sobre os mais diversos aspectos da legislação brasileira, Pontes de Miranda vai falar na conferência sobre este tema.

Num breve histórico sobre as restrições que se fizeram ao *habeas-corpus* no País, ele afirma que "as suspensões desse direito no País foram causadas por pressões estrangeiras ou por auxiliares de presidentes que foram brasileiros sem as qualidades para se chamarem brasileiros". Quanto à fórmula que vem sendo proposta por juristas ligados ao Governo, no sentido de se manter um prazo mínimo de incomunicabilidade para investigação nos casos de prisão política, Pontes considera-se inaceitável:

— A política, conforme a classificação dos processos sociais da adaptação que fizemos há mais de meio século e o sábio alemão Petzoldt confirmou, é o que maior peso de *quantum despoticum* tem, de modo que temos de mais precatar o homem diante da política do que de qualquer outro processo social de adaptação. Retirar, aí, o uso do *habeas-corpus,* é retirá-lo onde é mais necessário.

Amiccuci Gallo/Veja

Faoro: até Anistia será debatida, se os advogados brasileiros quiserem

ANISTIA? TALVEZ

Em debate na VII Conferência haverá temas para todos os gostos dos três mil advogados participantes, representando 3% do total de advogados brasileiros e 10% de todos os advogados militantes. Sob o enfoque geral de Estado de Direito, vão discutir direitos humanos, segurança nacional, emergência constitucional (leia-se salvaguardas), representação política, mandado de segurança, por aí.

Não há no programa, entretanto, nenhuma tese sobre Anistia. Desconfia-se de que foi uma omissão proposital, para evitar que a conferência seja envolvida por discussões políticas acirradas. Oficialmente, porém, Raymundo Faoro explica que Anistia é um tema mais político do que jurídico. Mas não se recusará a inclui-la no temário se surgir alguma tese a respeito considerada pertinente.

Antecipadamente, pode-se imginar que a conferência terá entre os seus pontos altos a discussão do conceito de Segurança Nacional. O general Figueiredo dirá, como fez em relação à Igreja, que com esta "intromissão" daqui a pouco o Alto Comando das Forças Armadas se reunirá também e discutirá o Estatuto da OAB? Pode ser. Mas a OAB entende Segurança Nacional como preceito constitucional. E é uma lei, como justifica Faoro.

EMERGÊNCIA DO ESTADO

O advogado Oscar Dias Correia, de Minas, deputado pela UDN até 67, quando renunciou porque foram extintos os partidos, vai relatar a tese "Emergência Constitucional no Estado de Direito". Mostrará que todos estão de acordo que, em situações excepcionais, em face de graves riscos das instituições e de sua própria sobrevivência, "o Estado deve defender-se, usando dos meios de que disponha, e deve dispor dos meios necessários e suficientes para essa defesa".

Agora, atenção: o que importa, sustenta ele, "é garantir aos cidadãos o exercício normal e regular de seus direitos e liberdades, e a volta à normalidade, passado o período de crise". Evidente, acrescenta, que para chegar a essa compatibilização da defesa do Estado com a garantia dos cidadãos se verá "o exercício da sabedoria política de cada povo".

Outro destaque da conferência será um painel no qual, pela primeira vez, a OAB reunirá juristas e cientistas políticos, numa época em que a Ciência Política deixou de ser matéria de competência exclusiva dos juristas. Sob a presidência do jurista Miguel Seabra Fagundes, foram convidados para debater o tema "Estado de Direito" os cientistas políticos Bolivar Lamounier, Francisco Weffort, Orlando Carvalho, Eduardo Rocha Virmond, Oliveiros da Silva Ferreira e Tércio Sampaio Ferraz.

Liberdade Sindical? Só com mudanças

"Só o Estado de Direito, na plenitude de seus poderes, na legitimidade da constituição desses poderes, com ampla e livre representação de toda sociedade, sem usurpação nem hipertrofia de nenhum deles, é que pode proporcionar as condições para a realização das normas do Direito do Trabalho."

A afirmação é do advogado Evaristo de Moraes Filho em sua tese "O Direito do Trabalho no Estado de Direito", preparada especialmente para a conferência em Curitiba. Seu trabalho mostra que desde 1930 e até hoje vivemos sob um estado absolutista, "com absorção cada vez maior de toda a atividade humana nas malhas do Governo Federal".

Com a Revolução de 30, lembra Moraes Filho, saiu vitoriosa à corrente corporativista e positivista, de incorporação do proletariado à sociedade contemporânea pela mão do Estado, sob sua direção e controle. "A única manifestação permitida seria a de aplauso e de apoio, nunca de protesto."

A Constituição de 1946 chegou a permitir o direito de greve, mas o paternalismo continuava. Mas em 1964 a situação voltou à fase anterior: "Com a suspensão das garantias constitucionais e uma rígida política salarial e de segurança nacional, chegava ao auge o regulamentarismo estatal, com evidente retrocesso na evolução da política trabalhista".

Fácil concluir-se: não existe liberdade sindical, a começar pelo fato de que ninguém pode chegar a presidente de um sindicato sem que seu nome seja aprovado na área oficial. "E sem liberdade sindical", diz o autor, "não pode existir um verdadeiro e autêntico direito coletivo do trabalho. Não há democracia possível, não há Estado de Direito."

Como indicações concretas de normas vigentes hoje que se conflitam com o Estado de Direito, Moraes Filho coloca: a) Greve: deve ser restabelecido o direito de greve, tal como previa a Constituição de 1946; b) Diferença de salário: devem voltar os fatores idade e nacionalidade como impeditivos de diferença de salários; c) Menor: a idade mínima para o trabalho deve ser 14 anos, e não 12, como hoje; d) Contribuição sindical: deve ser expontânea, ao contrário do método atual, que é um imposto; e) Enquadramento sindical: também deve ser expontâneo; f) Controle das convenções coletivas: os sindicatos devem ter liberdade para negociar, sem serem obrigados a seguir os índices fixados pelo Governo; e outras.

A Central de Serviços da Coojornal está à venda

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.
A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de Imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística. É uma experiência com mais de quatro anos e quase 30 clientes.

Conte com a Coojornal em:

Serviços editoriais
Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe.
Edição de revistas, livros, jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.

Serviços gráficos
Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária.
Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.
Artes, *lay-outs* e produção de capas de livros, revistas, folhetos, prospectos, cartazes, malas-diretas, etc.

Serviços industriais
Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores.
Produção e impressão *off-set* de material jornalístico e publicitário, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.
A Central de Serviços está à venda. Aproveite.

coojornal®
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 366/372
Fones: 24.0951 e 21.8984 — Telex (051)1605
90000 — Porto Alegre — RS

A intrigante história da Serra dos Carajás

De repente, os americanos retiraram-se da maior mina de ferro do mundo. Não há explicação convincente para isso, assim como não há resposta para uma pergunta intrigante que já dura 11 anos: Quem realmente descobriu Carajás?

Por Yolanda Stein

Matsui: "Sempre tive dúvidas"

Nos últimos dez anos, nenhum episódio, envolvendo interesses pela exploração dos minérios existentes no subsolo brasileiro, mostra-se tão significativo e característico da atuação das multinacionais quanto o de Carajás, no estado do Pará. No silêncio, uma equipe da poderosa *United States Steel*, que encabeça o cartel norte-americano do aço, se embrenhou pela Selva Amazônia e deu início a uma rápida aventura que culminaria com a descoberta da maior jazida de ferro do mundo. Tudo num abrir e fechar de olhos, entre maio e agosto de 1967.

Passados dez anos, o Caso Carajás (para muitos um escândalo) ganhou destaque na Imprensa pelos prejuízos que a multinacional causou ao País. Mas pouco, ou quase nada, se questionou sobre as implicações de tal aventura, recheada de lances pitorescos e insólitos, até hoje obscuros, e que remontam a 1965.

Naquele ano, uma equipe da firma Prospec S/A, contratada pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, órgão do Ministério das Minas e Energia, pesquisou a região de Carajás, passando exatamente em cima da grande jazida. Só que, aparentemente, cometeu um engano: em lugar de ferro, identificou as ocorrências como sendo de calcário. E tudo passou em brancas nuvens.

Os pesquisadores do chamado Projeto Araguaia limitaram-se a um levantamento aerofotogramétrico, não descendo para realização de trabalhos de campo. Se o fizessem, teriam certamente constatado a existência do ferro.

Falta de recursos, incompetência, má fé? Todas essas hipóteses já foram levantadas. Mas, até hoje, o assunto é mantido em disfarçado sigilo. Oficialmente, tratou-se de um erro de interpretação fotogeológica. **"A grande barriga da história da mineração brasileira"**, como se comenta no meio mineral. Na realidade, não fosse esse alegado erro técnico, Carajás teria sido descoberto dois anos antes, pelo próprio Governo Brasileiro. E, provavelmente, toda a história teria sido outra.

Esta incógnita permanece. Mas a odisséia continua. Bem pouco depois, teve início um novo episódio, também mal-explicado, e que envolve a atuação de dois poderosos grupos norte-americanos: a *United States Steel* (e sua subsidiária Cia Meridional de Mineração) e a *Union Carbide* (e sua subsidiária Codim). Para todos os efeitos, a descoberta de Carajás se deu quando geólogos da *U.S.Steel* pesquisavam ocorrências minerais na Região Amazônica, através do *Brazilian Exploration Program*. Mas existe outra versão.

A *Union Carbide* teria chegado à região pouco antes, descoberto a ocorrência do ferro e se retirado para abrir espaço à *U.S. Steel*. Uma incoerência? Nem tanto. Mais se parece uma jogada de mercado, bastante esclarecedora da estratégia das multinacionais, que avançam por caminhos nem sempre lineares.

Um dos geólogos participantes da equipe da Codim, Jenro Matsui — num depoimentos exclusivo ao *Coojornal* — afirma que tudo começou em 1966, quando a Codim se lançou à procura de manganês no subsolo amazônico. Na época, a matriz — *Union Carbide* — preocupava-se em diversificar suas fontes de suprimento já que sua principal mina, na Índia, estava em fase de exaustão.

No mês de maio (de 1966) três geólogos da Codim (dois brasileiros e um canadense) deram início a sua jornada de trabalho, optando pela região de Marabá, no Pará. Três meses depois, (em agosto) teriam localizado os primeiros afloramentos de manganês na Serra do Sereno, ao Norte de Carajás, atravessando a margem direita do Rio Itacaiunas.

Entusiasmada com a descoberta do manganês, a *Union Carbide* decidiu dinamizar suas atividades na região, contratando mais dois geólogos. Foi nessa época que Kenro Matsui, autor desse depoimento, entrou na companhia. Ele e o geólogo gaúcho Luis Fernando Zanini incorporaram-se à equipe formada por Devanil dos Santos Barreiro, Arlindo Calux, e o canadense Velasquez Spring.

Montados em lombo de burro, muitas vezes a pé, eles abriram picadas na floresta e acabaram descobrindo novas e promissoras ocorrências na Serra do Sereno. Ao vasculhar uma área de cerca de 80 quilômetros, concluíram que as ocorrências mas importantes eram as das serras Azul, Ipiranga e Rica, onde concentraram suas atenções daí por diante.

Nessa época — conta Matsui — a movimentação política da companhia aumentou. Foi então que os geólogos começaram a perceber as primeiras conotações estranhas. A *Union Carbide*, sempre por intermédio da Codim, iniciou contatos com o Governo do Pará, que lhe concedeu muitos favores, principalmente na execução da infra-estrutura, como estradas de acesso e energia. E o Instituto de Desenvolvimento do Pará (Idesp) passou a visitar a região muitas vezes, sempre representado por um consultor contratado pelo governador Alacid Nunes. Este engenheiro, que assessorava o Governo nas negociações com a Codim, era Francisco de Paula Sayão Lobato, cuja nomeação ninguém entendeu, já que ele nem sequer era ligado ao Governo paraense.

Diz Matsui que Sayão Lobato trabalhava para uma empresa norte-americana, nos Estados Unidos, e poderia muito bem ser o elemento de ligação de alguma companhia já interessada nas ocorrências minerais no Pará. Isso nunca ficou comprovado, mas o fato é que Sayão Lobato acabou sendo consultor da Meridional, a subsidiária da *U.S. Steel* no Brasil. A Meridional ganhou, também, como funcionário, o consultor da Codim na época dessa descoberta, que era o professor da Escola de Geologia da Universidade de São Paulo, Geraldo Melcher. Esses fatos não passavam despercebidos pela equipe de geólogos e matizavam a aventura com nuances de uma intriga policialesca. Só que faltou o xerife. E o final foi muito pouco esclarecedor; tudo permanecendo apenas no terreno das evidências.

Seis meses se passaram desde a descoberta dos primeiros afloramentos de manganês na Serra do Sereno, até que em fevereiro de 1967, durante uma visita do Governador do Pará ao local (sempre acompanhado de Sayão Lobato), o grupo comunicou a ele as perspectivas minerais da área, mencionando pela primeira vez a existência das reservas de Carajás.

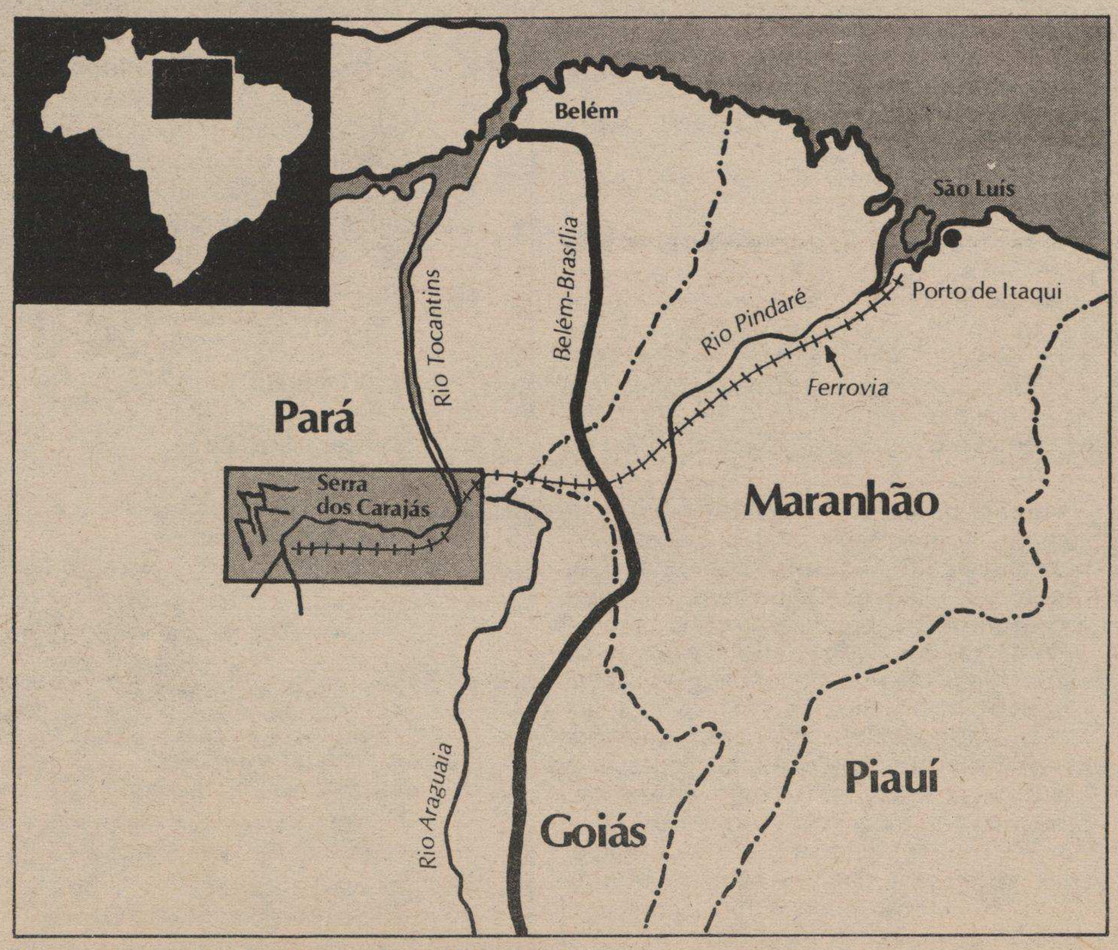
"Já tínhamos idéia de que se tratava de uma formação ferrífera", conta Matsui. E a Codim incrementou ainda mais as pesquisas na Serra Rica. Ao grupo, juntaram-se mais seis geólogos (Décio Meyer, Walter Hirata, Ysao Munemassa, Helio Monteiro, Luis Augusto Cavalon e Ricardo Francisconi). Com a saída do canadense, ficou trabalhando para a subsidiária da *Union Carbide*, no Pará, uma equipe de dez geólogos brasileiros, todos recém-formados e eufóricos com as perspectivas da primeira grande descoberta.

Na versão de Kenro Matsui, as atividades da *Union Carbide* chamaram a atenção *da U. S. Steel*, que também tinha um projeto de prospecção para a Amazônia, chefiado por Gene E. Tolbert (na época, essa região já se constituía num pólo de atração de multinacionais, que procuravam no Brasil alternativas para o suprimento de minérios). Tolbert foi professor da Escola de Geologia da USP até 1964 e era amigo de Geraldo Melcher, o consultor da Codim, que depois passou a atuar junto a Tolbert nos quadros da Meridional, subsidiária da *U.S. Steel*. "Foi aí que a equipe de Tolbert começou a seguir os passos da Codim", afirma Matsui. E esta equipe, então, já contava com a colaboração de Geraldo Melcher e Sayão Lobato.

No dia 25 de abril, quando já estava configurada a trama, os dez geólogos da Codim se transferiram para Oeste da Serra Rica, na região denominada Cajueiro. "Ao abrir uma picada de reconhecimento encontramos os primeiros indícios de hematita compacta e de canga ferrujinosa, indicativos da existência de minério de ferro, na hoje denominada Serra Leste, no distrito de Carajás".

Essas ocorrências, como de praxe, foram notificadas à Codim, no Rio de Janeiro, cujo gerente era Richard Clauss. "No dia 15 de maio, deslocamos o acampamento ainda mais para Oeste, chegando ao local conhecido como Barreira Caída, para prosseguir os trabalhos de reconhecimento, tanto a Norte quanto a Sul. A picada do Sul atravessou toda a estrutura da Serra Leste, onde se constatou a existência da hematita e da canga recobrindo todo o topo da serra". Estava descoberto o minério e do bom.

A descoberta foi imediatamente comunicada ao Rio de Janeiro, com a suges-



A localização de Carajás, no Pará. Além de ferro, reservas de manganês, cobre, ouro e outros minerais

A U. S. Steel "segurou" o projeto por interesse e o Brasil pagou os prejuízos pelo atraso

tão de que as áreas fossem logo requeridas. E a equipe, sem esconder o entusiasmo, solicitava instruções urgentes para providências. Foi grande o espanto dos técnicos com a demora na resposta da Codim. E acabaram ficando perplexos, quando 15 dias depois receberam, nada mais nada menos, do que instruções para mudarem radicalmente seu local de operações.

A ordem era lacônica e expressa: retirada total da equipe da área de Carajás e transferência para a cidade de Altamira, no Rio Xingu, para prospecções nas serras localizadas no médio Rio Bacajá, onde nunca encontraram minério algum. A transferência se deu no mês de junho.

Nesse ínterim (segunda quinzena de maio de 1967) a equipe formada pela Cia. Meridional de Mineração, a subsidiária da *U. S. Steel,* que estaria no encalço dos passos da Codim, iniciou seus trabalhos na região, começando por implantar a sede operacional na mesma cidade de Altamira. A partir daí, foram para a ilha de São Francisco, no Rio Xingu, ao Norte de São Félix do Xingu. Na época, já valendo-se de helicóptero, a Meridional (*U. S. Steel*) chegou à região de Itacaiunas, ao Norte de Carajás. E descobriu, oficialmente, a grande reserva de ferro. Era agosto de 1967. Mais precisamente, dia 22.

Seguindo (ou não) os passos da Codim, e valendo-se dos levantamentos aéreos realizados pela Propspec para o Ministério das Minas e Energia, como base para o desenvolvimento de seus trabalhos, o fato é que a *U. S. Steel* acabou levando a melhor. E ninguém mais discutiu o assunto.

Comentário de Kenro Matsui: "O que mais nos intrigava é que nenhuma satisfação nos foi dada pela Codim. Afinal, tínhamos descoberto uma mina fantástica e recebemos a lacônica ordem de abandonar os trabalhos. A dúvida sempre me acompanhou. Saí da Codim em 1968 (ele hoje trabalha para uma empresa de consultoria de mineração e é diretor da Associação dos Geólogos do Estado de São Paulo — Agesp), quando o gerente Clauss já tinha sido substituído por David Mathias, hoje diretor da *Union Carbide* nos Estados Unidos".

"Foi então que, em conversas particulares com colegas, fiquei conhecendo algumas explicações para o recuo da empresa. A *Union Carbide,* até então, não tinha interesses por minério de ferro e mesmo a grande potencialidade da jazida não foi suficiente para mudar esta orientação. Mas a razão principal estaria fora do Brasil. A matriz, nos Estados Unidos, queria evitar conflitos com a *U.S. Steel,* empresa tradicionalmente atuante no setor e que constituía a principal consumidora de aços especiais fabricados pela *Union Carbide*. Portanto, seu cliente número um."

Foi então que a *U. S. Steel* acabou requerendo praticamente todo o Sul do Pará (28 áreas), onde existem não apenas 18 bilhões de toneladas de ferro de elevado teor, como grandes reservas de manganês, e grandes quantidades de outros minérios estratégicos, como cassiterita, cromo, columbita, berilo, níquel, fosfato, zinco, cobalto, prata, chumbo e salgema. Esses minérios, abundantes no chamado distrito Carajás, vêm atraindo dezenas de subsidiárias de outras multinacionais. Entre elas: a *Royal Dutch Shell, Saint Joe Minerals Co., Saint Gobain Pont,* a *Mousson, International Nickuel Company* e a *Brascan Ltda.*, que já se encontram na região.

A transação que se evidencia entre os dois grupos multinacionais é um indicativo de como se processa a divisão de mercado por essas empresas, sem conflitos e em concordância com seus interesses a cada momento. Na época, a *U. S. Steel* possuía enormes jazidas de manganês no Gabão e outra grande, de ferro, na Venezuela. Mas preocuva-se com a crescente instabilidade política nos países africanos e com as nacionalizações na Venezuela.

Também, no Brasil, a localização lhe era estrategicamente vantajosa, pois próxima à costa Leste dos Estados Unidos, onde se encontram as grandes siderúrgicas. Um outro fator foi igualmente ponderável para a *U. S. Steel*. O grupo norte-americano contava com um ambiente propício as suas atividades, tendo em vista que o movimento político, que levou os militares ao Poder em 1964, mostrou-se de imediato altamente favorável à entrada de capitais estrangeiros nos diversos segmentos da economia brasileira, entre eles a mineração.

Mas os intrincados caminhos de Carajás, assim como não começaram com a *U. S. Steel* nem com a *Union Carbide,* também não acabaram com a descoberta da jazida. Muito ao contrário, o pior ainda estava por vir. Em 1969, entra em cena o parceiro brasileiro da *U. S. Steel*: a gigantesca estatal do ferro, Cia. Vale do Rio Doce. Produtor de um lado, consumidor de outro. Aparentemente, um romance perfeito. Mas o encontro foi arranjado e o desenrolar do matrimônio dos mais atribulados.

A associação ocorreu depois de muitas pressões por parte de grupos nacionalistas, que entenderam ser a descoberta por demais importante para ficar sob o domínio exclusivo de uma empresa estrangeira. Se os antecedentes já tinham sido nefastos ao País, que sua continuidade ocorresse em menos desacordo com os interesses nacionais, era o raciocínio. Com esse objetivo, a Vale do Rio Doce assumiu 51% das ações da Amazônia Mineração — a empresa criada para explorar Carajás — e a *U. S. Steel* se contentou com os restantes 49%. Generosidade? Também, nem tanto. Na realidade, a partilha dos bens não foi eqüitativa e a maioria acionária não dava à empresa estatal qualquer poder de decisão sobre o projeto. Uma vez mais, os interesses nacionais foram esquecidos.

O contrato assinado entre as duas sócias foi feito de forma a beneficiar de todas as maneiras a estrangeira, que detinha as principais diretorias executivas da Amazônia Mineração. Além disso, qualquer proposta precisava ser aprovada por cinco diretores, sendo três da *U. S. Steel*. Com este controle nas mãos, o grupo norte-americano conseguiu retardar o andamento do projeto por vários anos, atendendo apenas aos seus próprios interesses. Isso porque a partir de 1973, a recessão econômica mundial abalou fortemente a indústria siderúrgica, revertendo os planos do cartel do aço quanto à exploração de minério nos países periféricos. A idéia era guardar Carajás como reserva estratégica para o futuro. Mas o futuro para a *U. S. Steel* nada tinha a ver com o futuro do Brasil, que continuou acumulando prejuízos com o atraso.

Dessa forma, o projeto, que deveria ter iniciado operação em 1978, ficou parado e seu custo quintuplicou: passou de US$ 700 milhões para US$ 3,5 bilhões. Sem mercado, e pouco disposta a investir seus recursos em Carajás, a *U. S. Steel* começou a sofrer algumas pressões por parte do Governo brasileiro. A Vale do Rio Doce, tardiamente, quis inverter as regras do jogo. Após uma atribulada fase de negociações, o fracasso foi inevitável, pois a empresa estrangeira não queria abrir mão do controle que detinha, pelo contrato assinado.

Mesmo assim, proliferavam os anúncios públicos de que o casamento continuava às mil maravilhas. Mas, na realidade, o divórcio estava por um fio. E aconteceu em maio de 1977, dez anos depois da descoberta oficial da jazida. A *U. S. Steel* saiu, o projeto exportador ficou adiado para uma época "mais oportuna" (possivelmente em meados da década de 1980) e à empresa estatal — CVRD — restou, além do intenso desgaste, uma dívida de US$ 51 milhões, pagos à *U. S. Steel,* a título de indenização. Para salvar as aparências, um final amistoso. Mas por si só incapaz de esconder o malogro do prolongado caso.

Um caso conturbado, que deixou como herança muitas questões ainda sem resposta oficial: Quem realmente descobriu Carajás? O que ganhou o Brasil ao se associar ao grupo norte-americano? Quem pagará os prejuízos brasileiros? E, o que é mais intrigante, por que a *U. S. Steel,* depois de 10 anos, resolve abandonar um projeto bilionário, justamente quando se anunciava a existência, na mesma região, de reservas de manganês, cobre, ouro, entre outros minerais? A (aparentemente) obscura estratégia das multinacionais na mineração encerrou mais um capítulo no Brasil. Mas outros começaram, alguns já trilhando pelos mesmos tortuosos caminhos percorridos pela *United States Steel*.

UNION CARBIDE CORP.

Segunda fabricante de produtos químicos nos Estados Unidos. Atua nas áreas de plásticos, borracha, gases industriais, metais especiais e ligas, produtos antigelo, embalagens repelentes e mineração. Possui subsidiárias e participa de projetos em 22 países.

No Brasil, através da Codim — Desenvolvimento de Indústrias Minerais Ltda., detém as Minerações Bela Esperança, Pelotas, Liguria, São Damasco, São Luiz, Midoc. Seus interesses na mineração no Brasil situam-se em scheelita (*tungstênio*), *tantalita e microlita.*

A Union Carbide *participa, também, da* White Martins, *Companhia Nacional de Calcáreos, Eletro Manganês S/A,* Visking *do Brasil Ind. Com. Itageo S/A — Geologia e Mineração* (*Grupo Antunes*), Platt *do Brasil — Máquinas Têxteis,* Union Carbide *do Brasil S/A* e Union Carbide *Pan America S/A* (*segundo o* Guia Interinvest, *que indica a atuação das empresas multinacionais no Brasil*).

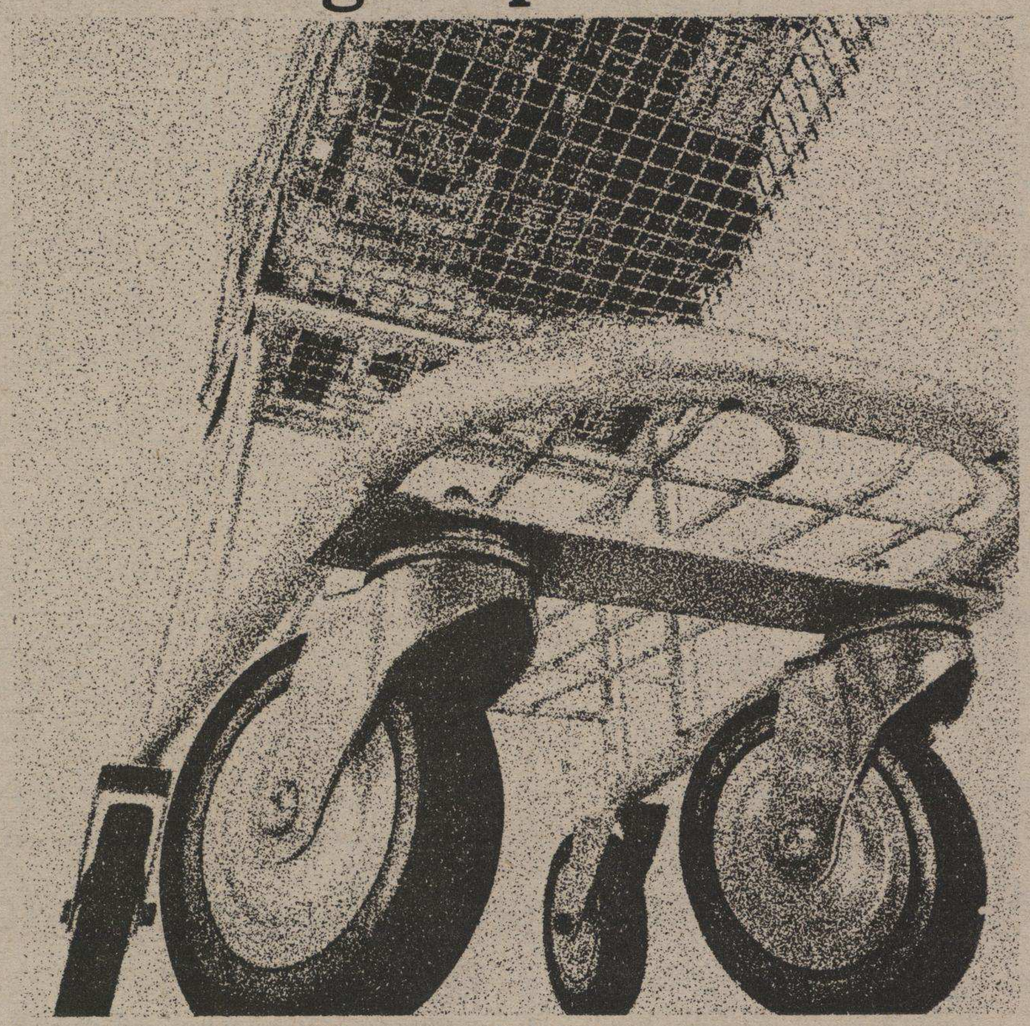
UNITED STATES STEEL

Maior produtora de aço dos Estados Unidos e líder do cartel. Atua também no setor de mineração, construção, usinas hidrelétricas, perfurações petrolíferas, produção de fertilizantes, plásticos, e Engenharia. Possui subsidiárias e participa de projetos em 11 países.

No Brasil, através da Companhia Meridional de Mineração, a U. S. Steel *possuía a mina de Conselheiro Lafaiette, em Minas Gerais, onde explorava manganês. Este ano, vendeu esta mina, já em vias de esgotamento, à Cia. Paulista de Ferro Ligas. No ano passado, abandonou o seu maior projeto de mineração no Brasil, o de Carajás, mas continua com várias áreas requeridas para a pesquisa de outros minérios na mesma região, no Pará.*

Recentemente, a U. S. Steel *se associou à* Penzoil (*também dos EUA*) *para a exploração de petróleo no Brasil, pelo sistema de Contratos de Risco.*

Nestes tempos de crise
você precisa de um carro que
gaste pouco.



Use o do Real.

REAL

Supermercados ao gosto do freguês.

AMPLA

A invasão de Trindade

Ninguém sabe precisar de onde eles vieram. O que se sabe é que eles ocuparam o lugar há 300 anos e formaram a aldeia de Trindade, a 28 quilômetros de Parati, no Rio de Janeiro. Nos últimos três anos, começaram a ser expulsos por uma companhia que usou até fraudes para comprar as terras. A informação mais recente diz que o Governo Federal poderá intervir em Trindade, que vive num clima de constante terror

Cláudia Mifano/Veja

O trator de esteira derrubando um pomar: o terror dos moradores

Por José Roberto de Alencar e Luís Nassif

Em 1968, cassado pelo AI-5, o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, resolveu tornar-se empresário. E iniciou a nova carreira pela atividade que mais casava com seu conhecido estilo político, indelevelmente marcado pelo desapreço às atividades produtivas e atração pelas grandes jogadas: virou especulador imobiliário. Conservou, igualmente, a mesma competência anterior para identificar as grandes oportunidades. Na esquecida Parati, em um local quase inacessível, adquiriu de dois empresários cariocas a fazenda Laranjeiras. Nem chegou a registrá-la em seu nome. Revendeu-a em seguida, para o grupo Brascan e, com o lucro apurado, deu início à construção de seu império econômico — que, pouco tempo depois de sua morte, se revelaria tão inconsistente quanto sua herança política. Começam aí os problemas dos trindadeiros — os pescadores que habitam a praia de Trindade, dentro dos limites de Laranjeiras.

Na fazenda Laranjeiras estão localizadas Laranjeiras e Trindade — duas das mais belas praias existentes entre Santos e Rio. Há cerca de três séculos — segundo algumas estimativas — instalaram-se os trindadeiros. De onde vieram, não se sabe. Mas, por detrás dos três sobrenomes mais freqüentes na aldeia — Rosa, Apresentação e Oliveira — existe um único tronco familiar, enriquecido, ao longo dos séculos, por contribuições diversas. Algumas crianças loiras da aldeia, por exemplo, sugerem uma participação do sangue francês. De fato, os primeiros habitantes da região foram os tupinambás, aliados dos franceses de Villegagnon nas lutas contra Mem de Sá. O sangue tupinambá também está evidente nos traços acaboclados de parte dos moradores. Dizem que os piratas que faziam ponto em Parati também participaram dessa miscigenação.

Contudo, a tradição oral dos trindadeiros não foi suficientemente forte para registrar os primórdios da aldeia. E sequer para se estender um pouco além dos limites da memória de seus habitantes mais antigos. Alguns patriarcas, que conseguiram ultrapassar os 100 anos, contam que seus avós já nasceram no local — e a maioria, igualmente, morreu centenária. *Seu* Mané Ermenegildo, 77 anos, mais especificamente se recorda que, muitos anos atrás, um certo Antônio do Juca, que lutou na Guerra do Paraguai, veio dançar na casa dos velhos Rosa, na praia do Caxadaço. Em sua existência isolada, aliás, só existem duas datas-referência para os trindadeiros: a Guerra do Paraguai e o dia em que os 40 jagunços paraibanos desembarcaram em Trindade, a soldo da Brascan, pondo um fim a sua calma tricentenária.

Muito antes disso, os trindadeiros haviam passado de únicos habitantes do local à condição de posseiros, quando em fins do século passado alguém cercou Laranjeiras e registrou-a como sua propriedade. Mais tarde, a fazenda foi negociada com um casal de franceses, os Masset, que enriqueceram negociando terras no litoral e casas em Parati. Quando o marido morreu, a viúva, Mabel Hime Masset, estipulou algumas garantias para a permanência dos trindadeiros, antes de vender a fazenda aos empresários cariocas José Santinoni e Domingos Francisco da Rocha, em 1959. No ato da venda, ela doou duas áreas à Prefeitura de Parati. Na primeira, de 75 mil metros quadrados, ocupada por parte da aldeia, deveriam-se instalar os moradores de Trindade, Praia Brava e seus vizinhos da Cachoeira da Escada — quando os novos proprietários decidissem despejá-los. A segunda área doada, de 900 metros quadrados, foi o cemitério dos trindadeiros. A Prefeitura registrou a doação. Porém, os novos proprietários não conseguiram desalojar os trindadeiros — cerca de 80 famílias, antes da chegada da companhia.

Em 1974, a companhia ocupou Laranjeiras. Chegou com jagunços armados, fechou a estrada que dava acesso à Rio-Santos com correntes e construiu um loteamento, em Laranjeiras, que não havia problemas com posseiros. Os poucos pescadores que freqüentavam o local foram confinados a um canto, tornando-se atração turística — o fino gosto dos milionários de Laranjeiras julga romântico um barco de pescadores no horizonte — e fornecedores de peixe fresco. A investida sobre Trindade teve início no ano passado. Inicialmente, através do administrador Ernesto Cardoso. Homem ladino, ao chegar em Trindade, Cardoso observou que a população se dividia entre pentecostais e adventistas. Imediatamente se apresentou como pastor adventista, sendo convidado pelo dirigente da escola Dominical Pedro Rosa, para dar testemunho público. Cardoso compareceu literalmente armado até os dentes de propósitos evangélicos: foi com a Bíblia nas mãos e um revólver na cinta. Distração indesculpável. Terminado o seu emocionado testemunho, o pastor Elias, trindadeiro, se aproximou de Cardoso e observou: "Irmão Cardoso, eu nunca vi um pastor com revólver na cinta". Cardoso balbuciou uma desculpa e nunca mais voltou à igreja.

Não conseguindo atrair os trindadeiros pela fé, o administrador decidiu se valer de estratagemas temporais. Chegava até os trindadeiros com sacos de dinheiro — só notas miúdas, para aparentar maior volume — fazendo ofertas por suas posses. Ocorre que cada família tem, geralmente, duas posses. A "posse de morada", o lugar onde moram, normalmente cercado por amplos pomares, com toda a espécie de frutas tropicais, como banana, jaca, goiaba, laranja, jabuticaba. E a "posse de

O guarda se irritou com o clic-clic. Aí o fotógrafo apanhou

A palavra jagunço, os trindadeiros reservaram para os paraibanos que invadiram o lugar. Quando eles se foram, empurrados pela repercussão de seus feitos na Imprensa, a companhia contratou paratienses para cumprirem suas funções. Para os trindadeiros, estes não são jagunços, são vizinhos, apesar de seu estilo não diferir muito dos antecessores. Parte da imagem dos paraibanos, contudo, provavelmente se deve à mitologia em torno do cangaço. Ao verem chegar aqueles tipos atarracados, cabeça chata, muito calados, e armados,os trindadeiros logo supuseram estar frente aos temíveis pistoleiros nordestinos.

Contudo, os dois únicos remanescentes dos, inicialmente, quarenta da Paraíba, seu Zezinho e Tael, não têm nada de violentos. Seu Zezinho, por exemplo, ganha Cr$ 1.400 por mês, envia mil cruzeiros para a mulher e dois filhos, e guarda duzentos para inteirar o preço da passagem para trazê-los. E confessa que sente "falta demais" da família. Tael também é um tipo afável, que admite que em Campina Grande jamais poderia sonhar com um emprego que lhe pagasse tanto. Tael considera os trindadeiros "boa gente". O que não quer dizer que não tenham praticado toda a sorte de violências de que são acusados. Mas todas elas foram instigadas e justificadas pela companhia. "Eu só cumpri meu dever", esclarece ele, "os trindadeiros precisam entender que este é o nosso trabalho".

Mesmo os paratienses que vieram substitui-los, engoliram tais justificativas. O cozinheiro Indio, por exemplo, filho de uma trindadeira, não podia admitir que um rapaz do vale que servira com ele em um barco de pesca — "era como irmão" — se recusasse a falar com ele. E Walmir da Conceição, 21 anos, talvez o mais violento dos paratienses vigilantes, ficou sentido quando dois companheiros de pelada o xingaram. A companhia, no entanto, convenceu Walmir que a culpa é dos hippies. "O que ta acontecendo é que eles venderam as posses deles", conta Walmir. "Depois vieram os hippies de fora enchendo a cabeça deles. Se eles era bobinho, se gostaram ou precisaram de dinheiro e venderam barato, agora agüenta, né?" Walmir nega de pés juntos que seja um jagunço: "Jagunço, que eu sei, tinha em Natal, que defenderam a Guerra dos Canudos. Nós aqui, não estamos com nada. Não chegamos nem aos pés deles".

Walmir pode ser que não. Mas o Sargento é páreo. O Sargento, ou Érbio Monteiro de Almeida, admite a fama: "Eu sou um santo, mas o pessoal acha que eu sou o diabo, o capeta". Sargento chegou a Laranjeiras em 1974, depois de uma vida agitada onde foi desde sargento do Exército até "guarda da filha do Caveira", do seriado Jerônimo, o Herói do Sertão. Ele era o encarregado, na série da TV Tupi, de defender a filha do Caveira das investidas amorosas de Jerônimo. Mas não gostava dos desfechos do seriado. "O Jerônimo tinha que ganhar mesmo. Você já viu mocinho perder na televisão?" Assim, Sargento decidiu abandonar a novela e, mais tarde, ingressar em outras atividades, onde a vilania fosse melhor recompensada no placar final. Uma de suas primeiras façanhas foi tocar fogo em um barraco nas terras de Severo Gomes. Ele jura que não foi nada "contra o Severo". Apenas recebeu e cumpriu à risca, a ordem de "fazer uma limpeza na área". Sua versão sobre o espancamento do fotógrafo do Em Tempo, é também, diferente do que as testemunhas disseram. "Ele nunca veio me entrevistar. Só tirava fotografia. A gente tava almoçando e via, pela porta, ele passar de gatinho. De repente, ele ficava de pé, aparecia na janela e clic, clic, clic, sem flash nem nada, e saía correndo. Eu só ficava sacando e até ria, às vezes. Mas um dia, eu tava trocando a bateria do carro quando ele veio e ficou clic, clic, clic. Daí eu falei: moçada, me traz aquele jovem. Ele correu, passou a máquina para a moça e o Walmir desistiu dele, que tinha levado um tombo. Me trouxe a máquina e eu velei o filme e falei pra eles: é bom vocês não tirar mais fotografia, senão vocês vão se aborrecer". Após o "tombo", o audaz fotógrafo deu entrada na delegacia de Parati com ferimentos generalizados.

trabalho" — o sítio, no sopé da montanha, onde cultivam feijão, milho, mandioca. A companhia fazia a oferta pela "posse de morada". No contrato, vinham especificados a localização, área e os benefícios existentes. Mas, disfarçada no meio do contrato, vinha uma cláusula marota: "Todos os demais direitos ou benfeitorias na fazenda Trindade não incluídos na referida cessão". Além disso, de cada venda eram descontados Cr$ 80 mil, referentes a uma casa na vizinha Ubatuba, para onde os trindadeiros deveriam se mudar com sua família. Os conflitos tiveram início quando aqueles que venderam sua posse de morada tentaram mudar para sua posse de trabalho. Nesse ponto entram em cena os jagunços, dando início à terceira fase da persuasão.

Um pouco antes da chegada dos jagunços, surgiram misteriosos personagens, se dizendo arqueólogos das faculdades Gama Filho, do Rio, e comandados por um certo professor Milton. Fizeram escavações nos costões da praia do Meio, desmataram uma área na beira da praia de Trindade e encomendaram ao trindadeiro Silvestre Carmo Oliveira um acampamento de Brasilit. A construção ia a meio quando os tais arqueólogos desistiram do projeto e desapareceram de Trindade, deixando a fama de caloteiros, o desmatamento e o barracão semiconstruído onde, pouco tempo depois, os jagunços se instalariam. Em um quarto, à meia parede com o barracão, ficaram Silvestre e sua mulher Purcina — uma beata de língua destemperada — por conta da dívida do professor Milton.

Assim, o acampamento acabou se tornando a base de operações para as excursões punitivas dos jagunços sobre a aldeia. Sua primeira medida foi procurar um lugar alto, nas encostas do Caxadaço, e lá instalar um potente holofote. Aproveitaram para destruir, de passagem, uma casa que lhes pareceu abandonada. Infelizmente para eles, a casa pertencia a uma família de alemães, moradores de São Bernardo do Campo, que não encontraram maiores dificuldades para processar a companhia e ganhar a causa. Do alto do morro, Sargento ficava vasculhando o mar com o holofote, dirigindo o foco para os barcos dos trindadeiros, espantando os peixes. Tempos depois, botaram fogo no sapezal. A partir daí, os trindadeiros passaram a conviver diariamente com o terror. Com os jagunços na vila, não tiveram mais tranqüilidade para irem pescar, ou cultivar suas terras, deixando a família sozinha. Muitos dos que resistiram às primeiras propostas de Cardoso, cederam a esses argumentos mais truculentos.

Donos da situação, no início da estrada que liga a Rio-Santos a Trindade, os jagunços estenderam uma corrente entre duas pilastras e passaram a controlar o movimento dos carros, anotando suas chapas. A Prefeitura de Parati não gostou dessa semcerimônia com uma estrada municipal e derrubou as pilastras com tratores. Enquanto isso, os trindadeiros procuraram organizar a defesa jurídica. Convocaram os advogados Maia e Campos, do Sindicato Rural, e lhes deram procuração para requerer o usucapião da área. Tempos depois, os advogados regressaram à aldeia, sem o usucapião, mas carregados de maus fluídos. "Nós não temos condições de fazer nada", explicaram a Antônio de Jesus, 45 anos, líder dos trindadeiros. "A companhia é a Brascan, uns canadenses muito poderosos. Aquilo lá é progresso". E aconselharam os trindadeiros a venderem suas terras antes que a companhia requisitasse um perito para efetuar a avaliação por baixo. Seu Antônio desanimou: "Escuta, doutor, o senhor está com o código de lei na mão e diz que não tem possibilidade. E eu, sendo posseiro, o que fazer?" Sem apoio do seu próprio sindicato, os trindadeiros desanimaram de vez. Os que não tinham cedido às propostas de Cardoso, resolveram aceitá-la, com exceção de quatro famílias. Enquanto parte dos jagunços se encarregava de destruir rapidamente as casas já vendidas, derrubando seus pomares, montou-se uma nova estratégia, destinada a intimidar as poucas famílias que não venderam suas terras.

Mané Ermenegildo, mais conhecido por Turíbio, corpo miúdo e curtido do sol, foi um deles. Certo dia estava trabalhando na roça, quando apareceu o Zé Grande — ou Zé Franke, administrador do loteamento na praia das Laranjeiras. "Ele deu um grito comigo" — ô diabo! - "e agarrou a gritas segurando dos galhos de pau. Eu olhei, olhei, medi ele, medi, e ele não parava. Ô diabo, ô diabo. Parecia que a palavra dele era tocada a bomba. Quando ele parou fui até lá, encarei ele e perguntei: Quem sois tu? E ele respondeu: 'Eu sou o administrador da fazenda Laranjeiras. Se não tem outro que te tire daqui, eu tiro'. Eu não sabia que o senhor era administrador da Laranjeiras, respondi. Pensei que fosse administrador do inferno. Peguei a foice, larguei uma tropa de nome em cima dele e ele foi embora."

O casal Eufrásio e Dolores, vizinhos de Turíbio, e moradores das imediações da Cachoeira da Escada, também não quis vender suas posses. No início de fevereiro deste ano, o tratorista Carlinhos, da companhia, entupiu a cachoeira, de uns seis metros de largura, com um aterro. Em seguida desviou o curso de água e, sobre o leito seco, passou o trator para construir uma estrada. A cachoeira ficou um dia e meio seca. Os robalos, curvinas de areia, acarás, paratis e pitus que freqüentavam suas corredeiras ficaram agonizando, no seco. E os meninos de Trindade tiveram que ser mobilizados às pressas para jogá-los de volta na água. Enquanto isto, o casal Silvestre/Purcina era obrigado a suportar as ofensas de seus buliçosos vizinhos. Certa vez o Sargento mandou roçar a beirada da praia, derrubando uma vegetação que segurava o vento, maresia e o salitre. Naquela noite um forte temporal, vindo da direção do mar, destelhou o acampamento. Por coincidência, levou as telhas que abrigavam os jagunços, mas poupou as de Silvestre. O Sargento se enfureceu: "Vocês estão pensando que é castigo do céu? Pois vão ver só: vou tirar as suas telhas para cobrir o nosso lado". Mas, ao lado da tempestade, a providência enviou um americano ligado ao movimento da Anistia Internacional que ameaçou fotografar as rompâncias do Sargento.

O Sargento respeitou a máquina do americano. Mas tempos depois mandou um jagunço atacar um fotógrafo brasileiro que trabalhava para o semanário *Em Tempo*, espancando-o e velando seu filme. A lista de violências não se esgota nesses casos. O trindadeiro Eduardo, que trabalha para Severo Gomes, teve sua casa incendiada. E seu violão de estimação arrebentando — e arrebentando sua cabeça. As três igrejas dos trindadeiros, levantadas com seu suor e dinheiro, em mais de 10 anos de esforço cada, foram vendidas por pastores pouco escrupulosos. E o trator da companhia nem esperou que os trindadeiros levassem o caso para a justiça: derrubou duas igrejas e ameaça a terceira. Esse trator, aliás, tem um importância fundamental na estratégia da companhia. Consumada a venda de uma casa, antes de que o trindadeiro se dê conta de que foi ludibriado, o trator derruba casa e pomar.

Nesse interim, alguns trindadeiros que haviam se mudado para Ubatuba começaram a regressar com péssimas notícias. "Voltei porque não tinha condições de ficar", conta Jair da Anunciação Oliveira, 33 anos, o primeiro a se mudar. "As casas não tinham água e os pernilongos e mutuns estavam comendo crianças vivas". Não era apenas isso. As quase 40 crianças trindadeiras que lá chegaram não encontraram escolas para estudar. Além disso, as casas foram construídas sobre um aterro num terreno alagado, e provavelmente grilado. Tanto assim que a Prefeitura de Ubatuba não lhes concedeu alvará. E quando chove não há como sair de casa. E nenhum de seus moradores conseguiu, até agora, a escritura definitiva.

Os trindadeiros estavam a ponto de abandonar tudo, quando chegaram uns rapazes de São Paulo. *Seu* Antônio se preparava para deixar sua casa, quando um deles ponderou que resistisse, pois haveriam outras formas de defesa. Uma delas foi alertar a Imprensa sobre as barbaridades lá ocorridas. A outra foi procurar o advogado Sobral Pinto com um extenso relatório sobre as arbitrariedades. Antes que acabasse de ler o relatório, o advogado interrompeu a leitura e, emocionado, perguntou se ainda haveria tempo de salvar os trindadeiros. No dia seguinte, enviou um assistente a Parati, para acompanhar o caso de perto.

Com o tema assumindo tais proporções, a companhia encetou uma última e desesperada ofensiva. Tempos atrás o Juiz de Direito de Parati se declarara incompetente para julgar o pedido de usucapião dos trindadeiros. Suspeitamente, julgou-se competente para julgar uma ação de despejo proposta pela companhia contra os trindadeiros. Assim, nos últimos dias, os oficiais de justiça de Parati, transportados pela companhia, passaram a visitar diariamente os trindadeiros com ameaças extralegais.

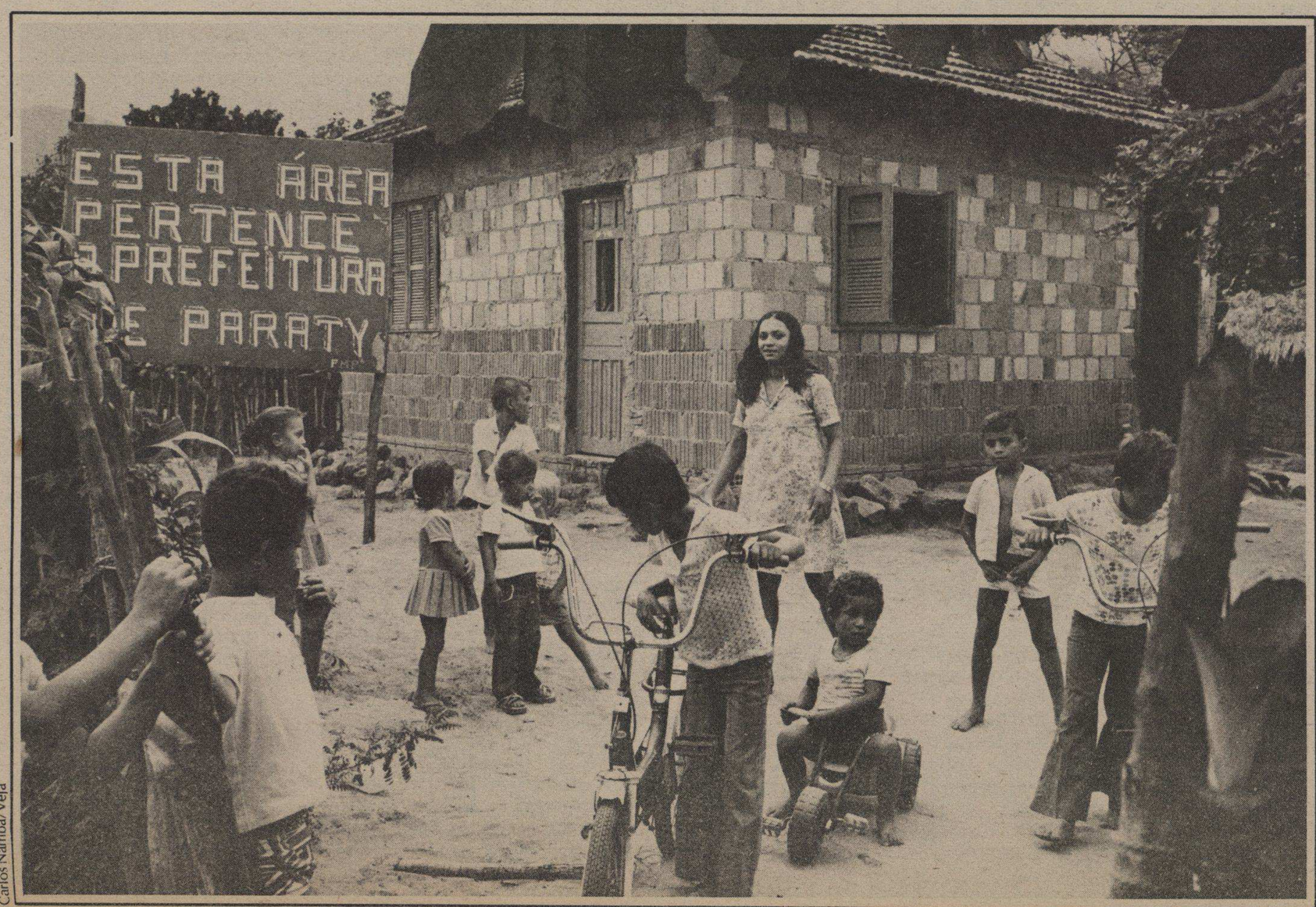
Diziam que se não desocupassem a casa teriam de pagar uma multa grande. Não satisfeito com isso, o próprio juiz rumou para o local a fim de engrossar o coro de ameaças. Enquanto isso, o vereador arenista João Ramiro corria em raia própria procurando convencer trindadeiros seus conhecidos a abandonarem suas casas. No refeitório da companhia, vendo-nos juntos do Sargento, sem suspeitar que éramos jornalistas, declarou em bom tom: "Estou aqui na qualidade de amigo da companhia". Aproveitou para sugerir ao Sargento que devolvese a água cortada da escola. "Eles vão ficar só mais uns dias mesmo por aqui. Até lá vamos evitar problemas com a Prefeitura".

Os problemas com a Prefeitura, porém, já se encontravam em adiantado grau de ebulição. Principalmente depois que os jagunços queimaram casas que se encontravam dentro do terreno doado pela viúva Masset. O Prefeito ordenou que fosse colocada uma placa delimitando a área da Prefeitura, para evitar que se cometessem novos enganos. Os jagunços arrancaram a placa. O prefeito colocou uma cerca. A companhia mandou uma ameaça pelos jagunços: "É colocar a cerca e nós vamos fazer feijão com os mourões."

No começo do mês passado, o escritório de Sobral Pinto conseguiu sua primeira vitória no caso, sustando uma ação de despejo. A notícia chegou em Trindade no momento em que o despejado começava a arrumar sua mudança. E foi recebida com festas. Reunidas em torno de um mural colocado pelos rapazes de São Paulo, contendo as principais reportagens publicadas sobre o caso, as mulheres de Trindade conversavam agitadas, rindo muito numa alegria quase infantil. Dias antes, em função da repercussão que o caso provocara na Imprensa, o temível trator de esteira da companhia foi prudentemente colocado de lado. A maioria dos paraibanos foi dispensada, e a companhia contratou paratienses para o seu lugar.

As últimas ameaças, por parte do suposto magistrado, desta vez não encontraram terreno para frutificar. Mantendo contato telefônico quase diário com o escritório de Sobral Pinto, os rapazes de São Paulo ficaram sabendo que a causa dos trindadeiros não ofereceria grandes dificuldades para a defesa — tal a série de irregularidades cometidas por uma companhia que, curiosamente, desde o começo de sua atividade no País, empregou quase todos os grande cérebros jurídicos da Nação, de Rui Barbosa a José Luiz Bulhões Pedreira, o autor da nova Lei das Sociedades Anônimas.

Provavelmente a causa será vitoriosa. Mas a companhia, se não conseguir desalojar os trindadeiros, já conseguiu cometer o crime maior. Com sua truculência, ela praticamente desmontou uma comunidade tricentenária. Espalhou a desconfiança em um lugar onde os espíritos eram tão desarmados que não existia cerca. Tirou a fé de *seu* Antônio, que não admite mais aceitar um Deus que lhe enviou pastores tão desavergonhados como os que venderam as igrejas. Vitoriosos ou não, os trindadeiros estão irremediavelmente expostos à curiosidade pública, com todos os malefícios decorrentes da nova condição.



Carlos Namba/Veja

A aldeia perdeu a tranqüilidade nos últimos tempos e até a Prefeitura de Parati precisou tomar cuidados especiais para proteger áreas de sua propriedade que a Companhia de Desenvolvimento Territorial entende que comprou. Entre os proprietários que tiveram as terras invadidas está o ex-ministro Severo Gomes

TV Educativa: escândalo no ar

Por Manoel Canabarro

25 milhões de prejuízo, acusações mútuas entre ex-secretários. Quem é o culpado?

Se acontecer, e isto pode ser ainda este ano na Assembléia Legislativa gaúcha, será um fato inédito. Dois ex-governadores, Walter Peracchi de Barcellos e Euclides Triches, poderão ser convocados para prestar depoimentos na CPI que investiga a situação da Televisão Educativa. Sentados no banco dos réus, os dois governadores deverão dar explicações sobre este assunto hoje nebuloso, controvertido, e com alguns aspectos escandalosos.

Desde que começou a ser implantada, em 1969, a TVE causou uma série de problemas que se deveriam a um misto de incompetência e improvisação, segundo a impressão de deputados, funcionários e jornalistas que, de uma forma ou outra, estão envolvidos com a Comissão Parlamentar de Inquérito que, desde novembro do ano passado, tenta apurar as irregularidades constatadas na implantação da televisão.

Um mês depois de iniciados os trabalhos (dia 13 de março), os sete deputados* da CPI mostram-se aturdidos com o emaranhado de desmentidos e acusações recíprocas resultantes dos depoimentos do representante da construtora do prédio (que faliu em função disto e agora aciona o Estado), do coronel Mauro da Costa Rodrigues e do engenheiro Jorge Englert, respectivamente secretários da Educação e de Obras Públicas do Governo Euclides Triches, durante o qual as obras da TVE foram definitivamente paralisadas.

Não há dúvida, no entanto, de que a pressa para inaugurar a emissora e a falta de planejamento e coordenação entre estas duas Secretarias foram os motivos que determinaram a paralisação das obras do prédio (10 mil metros quadrados de área construída, hoje totalmente abandonados), pela conseqüente falência da Construtora América e, sobretudo, pelo inútil gasto de aproximadamente Cr$ 10 milhões (ou Cr$ 25 milhões, em valores atuais) na sua construção.

A história, que pode ser montada a partir destes depoimentos e dos documentos conhecidos, começa em 29 de maio de 1969, ainda no Governo do coronel Walter Peracchi de Barcellos, quando o Diário Oficial publicou um edital de concorrência para compra de equipamentos para a TVE. Venceram duas empresas britânicas, a *The Marconi Company Limited* e a *EMI Eletronics Ltd.*, com propostas que totalizavam Cr$ 12 milhões.

Cinco meses depois, a 20 de outubro, o Diário Oficial publicava outro edital, desta vez de concorrência para a construção de um prédio e da torre de sustentação do futuro Canal 7. Entre cinco concorrentes, venceu a Construtora América Ltda., com uma proposta de Cr$ 3.343.000,00, abaixo Cr$ 500 mil da segunda colocada.

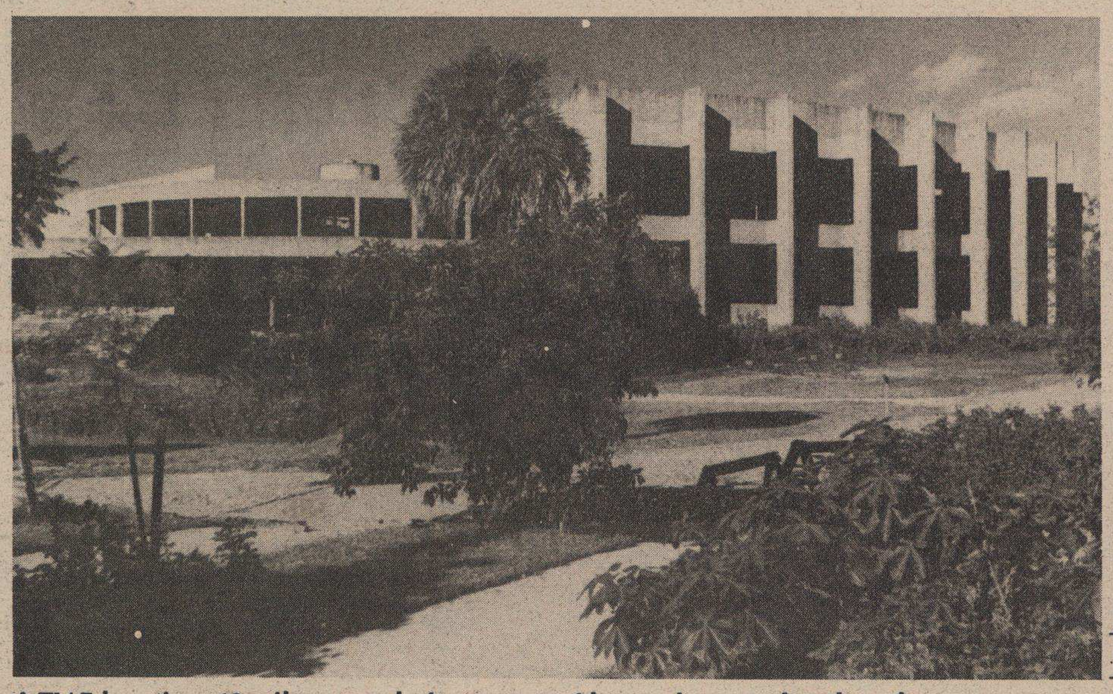
Em 23 de dezembro a construtora e o Governo assinaram o contrato, pelo qual a contratada deveria desenvolver o anteprojeto fornecido pela Secretaria de Obras e executar as instalações telefônicas, eletrônicas, hidrossanitárias e de ar-condicionado.

A compra dos equipamentos foi supervisionada pela SEC (cujo secretário, na época, era Luís Leseigneur de Faria) enquanto a fiscalização da construção ficava a cargo da Secretaria de Obras (dirigida por Humberto Pergher). Já aí, viu-se depois, não havia nenhuma coordenação entre os dois trabalhos.

Em março de 70, no entanto, o governador Peracchi Barcellos chegou a anunciar a conclusão das obras para o fim do ano.

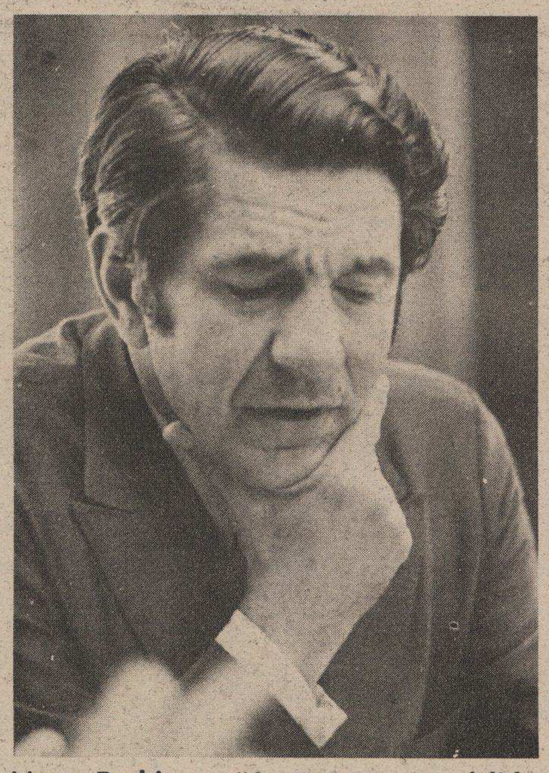
Mas logo depois começaram as confusões. Os equipamentos recém-vindos da Inglaterra não se ajustavam ao edifício projetado. O projeto foi reformulado: o pé direito dos estúdios, inicialmente previsto para 12 metros, elevou-se para 15 metros; paredes foram demolidas e reconstruídas; portas foram alargadas.

Tais reformulações exigiram um aditivo ao Termo de Contrato original, assinado em novembro de 1970. Os trabalhos de construção do prédio custavam, agora, 9 milhões 671 mil e 995 cruzeiros.



luiz abreu

A TV Educativa: 10 mil metros de área construída, totalmente abandonados



Mauro Rodrigues: "A empresa estava falida"

CJCJ

Jorge Englert: "A culpa foi do Estado"

GASTOS, OMISSÕES...

Em 15 de março de 1971 toma posse o novo governador, Euclides Triches, e com ele, os novos secretários: Mauro da Costa Rodrigues (antes secretário-geral do MEC) na SEC e Jorge Englert na Secretaria de Obras Públicas.

Ainda em março o novo Secretário da Educação solicitou ao Ministério das Comunicações a vinda de um técnico para fazer um levantamento completo sobre a TVE. Vem prontamente o engenheiro João Ferreira Durão, assessor de radiodifusão do Ministério, que a 30 de março, entrega um relatório à SEC, onde diz:

— O aumento das dimensões do estúdio, por livre iniciativa da Secretaria de Obras, sem a devida anuência da Secretaria da Educação, veio trazer uma série de problemas posteriores. Além disso, a própria concepção arquitetônica não parece das melhores para um prédio de televisão, porque não oferece ângulos retos em nenhuma de suas dependências. A concepção cilíndrica do projeto arquitetônico causará, certamente, um acréscimo de espaços mortos em todas as dependências e necessitará, para a otimização de sua utilização, de instalações de mobiliário especialmente projetado, que vise a eliminar os espaços mortos nos cantos das salas.

O relatório do engenheiro Durão mostra que o uso das áreas foi mal planejado, misturando estúdios com instalações de serviços e diz que "há fatos a apurar e providências a tomar, ligadas ao projeto de edificação, equipamentos de estúdio e transmissão, bem como equipamentos de iluminação (...)".

O teor do relatório determinou duas providências imediatas: a redução do volume de serviços no canteiro de obras a um mínimo que não caracterizasse paralisação total das obras, e a instalação de um grupo de trabalho na SEC para apurar as denúncias.

A semiparalisação das obras foi fatal para a construtora que viu o seu faturamento reduzido de Cr$ 800 mil para Cr$ 50 mil por mês, ficando sem condições de atender os compromissos assumidos em função da obra.

Foi feito, então, um acordo para que o Estado pelo menos pagasse as outras empresas que trabalhavam como subempreiteiras. O resultado desse acordo foi revelado pouco depois pelo grupo de trabalho da SEC que descobriu que o Estado havia pago Cr$ 1 milhão e 800 mil cruzeiros a mais do que o devido às empresas. Um princípio de escândalo instalou-se entre os funcionários do Governo, pois, aparentemente, esse superfaturamento contava com o endosso da Secretaria de Obras.

Mas, em seu depoimento na CPI, agora em março, o secretário de Obras, Jorge Englert, não só confirmou o acordo com a construtora, como afirmou que o estudo feito pela SEC, além de não levar em conta este fato, "procedeu ao levantamento dos serviços que faltavam executar e não os realmente executados".

A Secretaria de Obras, por sua vez, tratou de nomear naquela ocasião o engenheiro Dirceu Calegari para conferir os números levantados pela SEC. No parecer final, diz ele:

— É atualmente impossível determinar as implicações de tantas alterações introduzidas por ocasião da necessária seqüência lógica do serviço, tais como demolições; serviços que deixaram de ser executados no momento oportuno, por indefinições do projeto; a falta de um projeto em concreto, inclusive detalhes construtivos e arquitetônicos; e, principalmente, a falta de projetos detalhados e referentes aos importantes e complexos equipamentos importados.

O Governo do Estado nomeou uma comissão de sindicância. Mas já estávamos em maio de 1974: as obras do Jardim Botânico há muito paralisadas e a falida construtora América processando o Estado. A ação ordinária foi movida em junho de 73, exigindo uma indenização atualmente em torno de Cr$ 18 milhões, "por falta de pagamento de serviços executados, perdas e danos e lucros cessantes".

DÚVIDAS, DÚVIDAS

O ex-secretário da Educação, Mauro Rodrigues, afirmou na CPI que a análise do edital de concorrência para a construção do prédio "exigiria muito mais do que uma simples construtora, uma firma altamente especializada e experiente". Ao mesmo tempo, colocou em dúvida o edital — "é impreciso , deixa margem a inúmeras alterações posteriores". Mas, na verdade, verificou-se depois que a arquiteta Lígia Moreira, autora do anteprojeto que serviu de base na concorrência, "nunca recebeu cópia do edital nem as especificações do material referido", segundo correspondência enviada por Jorge Englert ao coronel Mauro Rodrigues, em 24 de novembro de 1971.

O ex-secretário da Educação também disse na CPI que "é lastimável, grave e o que precisa ser apurado é como e por que essa empresa foi julgada capaz de levar a bom termo o projeto TVE". Mas a análise do edital, feita pelos deputados, mostrou que ele faz uma série de exigências aos concorrentes.

"Não foi a paralisação por motivos técnicos, determinada pelo governador Euclides Triches nas obras do prédio da TVE que levou esta empresa à falência", disse Mauro Rodrigues sobre a Construtora América na CPI. "A empresa já nasceu falida".

É uma opinião diversa da que tinha a Secretaira de Obras em novembro de 71, quando esclareceu num ofício à SEC: "Tecnicamente, a Construtora América Ltda. tem condições de retomar a execução da obra da TVE, pois, ao longo de mais de um ano de atividade na obra, pôde reunir técnicos e firmas altamente capacitadas a executar as tarefas que lhe estão afetas". O ofício ainda dizia que a construtura tinha problemas financeiros devido aos atrasos nos pagamentos devidos pelo Tesouro e às indefinições da SEC.

O certo é que no dia 18 de setembro de 1972, a construtora entrou com um pedido de concordata preventiva, para nove meses depois, em 18 de junho de 73, ingressar na 2ª Vara da Fazenda Pública com a ação ordinária contra o Estado.

Pouco depois viria o final melancólico para um projeto tão ambicioso como aquele previsto em 1969: em 13 de novembro de 73, a Secretaria da Educação e Cultura assinou um "programa de ação conjunta" com a PUC gaúcha. Um ano depois, operando em instalações improvisadas na PUC, a Televisão Educativa — Canal 7 — entrava, precariamente, no ar.

Nos corredores da Secretaria da Educação e Cultura, especialmente no setor de Relações Públicas, a TVE é conhecida como uma "herança maldita" recebida a contragosto pelo atual secretário, Airton Vargas. E é visível o receio em fornecer informações sobre o Canal 7, "o maior fator de desgaste político para o Secretário", segundo seus assessores.

Enquanto isso os pouquíssimos telespectadores da TVE (seus índices de Ibope nunca ultrapassaram a casa do 1%) devem contentar-se com programas modorrentos como *Panorama Italiano, Living Tomorrow* ou com o único noticiário levado ao ar em 15 minutos diários — o *Panorama* — que não consegue ir muito além da leitura de *realeases* oficiais.

** A CPI é formada pelos deputados Romildo Bolzan (presidente), Fernando do Canto, Sedenir Martins e João Carlos Gastal (todos do MDB); Ruben Diehl, Afonso Tacques e Geraldo Germano (da Arena).*

Sem motivo para alegrias

Neste ano, os vitivinicultores gaúchos não têm tido motivos para alegria. Na manhã de 18 de fevereiro passado, em plena solenidade de abertura da Festa da Uva, o presidente Ernesto Geisel não conseguiu esconder sua irritação. "Então, você briga quatro anos e depois vem essa gente e entra com mandado de segurança? Que história é essa?", reclamou ele a Luís Mandelli, presidente da Companhia Vinícola Riograndense e do Sindicato das Indústrias de Vinho do Rio Grande do Sul. E, ainda falando no mesmo tom de voz, não esperou possíveis justificativas de Mandelli. "Vocês querem complicar a minha vida, mas não faz mal. Eu vou cortar o crédito de vocês".

A irritação presidencial, exposta naquele momento a algumas dezenas de testemunhas, tinha sua origem no repúdio da maioria dos produtores à chamada portaria do mosto (que proíbe o uso de açúcar na correção do índice de álcool nos vinhos comuns), um dos muitos problemas que afetam a vitivinicultura gaúcha — os outros e talvez mais graves são os preços mínimos da uva, considerados abaixo dos custos de produção e a crescente desnacionalização do setor.

Não falta mesmo quem veja uma íntima ligação entre os três problemas, subordinando todos à penetração do capital estrangeiro na vitivinicultura. Um deles é o advogado Antonio Azevedo Filho que, em janeiro passado, entrou com um mandado de segurança em nome de duas pequenas cooperativas (Forqueta, de Caxias do Sul e Emboaba, de Farroupilha).

DOMINAÇÃO

Ganha a liminar que isentou as duas cooperativas de obediência à portaria que torna obrigatório o uso de álcool vínico ou mosto concentrado na correção do teor alcoólico dos vinhos comuns, ele declarava: "Esse problema do açúcar não é nada disso que estão querendo fazer crer. Isso é uma tentativa de dominação do mercado num plano muito bem arquitetado pelas multinacionais. Exagero ou não, a verdade é que a obediência à portaria 887 do Ministério da Agricultura em seu período de vigência, de 1978 a 1982, elevaria os custos de produção em 300% e pioraria a qualidade do vinho produzido. Motivos suficientes, segundo os produtores, para praticamente determinar a falência das 20 cooperativas vinícolas gaúchas que nos últimos 10 anos já tiveram sua participação no mercado reduzida de 60 para apenas 40%.

O ponto de vista dos produtores, de fato, parece indesmentível. Enquanto um quilo de açúcar custa apenas 5 cruzeiros (18 gramas de açúcar adiconados ao mosto no início da fermentação elevam em 1 grau o álcool de 1 litro de vinho), o quilo do mosto concentrado chega a Cr$ 15,00 (e equivale a apenas 750 gramas de açúcar) e o litro de álcool vínico atinge até Cr$ 20,00 (e equivale a 1,3 quilo de açúcar). Assim, foi por uma simples questão de sobrevivência que outras 20 empresas e cooperativas aderiram ao mandado de segurança na condição de *litis consortes* — e acabaram provocando a irritação pública de Ernesto Geisel em Caxias do Sul. Em sua argumentação, o advogado Azevedo Filho cita técnicos em enologia e conclui: "Se a correção com mosto concentrado melhora a qualidade do vinho, por que a medida não foi adotada para todos os vinhos e em caráter permanente? Não entendo por que essa portaria baixada em dezembro atinge apenas os vinhos comuns de mesa, feitos com uvas americanas ou híbridas".

AMEAÇAS

Os produtores de vinhos comuns (responsáveis por 80% da produção gaúcha) ao que parece também não entenderam. E não têm ilusões de que a liminar concedida — uma simples portaria não tem força para derrubar a lei anterior que autoriza a correção pela adição de qualquer um dos três produtos — não extingue os riscos enfrentados pelo setor. O mais grave deles, justamente o perigo de absorção pelas multinacionais, a maioria delas produtoras apenas de vinhos finos e, portanto autorizadas a continuarem fazendo a correção com açúcar. A única exceção, a *Dreher*, multinacional do grupo *Heublein*, que num primeiro momento se aliara às cooperativas na luta contra a portaria, desistiu com as primeiras ameaças de severa fiscalização. Mesmo sendo a maior consumidora de açúcar do país para a correção dos vinhos comuns que usa na fabricação de conhaques e outros destilados, a *Dreher* não demorou a perceber que livre da fiscalização não teria nenhum prejuízo — ao contrário das pequenas cooperativas que certamente não resistirão aos cinco anos de custos elevados e produtos ruins.

PRESSÕES

Mas nem todas as multinacionais parecem dispostas a esperar a possível desgraça das cooperativas. Em fevereiro ainda, antecipando-se aos primeiros sinais de crise, a *Suvalan*, uma subsidiária da multinacional Souza Cruz (1), instalada na região para produzir suco de uva, já fazia as primeiras incursões aos produtores associados à Cooperativa Forqueta em busca de uva. "Eles precisam de 25 a 30 milhões de quilos de uva para movimentar a indústria e essa uva só existe nas cooperativas", diz resignado o produtor Guido Lain, gerente comercial da Cooperativa Forqueta (420 sócios e 12 milhões de litros de vinho este ano). "Então, eles vão avançar para buscar essa uva. Eu, como cooperativista não tenho condições de fazer frente a eles e dizer ao pequeno produtor que não venda a uva à vista, muitas vezes antes ainda da colheita". Mas essa não é a única pressão que os produtores da região vêm sofrendo.

Ameaçados de não receberem financiamento, caso continuem insistindo na correção com açúcar, as cooperativas e pequenas empresas foram convocadas para uma reunião realizada em fins de fevereiro, em Caxias do Sul. Nela, seco e direto, o chefe do departamento de planejamento e comercialização do Ministério da Agricultura, Luís Ivan, anunciou que seu objetivo era unicamente conseguir a desistência de todos do mandado de segurança. E renovou as ameaças de corte de financiamentos que Geisel já havia utilizado na Festa da Uva, duas semanas antes. Como conseguiu apenas duas desistências, da *Dreher* e de uma pequena cooperativa, foi realizada uma nova reunião — e dessa vez os boatos correntes em Caxias do Sul diziam que todo o vinho corrigido com açúcar (quase 90% de toda a produção de vinhos comuns do estado) seria jogado fora.

MEMORIAL

Criado o impasse, 200 proprietários de cantinas redigiram e enviaram um extremo memorial ao Presidente da República no último dia 12 de março através do general Adalberto Pereira dos Santos que em nome de Geisel encerrava a Festa da Uva. Nele, eles pedem a formação de uma comissão técnica para dirimir os equívocos criados em torno do assunto e que chegaram mesmo a criar uma situação embaraçosa dentro da Arena caxiense. Irritado com as pressões, o vereador arenista Remo Marcucci acusou Luís Mandelli, inspirador da portaria do mosto e um de seus maiores defensores, de advogar em causa própria. "A Companhia Vinícola Riograndense, do sr. Luís Mandelli, é hoje, pelas informações que tenho, possivelmente a dona do maior estoque de mosto concentrado do país inteiro", afirmou Marcucci da tribuna da Câmara de Vereadores de Caxias. "Sua produção de mosto em 1977 era de 4,9 milhões de litros".

Mas essas não seriam as únicas implicações de Mandelli na história toda, segundo o vereador caxiense. "O diretor da Uvibra, Raul Bigarella, que no fundo é um assessor do Ministério, pois lhe passa informações sobre a atividade vitivinícola do estado, também é diretor da Companhia Vinícola Riograndense, que também produz vinhos para a multinacional *Martini* e *Rossi*". Talvez por isso, depois de assinar o memorial enviado a Ernesto Geisel, um dirigente de cooperativa perguntava. "Existirá realmente algum equívoco em tudo isso?" Se suas suspeitas forem corretas, como pretende o advogado Azevedo Filho, de agora em diante acabaram os motivos de alegria para os vitivinicultores gaúchos.

Paulo Cancian

(1) **As outras multinacionais são a** National Distillers **instalada em Caxias do Sul, a** Moet et Chandon **em Garibaldi e a** Martini e Rossi **que comercializa vinhos produzidos em Caxias e Bento Gonçalves.**

Quem vai emergir da crise

O documento que o general João Baptista Figueiredo, futuro Presidente da Nação, receberá da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, contendo subsídios para a elaboração de seu programa de Governo, terá trechos revelando dados nada alentadores para a indústria nacional. Em um desses trechos, o documento dirá que o Brasil está perdendo o controle de um dos últimos setores importantes da indústria brasileira que ainda restava em mãos de capitais nacionais.

Esse setor é o de máquinas (exceto tratores, que já nasceu desnacionalizado) e implementos agrícolas — e 60% dessas indústrias, representando entre 60 e 70% da produção do País, estão no Rio Grande do Sul.

Para o Brasil, é uma perda incalculável. A indústria de máquinas e implementos agrícolas é uma das poucas que detém tecnologia de boa qualidade, em condições inclusive de tornar o País fornecedor dessa tecnologia aos países em desenvolvimento da área tropical.

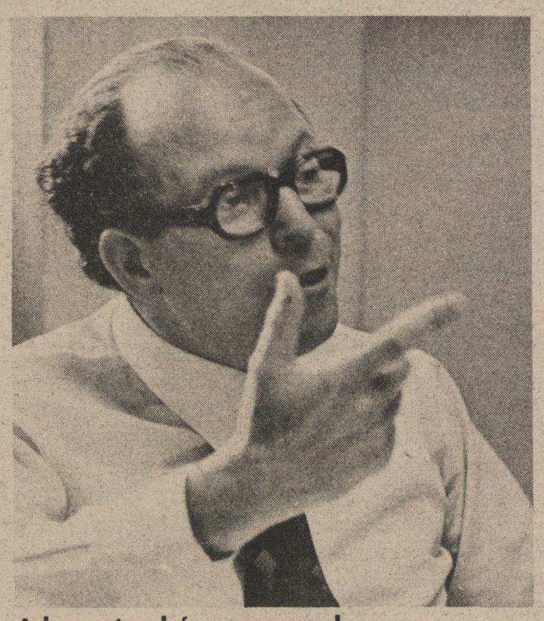
Apesar disso, foi recebida com incrível naturalidade na área oficial a transferência de 49% do controle acionário da Indústria de Máquinas Ideal S/A, de Santa Rosa, a segunda maior sob controle nacional, para a norte-americana *International Harvester*, a maior fabricante mundial de equipamentos para a agricultura. E sabe-se que as negociações com grupos de fora . não devem parar na Ideal.

A Dalla Santa, de Caxias do Sul, está com sua unidade quase paralisada e pode ser vendida ou aceitar uma associação com a *Class*, alemã, segundo admite seu diretor-presidente, Ivo Nora. Outras fontes do setor dizem que, nas últimas semanas, a Dalla iniciou conversações também com a poderosa *Allis Chalmers*, dos Estados Unidos. Tanto a Ideal como a Dalla Santa fabricam colheitadeiras automotrizes, um setor onde o capital nacional controlava quatro das sete indústrias que operam no país.

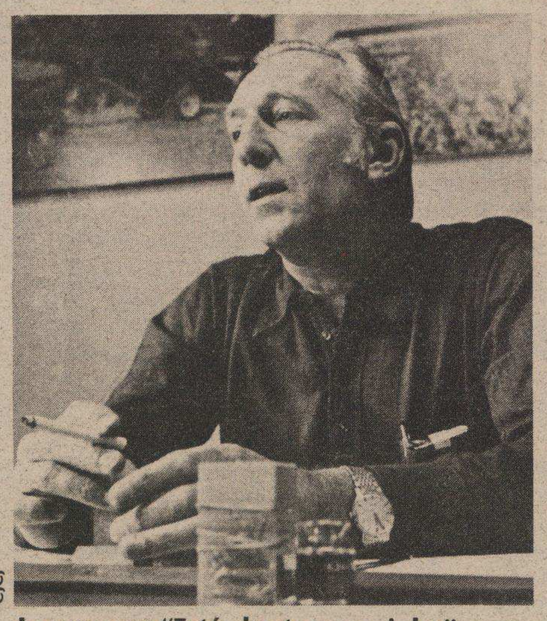
Um outro ramo industrial, dentro do setor de máquinas agrícolas, também ingressa na fase da desnacionalização. É o de secadores, silos e armazéns, onde a Industrial Pampeiro S/A Máquinas e Montagens, de Barra do Ribeiro, RS, está chegando à falência, já dispensou quase todos os seus 1.600 empregados e negocia seu controle com pelo menos dois grupos multinacionais. A perda aqui atinge contornos de características especiais: todas as nove indústrias que operam no ramo de secadores no país são de capital 100% nacional, e nem por isso detêm tecnologia atrasada.

A venda da Industrial Pampeiro significará a abertura de uma cabeça-de-ponte de conseqüências imprevisíveis, principalmente por atingir as demais indústrias — todas classificadas como pequenas ou médias.

Por isso, o documento entregue dia nove de março ao presidente da Fiergs, Ênio Verlangieri, pelo Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos e que servirá de base ao que está sendo elaborado para ser enviado a Figueiredo, diz em determinado momento: "A situação atingiu tal grau de intranqüilidade que os empresários, hoje na iminência de um colapso total, mesmo depois de terem reduzido a produção, de terem demitido centenas de operários, de terem esgotado toda a capacidade de endividamento pessoal e empresarial junto à rede bancária sob um regime de juros elevadíssimos, de terem alienado todos os seus bens particulares e familiares na busca de suprir recursos para suas empresas, estão encarando e buscando como única solução possível, qualquer forma de transferência do controle acionário das empresas a capitais estrangeiros. É a fórmula da sobrevivência. Já se concretizou esse tipo de negócio com uma das duas maiores empresas gaúchas, outras acham-se em entabulações e bem logo surgirão ainda mais".



Adams: também com vendas menores



CJCJ

Logemann: "Está aberto o caminho"

A crise no setor de máquinas começou no início de 1976. Na verdade, como se tivesse sido cuidadosamente preparada, a crise começou a ser montada no princípio da década, quando a indústria de máquinas e implementos foi sacudida por ambiciosos planos governamentais, jorrando como por encanto recursos baratos a juros subsidiados, ao lado de fartas campanhas publicitárias do tipo *"plante que o Governo garante"*.

Nessa época, a Ideal elaborou seu projeto de ampliação industrial e o encaminhou aos organismos oficiais de financiamento. Como resposta, ouviu que "o Brasil precisa do esforço industrial para crescer e, por isso, não podemos lhe financiar um projeto como esse, muito pequeno. O senhor precisa pensar em coisas maiores", conforme relembra o empresário Antenor Grisotti, presidente da Ideal. Novo projeto elaborado, de acordo com o "Brasil grande" sonhado pelos técnicos, a Ideal recebeu o financiamento.

Até aqui, tudo normal. A partir de 1976, entretanto, os planos mudaram radicalmente e o País atirou-se de corpo e alma numa política monetarista de combate à inflação, que levou à restrição do crédito. A Ideal, em fase final de montagem de sua nova indústria, viu murchar ameaçadoramente suas vendas, justamente no momento em que mais precisava delas para pagar suas pesadas dívidas aos organismos oficiais. Com menos crédito, menos máquinas foram vendidas, o faturamento caiu e a empresa entrou num círculo em que só a entrada de grandes capitais — impossíveis de serem obtidos internamente — externos pôde livrá-la da falência. "E o que lamentamos é que este exemplo dificilmente livrará outras indústrias do mesmo destino, pois o Governo não se mostra disposto a mover uma palha para impedir a desnacionalização", disse Grisotti.

"Abriu-se o caminho da desnacionalização de uma indústria que o Brasil, inteligentemente, deveria preservar", completa o diretor-presidente da SLC (Schneider & Logemann Cia. Ltda.), Jorge Logemann. Com sede em Horizontina, RS, a SLC representou 37% do mercado de colheitadeiras em 1977 e é a maior indústria do país no setor. Seu capital é 100% nacional e hoje é a mais sólida das indústrias de máquinas, mas nem por isso seus diretores podem dormir tranqüilos. No balanço que encerrou em junho de 1977, a empresa apresentou um faturamento de Cr$ 1 bilhão, que deve cair para Cr$ 700 milhões em junho de 78. Ou seja, considerando-se a inflação do período, faturará a metade do que faturou no exercício anterior.

Nesse quadro de adversidades, nem mesmo as multinacionais operaram com tranqüilidade. A *Massey Fergusson*, conforme mostra seu presidente, Luis Adams, "produziu em 1976 cerca de 2.050 colheitadeiras, caindo em 1977 para apenas 650 máquinas, de acordo com as estatísticas oficiais. Este ano, sua produção deve se situar em torno de mil colheitadeiras", afirma Adams. Mas, para Antenor Grisotti, da Ideal, e Luiz Mário Menegaz da Menegaz S/A Máquinas e Implementos, de Passo Fundo, é impossível comparar as situações da empresa de capital nacional com a multinacional. "Esta tem condições de resistir e, inclusive, emergir da crise com vantagens", apontam os dois empresários.

A tática das multinacionais

O trator é a locomotiva da agricultura. E a tradição tem mostrado que para cada trator colocado na lavoura, correspondem de quatro a cinco máquinas e implementos agrícolas. Esta equação, reconhecida entre os meios industriais, tem servido para que a indústria de tratores estabeleça regras de funcionamento do mercado a partir de bases em que ela se torna a única favorecida.

O fato não é novo mas, mesmo assim, jamais mereceu a menor atenção governamental no sentido de coibi-lo, segundo denunciam os industriais de implementos agrícolas. As práticas são muitas, mas de todas a mais conhecida é a blue line *(linha azul), exercida pela* Ford. *De acordo com o relato de uma dezena de empresários ouvidos, a* blue line, *que a* Ford *pratica também em outros países, funciona assim:*

— Como possui uma rede de distribuidores em todo o país, a Ford *obriga-as a exclusivamente comercializar, além de seus tratores, implementos "certificados" ou garantidos por sua linha de montagem. Para isso, ela estabelece que a indústria de implementos, para ter seus produtos comercializados pelo revendedor* Ford, *precisa entregá-los pintados de azul, e, pelo privilégio, paga à* Ford do Brasil *10% sobre o valor bruto da máquina — este percentual, é claro, independente dos outros 25 a 30% que normalmente correspondem à comissão do comércio na venda das máquinas agrícolas.*

Um cálculo elaborado pela indústria de implementos, certa vez mostrou que a indústria brasileira de implementos, sozinha, pagava toda a mão de obra da Ford. *A situação agora tende a piorar, pois a* Valmet *já começa a distribuir ofícios, informando às fábricas de implementos que criará no Brasil sistema idêntico ao da* Ford.

Um empresário faz um cálculo e chega à conclusão que as cerca de 250 indústrias de máquinas e implementos espalhadas por todo o Brasil ficarão com o mercado virtualmente fechado, caso não aceitem as regras impostas, já que a Massey Fergusson *fabrica seus próprios implementos e a* Ford *e a* Valmet *estabelecerão o sistema de comissões. Essas três indústrias representam 80% do mercado nacional de tratores.*

ASSINE

coojornal

12 EDIÇÕES: Cr$ 110,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate.
Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira.
Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião.
Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr$ 110,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 13
☐ Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

CJCJ

Márcio Moreira Alves no plenário da Câmara dos Deputados em 1968. A sua direita, o senador Nelson Carneiro. A crise institucional já começara

Márcio: o homem de 68

— Preciso do seu auxílio. Vou pedir licença à Câmara para processar os deputados Israel Dias Novais, Lutz Sabiá e David Lerer que, da tribuna, me caluniaram.

— Ministro, Vossa Excelência é professor de Direito e não pode, portanto, ignorar que os deputados estão resguardados pela inviolabilidade.

— Essa doutrina está superada.

— Entretanto, é a dominante, não só em nosso País, como em todas as nações democráticas.

— Então esse Congresso precisa ser dissolvido.

— Essa é a opinião de Vossa Excelência, nas não é a do Governo.

— Diante disso, só me resta um recurso: entrar no plenário da Câmara e esbofetear esses canalhas.

Esse diálogo ocorreu em meados de setembro de 1968, entre o senador Daniel Krieger — então líder do Governo no Senado e presidente da Arena — e o então ministro da Justiça, Gama e Silva. Ocorreu no Palácio das Laranjeiras, no Rio, na antesala de um almoço ministerial com o presidente Arthur da Costa e Silva e está ralatado no livro *Desde as Missões*, do senador Daniel Krieger.

O diálogo é particularmente elucidativo do clima político daquele período de 68, que culminou com o AI-5 no dia 13 de janeiro. A gota d'água que viria a ser um discuro*, pronunciado por um até então obscuro deputado pela Guanabara, um advogado e jornalista de 33 anos, Márcio Moreira Alves, que inesperadamente ingressou na História do País. De setembro a dezembro, o presidente Costa e Silva, que nas correspondências e contatos mantidos com Daniel Krieger demonstrava desejar manter-se em respeito à Constituição, foi levado pelo turbilhão. Assinou o Ato, contra o qual Krieger se debatia e o levou a renunciar à presidência da Arena e à liderança do Governo.

No fim do mês passado, em Lisboa, o ex-deputado Márcio Moreira Alves recordou todos os episódios de 68 e analisou a política e a economia brasileira dos nossos dias. A seguir a sua entrevista — a primeira à Imprensa brasileira desde aquela época — a Sérgio Oliveira.

Márcio — A vida do Congresso de 68 era dividida por três grupos. O grupo de deputados do Governo, na sua imensa maioria composto de notáveis de pequenas cidades do interior que exerciam a sua função de intermediários entre os favores do Governo Federal e as suas localidades de origem. Normalmente gente modesta, tanto de inteligência quanto de recursos, que compunham um quadro bastante antigo da vida brasileira. Um segundo grupo, composto de elementos tanto do Governo quanto da oposição. Era o dos políticos de maior responsabilidade nos Governos anteriores, originariamente também notáveis, também intermediários entre os favores e suas localidades. Mas já com maior peso na deliberação dos problemas políticos da Nação, pessoas que pensavam em um sentido muito mais alto do que meramente o das suas regiões. Tinham em comum o fato de serem conservadores e tinham como divergência o fato de estarem mais ou menos apegados a uma tradição liberal vinda desde os tempos da monarquia e faziam do Congresso o grande forum das classes dominantes e da legalidade constitucional um instrumento de influência dessas classes sobre os destinos do Executivo. Finalmente, na oposição, existia um grupo de 30/40 deputados, todos jovens, todos profissionais liberais, todos eleitos pelas grandes cidades que não tinham nenhum compromisso com a ditabranda que não existia. Além deste compromisso no descompromisso, pouco mais os unia. As suas opções mais globais em relação ao futuro do Brasil eram muito diferentes. Havia aqueles que se poderia considerar como democratas-cristãos, outros como liberais, outros como socialistas e havia, evidentemente, uns poucos — três, se não me engano — afins às idéias do Partido Comunista Brasileiro. Esses deputados jovens tinham como propósito utilizar os seus mandatos para realmente restabelecer um sistema de direito e faziam do plenário da Câmara o seu trampolim para atuações fora do parlamento. Atuações de caráter fiscalizatório, de denúncias de violações de direitos sindicais e humanos, de ataques a um sistema autoritário que desejavam destruir. Dentre esses havia o grupo dos ex-jornalistas que era um pouco mais notável e que se juntava com um grupo de paulistas de origens diversas, também muito atuantes. Tinham o apoio de um desses paulistas, que embora não sendo propriamente do grupo, era um firmíssimo defensor do restabelecimento do estado de direito, um engenheiro de Santos, deputado Mário Covas, que era o líder da maioria então. Esse pequeno grupo tinha uma outra característica além da juventude: uma enorme arrogância intelectual. Nesse grupo estava eu. Vivia numa república de deputados, na casa à beira do lago de Brasília apelidada de República Socialista do Lago, junto com o deputado David Lerer, o deputado Doim Vieira, um economista de firmes posições liberais de Santa Catarina, e o deputado Edgar da Matta Machado que possivelmente, com Dom Pedro Casaldáliga e Dom Helder Câmara, seja um dos três candidatos brasileiros à santidade. Eu era um pouco moderado na minha arrogância, pela influência do Matta Machado, que todos os dias às seis e meia da manhã me acordava para irmos juntos à missa numa igrejinha de madeira que havia ao lado da casa. E na volta a pé fazia a crítica das violências verbais que havia cometido na véspera.

Coojornal — Como atuava esse grupo no plenário?

Márcio — Esse grupo de jovens deputados estabeleceu uma espécie de guerrilha parlamentar instituindo o terror nas hostes dos notáveis da situação. Não se deixava passar nenhuma afirmação em branco e havia um plantão no plenário dos aparteantes.

Coojornal — Como foi feita essa tática de se reunirem, de estabelecerem plantão?

Márcio — Isso foi através das ligações, da tendência natural que todos tínhamos de nos encontrar. Éramos jovens, éramos profissionais liberais e éramos eleitos pelas grandes cidades. E éramos realmente de oposição ao regime e não ao Governo. Juntamo-nos num grupo que ficou apelidado de Grupo dos Imaturos, porque todo o governo conservador apelida o imaturo de apressado, de inconseqüente.

Coojornal — Como o partido via isso?

Márcio — Com uma certa apreensão. E era um MDB incomparavelmente mais combativo do que aquele que sobrou depois das cassações de cerca de 70 deputados da oposição ativa. Éramos minoritários dentro da bancada, mas éramos quem dava vida à oposição, quem estava nas manchetes dos jornais, quem criava os fatos políticos. O deputado Maurício Ferreira Lima, por exemplo, foi o primeiro a denunciar o episódio Para-Sar. Eu, através de denúncias que fiz, constitui uma CPI sobre a venda de terras a estrangeiros, a primeira vez que se levantou esse loteamento que se fazia do Brasil. Levei os mapas e as localizações dessas propriedades.

Coojornal — E os fatos e a história de 68?

Márcio — Bem, então era esse o clima. Um Congresso que não podia nada em matéria legislativa, mas que ainda podia alguma coisa em matéria de fiscalização. Houve a CPI sobre as violências praticadas contra os estudantes da Universidade de Brasília, que está na origem da crise parlamentar. E aí vamos à história de 68. O AI-5 não nasceu da atuação do Congresso. Nasceu da atuação dos operários fazendo as primeiras greves desde 1964 e dos estudantes fazendo as grandes manifestações de 68. O discurso que eu pronunciei, que foi decorrente da invasão da Universidade de Brasília e utilizado como arma psicológica pelo Serviço Secreto do Exército — dominado pelos militares que desejavam o fechamento total das instituições — foi apenas um pretexto para o Ato. O Ato estava pronto desde junho, pouco depois do desenvolvimento das manifestações estudantis no Rio de Janeiro, conforme surgiu posteriormente nos depoimentos de um dos generais que tiveram responsabilidade nele.

Coojornal — A greve de Osasco foi em julho, não é?

Márcio — Em abril houve a greve da Siderúrgica Belgo Mineira, em Contagem, que espalhou-se depois por toda a área industrial de Belo Horizonte. Em julho houve a famosa greve de Osasco, que também começou por uma metalúrgica e depois se espalhou por todas as outras fábricas. E o movimento estudantil veio num crescendo a partir da morte do estudante Edson Luís, no Calabouço, no Rio, até as passeatas dos 100 mil, também em junho/julho de 68. E isso fez com que se elaborassem nos Serviços Secretos do Exército um chamado Plano de Contingência, que previa a abolição das garantias democráticas.

Coojornal — E o seu discurso de 68?

Márcio — A pretexto de dar uma busca para prender dois estudantes, tropas do Exército e da Polícia cercaram o campus da Universidade, encurralaram os estudantes ▶

* *"Vem aí o 7 de Setembro. As cúpulas militares procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem junto aos algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metalham nas ruas. Portanto, que cada um boicotasse este desfile. Este boicote pode passar também — sempre falando de mulheres — às moças, às namoradas, àquelas que dançam com os cadetes e* **freqüentam** *os jovens oficiais". Este o trecho do discurso do deputado Moreira Alves, feito no dia 3 de setembro de 68, transcrito pela representação que os Ministros Militares encaminharam ao presidente Costa e Silva pedindo providências.*

Miguel Braume/Veja

O abraço solidário da mulher, Branca, na saída do Congresso...

Judith Patarra/Veja

...e a postura de professor em Lisboa, onde leciona há quatro anos

"Márcio, aprenda o seguinte: há certos papéis que só se pedem a deputados jovens do Nordeste"

na praça principal ou no Minhocão, e lá os espancaram e até feriram alguns a bala. Foi em protesto contra essa violência que eu fiz o discurso, no princípio de setembro, que serviu de mobilização para "lavar a honra" das Forças Armadas, como se a honra das Forças Armadas pudesse ser maculada com palavras de deputados e/ou artigos de jornais e não pela própria vivência de seus quadros e dos seus oficiais. Nesse discurso, que eu fiz sem conhecer a mecânica que estava preparando o golpe, também sem conhecer a psicologia da caserna brasilieira, fiz o famoso apelo baseado na história das mulheres de São Paulo que se haviam recusado a receber os maridos derrotados pelos portugueses, que serviu de mobilização emocional dos jovens oficiais para o fechamento do Congresso. E a partir daí houve um concatenado plano do Governo para perder a votação no Congresso. Um dos deputados governamentais, general Janari Nunes, do Amapá, encontrou-se um dia comigo no corredor e me disse: "Olha Márcio, no meu tempo de Exército um discurso como o seu se resolvia com uma boa surra". O que demonstra a mentalidade do general Janari Nunes, mas, em todo o caso, também uma certa atitude de semilegalidade por parte de seus contemporâneos.

Coojornal — Como era o clima para sua segurança pessoal depois disso?

Márcio — Tive ameaças de violências físicas. Tive que andar armado, ter guardas em casa..., montar holofotes no jardim para que a casa não fosse invadida de noite, esse tipo de coisas. Eu temia que tentassem me fazer alguma violência sem que eu pudesse reagir. Eu tinha 33 anos, era muito jovem e tinha alguma experiência de violência. Tinha estado em Suez antes da chegada das forças brasileiras da missão da ONU, tinha sido metralhado em Alagoas, tinha estado nos conflitos raciais do Sul dos Estados Unidos, já tinha visto comer muita bala na minha vida. E vinha de uma tradição de sertão brasileiro, meio estúpida, segundo a qual o homem não chora e não leva desaforo para casa. Isto talvez tenha me preservado.

Coojornal — O senhor via isto com clareza em 68?

Márcio — Não, eu não via isto assim. Eu também era membro da classe dominante, vinha de uma tradição de notáveis do interior. O meu avô foi 30 anos deputado por Montes Claros e, embora fosse um homem direito, era muito parecido na sua atitude face ao governo com o Sinval Boaventura, que é hoje deputado por Montes Claros. Não falava, não participava dos debates políticos e procurava obter uma escola, uma agência do Banco do Brasil para Montes Claros. E eu acreditava que o Congresso era realmente algo de muito importante na vida do povo brasileiro e que um ataque ao Congresso provocaria uma reação popular. E fiquei absolutamente pasmo quando verifiquei, no dia 14 de dezembro, seguinte ao AI-5, que o povo ia normalmente para o trabalho, que os trens não atrasavam mais do que de costume, que o leiteiro entregava o leite. Olhando o sistema econômico montado por Roberto Campos desde 64 e o tipo de articulação que essa economia brasileira voltada para a exportação, para a multinacionalização dos interesses dentro do País tinha com o capitalismo mundial, eu vejo que realmente era indispensável uma total abolição de qualquer direito reivindicatório e de expressão do povo brasileiro.

Coojornal — Quer dizer que essa é a causa profunda do AI-5?

Márcio — Eu acho que esta é a causa pela qual os tecnocratas apoiaram o pequeno grupo de militares facistas para implantar esse Ato. Os outros foram atrás, puxados pela vanguarda tecnocrática-militar-repressiva. O que eu vejo é que o crescimento do capitalismo no Brasil é muito diferente do que foi num país como a França, onde ele cresceu internamente, a partir do mercado interno e o aumento salarial, o aumento do poder de compra da classe operária não era apenas um custo para o empresário mas também um mercado que o empresário criava. Isso permitiu que crescesse ao mesmo tempo o setor de bens de produção e o setor de bens de consumo, criando um capitalismo desenvolvido. Ora, um capitalismo voltado para a exportação não tem dentro do país o seu mercado e sim fora. Logo, o fato de a classe operária ter ou não ter poder de compra não é muito importante. É importante para as indústrias que vendem dentro do país, as de bens de consumo não durável. Para as indústrias que vendem dentro do país bens de consumo durável — o automóvel, por exemplo, — o importante é que haja uma concentração de riquezas suficiente para que pessoas possam comprar automóvel e que haja uma alargamento dos prazos de crédito para que as pessoas que não tenham, em princípio, poder de compra para automóvel, possam comprá-lo a prazo. E mais nada. Para o resto, o salário é puramente custo, um ônus nos seus custos de produção. E esse resto é que era o mais importante no esquema de Roberto Campos e posteriormente do esquema de Delfim Netto. Daí que eles precisavam reduzir este custo ao mínimo, para poder entrar no mercado internacional, poder pagar uma parte das dívidas que estavam contraindo. E para isso tinham que fazer com que o Brasil chegasse à posição que tem hoje de andar descalço e exportar sapatos, de andar sem roupa e exportar tecido, de andar com fome e exportar alimento.

Coojornal — Retomando aqueles episódios da grande crise no Congresso, chegou a haver proposta para que você fizesse algum tipo de retratação?

Márcio — Houve vagas insinuações que não chegaram a tomar uma forma concreta para mim. Porque, em primeiro lugar, eu era considerado imaturo e, em segundo lugar, porque eu era também considerado intratável, arrogante, grosseiro e, fundamentalmente, isento de qualquer possibilidade de negociação razoável em pontos que eu considerasse fundamentais da minha atuação política. Mas aos chamados moderados do MDB foram feitas propostas concretas. Acho que até chegaram a ser aceitas e foram cortadas pelo Ministro da Justiça.

Coojornal — Em nome de que ele cortou isso?

Márcio — Em nome de uma pretensa fidelidade partidária da Arena, que teria que reagir com o Governo determinava, mas na realidade porque estava interessado em fechar as instituições.

Coojornal — Com relação àquele episódio da Comissão de Justiça, quais eram realmente os objetivos e como ela se processou?

Márcio — Havia uma proposta de suspensão do meu mandato, para que eu fosse processado. E o Gama e Silva insistia na suspensão da figura jurídica da imunidade parlamentar, o que atingia a todos os deputados e não apenas a um. Na Comissão de Justiça estavam alguns velhos juristas liberais da Arena para quem a intangibilidade da tribuna era algo importante. E esses juristas, que eram considerados os mais notáveis do Governo, opunham-se a que a Câmara inteira fosse atingida. Eram, se não me engano, 13, inclusive o presidente da Comissão, Djalmo Marinho, e o vice-presidente, Monsenhor Arruda Câmara. Tiveram o apoio de vários deputados de influência da Arena e do vice-presidente da República, o ex-deputado Pedro Aleixo. O deputado Aureliano Chaves, por exemplo, que era presidente da Comissão de Minas e Energia, deu-se ao trabalho de vir ao plenário da Comissão de Justiça fazer uma declaração de voto contrária à suspensão da imunidade parlamentar. Lembro-me que atribuíram a tarefa de fazer o relatório a favor do Governo a um deputado do Nordeste que nunca havia feito nada na Câmara. E lembro-me da explicação que me deu o arguto Pedro Aleixo quando o interpelei sobre isso: "Márcio, aprenda o seguinte: há certos papéis que só se pedem a deputados jovens do Nordeste..." Hoje em dia eu vejo que o Pedro Aleixo tinha razão. Os deputados governistas das regiões mais pobres, sobretudo os jovens, têm realmente que ser burro de presépio, estar sempre baixando a cabeça, porque senão não conseguem se reeleger.

Coojornal — Quando fez o discurso você não imaginava a repercussão?

Márcio — Não tinha a menor idéia. Aliás, no mesmo dia e sobre o mesmo assunto, foram pronunciados mais de 20 discursos de protesto contra a invasão da Universidade de Brasília, e fazia parte de um conjunto de atuação muito mais forte, mais profundo que a atuação desse tal grupo de jovens.

Coojornal — Como foram vividos os dias que se seguiram ao fechamento do Congresso?

Márcio — Uma vez armado todo aquele esquema contra o Congresso, a mim me pareceu claro que viriam conseqüências. Pensava em continuar no Brasil tendo uma atuação política de oposição a partir da clandestinidade. Já me parecia claro que o período de luta legal estava encerrado para mim. E fiquei uns 15 dias no Brasil em busca dessa possibilidade. No entanto, como eu não era ligado a nenhuma rede clandestina que pudesse proporcionar-me trabalho não oficial e como não desejava ligar-me à opção que então começava a surgir, a de uma luta de guerrilha urbana, verifiquei que nada tinha a fazer, a não ser ficar metido em um buraco. E foi o que decidiu a minha saída. Quando cheguei à decisão de sair do país, quem ajudou-me a executar a decisão — e hoje já posso contar — foi o deputado Pedroso Horta. Quando dele fui me despedir, perguntei por que ele também não saía do país, de vez que ele com o seu prestígio de jurista internacionalmente conhecido, poderia cumprir um papel de denúncia da repressão e da ditadura do Brasil. O Oscar me disse uma frase que ficou muito gravada na minha cabeça: "Eu vou ficar aqui e vou lutar até o fim porque eu não tenho nada a perder. Eu estou velho, eu estou rico, eu estou sozinho e estou com câncer. E esse fim da minha vida vai ser dedicado à reconquista das liber-

CJCJ

Plenário de uma das agitadas reuniões da Comissão de Justiça da Câmara em 68. Márcio Moreira Alves está no centro, ao lado do microfone

"Voltar para quê? Se é para ficar calado, ser reduzido à situação do criado-mudo, não vale a pena"

dades no Brasil." Já no Chile, eu me lembro de ver nos jornais uma fotografia do Oscar Pedroso Horta sendo desembarcado de um avião de maca para ser carregado até o plenário da Câmara onde um outro deputado leu o discurso que ele já não podia mais pronunciar.

Coojornal — O Congresso já votava muito o que o Governo queria?

Márcio — O Congresso votava tudo o que o Governo queria, menos a cassação das suas imunidades. E nessa votação houve coisas engraçadíssimas. Houve, por exemplo, um deputado que era dos mais servis ao Governo e que tinha 34 mortes nas costas, e que votou contra a cassação das imunidades, obviamente. Outro deputado do Piauí tinha vários processos de peculato e também votou contra.

Coojornal — Como você via o papel do presidente Costa e Silva?

Márcio — Eu via o presidente Costa.e Silva como o general II, ou seja, como o sucessor de outro Presidente que também não havia sido eleito pelo povo e como antecessor de outro Presidente que não seria eleito pelo povo. Portanto, absolutamente ilegítimo. Nunca descobri na sua atuação algum ponto favorável aos interesses do povo brasileiro e mesmo que houvesse descoberto, isto não alteraria muito a minha atitude quanto à raiz do seu poder, ilegítima.

Coojornal — Apesar das declarações que se faziam na época de que ele tinha o propósito de restabelecer a normalidade constitucional?

Márcio — O Costa e Silva não tinha que restabelecer coisa nenhuma. O que ele deveria ter feito seria pelo menos obedecer à Constituição que ele havia jurado, que era a do Castello Branco.

Coojornal — E como você vê hoje, 10 anos depois, a situação do Brasil?

Márcio — Extremamente diferente, é óbvio. Modificaram-se a classe operária, o campesinato — aliás, em muitas regiões quase desapareceu substituído pelo bóia-fria — a classe dirigente. Modificaram-se enormemente as estruturas econômicas, desistiu-se completamente de um plano que vinha desde Getúlio Vargas, de construir no Brasil uma chamada burguesia independente, um aparelho industrial que permitisse a conservação, dentro do País, dos principais pontos de decisão a respeito do futuro da sua economia. O Brasil se multinacionalizou, todos os países do mundo investem no Brasil. Isso complica o jogo de poder dentro do país porque a influência externa é muito maior. Mas ao mesmo tempo, com a modificação que houve na parte de baixo, no povo mesmo, a redução do poder de compra do operário, a maior marginalização nas cidades, esta incrível multidão de órgãos de pais e mães vivos — dizem que são 10 milhões de trombadinhas, de acordo com dados oficiais — cresceu também a consciência de que os caminhos seguidos até agora não podem continuar, tanto do ponto de vista econômico quanto do institucional. Daí que surge, da parte econômica, algunas lideranças como o Severo Gomes. Um ministro fabricante de cobertores que se coloca contra as posições do Governo ao qual serviu. Isso é consciência da necessidade de mudança, partindo de um setor da economia que precisa de um mercado, precisa que os trabalhadores ganhem mais, aliado a um outro setor da economia, que é o da indústria pesada, que precisa que o Governo ganhe mais porque o Governo é o seu único mercado. É o caso do Villares, do Bardella e de outros. E que se aliam a um setor que sempre se manifestou contrário ao regime de exceção, que é o setor da intelectualidade e dos profissionais liberais e que vão engrossar as camadas que são prejudicadas pelo Governo desde 64. Essa soma de fatores não pode deixar de influir dentro das Forças Armadas. Esse me parece ser o panorama do momento. Há uma aliança generalizada muito ampla, por motivos muito diversos, no sentido de se tentar outro caminho.

Coojornal — E quanto ao debate atual sobre a formação de partidos?

Márcio — Tenho a impressão que sem haver liberdade de expressão e de organização partidária o debate fica muito no nível acadêmico. O velho deputado Brito Velho quando ouvia uma discussão bizantina saía-se com um provérbio, quem sabe impublicável lá no Rio Grande do Sul, que dizia: "Vamos embora, não vamos ouvir essa gente que estão enfiando peido em cordão".

Coojornal — E sobre anistia? O Governo diz que só não podem voltar ao Brasil 128 pessoas banidas...

Márcio — Não existe no direito brasileiro a figura do banimento. Isso era do tempo em que o Brasil era colônia e se baniam os inconfidentes para a costa da África. Acho que essas 128 pessoas têm tanto direito de voltar quanto quaisquer outras. Além do mais. interessa saber como voltar. Voltar para quê? Se é para ficar calado, para ser reduzido à situação de criado-mudo, não vale a pena. Se é para voltar e se reintegrar na vida cívica e política do País, com garantias de que isso é possível de ser feito em liberdade, aí é outra coisa.

Coojornal — Como é que você vive no exterior, a sua experiência de exílio?

Márcio — Eu saí do Brasil e fui para o Chile, com a intenção de ali esperar minha mulher e irmos em seguida para a França, onde eu tinha oferta de trabalho e de estudo. Chegando ao Chile, aconteceu comigo o que acontece a todo brasileiro que sai para a América espanhola. Descobri que existia um mundo muito parecido com o nosso, com os mesmos problemas e submetido às mesmas pressões. Resolvi ficar um tempo, para conhecer a América Latina. Uns quatro meses depois fui convidado para um seminário na Finlândia e na volta fui parando pela Venezuela, Colômbia, Equador. Depois estive na Argentina, Bolívia, fiz conferências numas 40 universidades dos Estados Unidos, mais de 100 conferências.

Coojornal — Sobre o Brasil, sobre política ou economia?

Márcio — Aspectos gerais, inclusive política, economia, a minha própria experiência. É adotado como livro-texto nos cursos sobre Brasil em muitas universidades americanas. Chama-se, em inglês, *Um Grão de Mostarda,* e na versão portuguesa *O Despertar da Revolução Brasileira*. Está traduzido em nove idiomas. O livro foi escrito em 71, portanto focaliza até 71. É o período que eu vivi de experiência política. Se eu não tivesse sido obrigado a sair, teria continuado um deputado com inúmeras tarefas conjunturais ou então um jornalista com a preparação dos de minha geração, que era muito mais precária que a de hoje. Saindo, eu aprendi América Latina, fiz um doutorado em Ciências Políticas na Fundação de Ciências Políticas de Paris, tornei-me professor universitário, tive que ler e aprender muito. Agora tudo isso que eu aprendi já é tempo de poder devolver ao meu País e aos brasileiros em vez de estar aqui a ensinar portugueses. Sou professor há quase quatro anos do Instituto Superior de Economia de Lisboa, que é uma escola que passou por uma transformação muito grande e começa a se transformar realmente num centro de pensamento moderno, no sentido de que é um centro de análise crítica da sociedade portuguesa e da sociedade mundial.

Coojornal — Você não quis entrar na Frente Ampla porque você a considerava um movimento de elite?

Márcio — A Frente Ampla destinava-se a unir o que não é uniticável, ou seja, o principal representante da ala mais reacionária da elite brasileira, Carlos Lacerda, com o principal representante da ala mais liberal da elite brasileira, João Goulart. E isso sem ter claramente nem um programa de ação, nem um programa político. Era uma espécie de acordo entre o rei da Inglaterra e o rei da França durante a Guerra dos 100 Anos. Faltava-lhe aquele elemento que poderia fazer frutificar os acordos entre reis, o elemento da participação popular. Naquele tempo eu era muito ligado ao que começa a ser um embrião de uma Nova Igreja Católica no Brasil e que hoje se exprime, por exemplo, nas comunidades eclesiásticas de base. E já tínhamos então uma preocupação muito grande de não impor ao povo nada que pudesse enganá-lo.

Coojornal — Além da falta de participação popular, qual outra razão para o fracasso da Frente Ampla?

Márcio — A polícia, é evidente. A Frente Ampla foi terminada por decreto. Considerava-se a Frente Ampla equivalente ao tráfico de cocaína, à sociedade de celerados ou qualquer coisa desse gênero.

Coojornal — Você considera 68 mais importante que 64?

Márcio — É difícil dar uma hierarquia de importância nos golpes de estado. Em todo o caso, eu considero que 68 foi o complemento indispensável à execução da política econômica que já havia começado em 64. Sem 64 não se poderia fazer a redução do poder de compra do operariado com a mesma violência com que ela foi feita a partir de 68. E, em conseqüência, sem 68 não teria havido o período cíclico de crescimento, com concentração de riqueza, ao nível em que houve até 73. Logo, sob o ponto de vista da estrutura da economia disforme e multinacional que hoje existe, 68 foi mais importante que 64.

Coojornal — Você vê com alguma esperança o desenvolvimento da atual luta política no Brasil?

Márcio — Muitíssima esperança. Em função exatamente das mudanças que o País sofreu e que a mentalidade da maior parte das pessoas sofreu também. Repare que o que impede até hoje uma transformação constitucional do Brasil é o esclerosamento da liderança. O Brasil é um País muito jovem, liderado por uma gerontocracia, ou seja, por um comitê de velhos. Como os velhos mudam muito menos do que os jovens, eles freiam uma transformação que é inevitável. Por outro lado, a força da juventude acaba se impondo. Quando, eu não sei.

CARTILHA MARXISTA

LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

O caso da doutrinação marxista de crianças de três a seis anos no Paraná continua sendo discutido. Há uma tendência a ridicularizar os órgãos de segurança, que teriam exagerado um pouco no seu zelo, mas um documento que chegou as minhas mãos mostra que a ação policial se justificava. Trata-se de nada mais nada menos do que a cartilha utilizada para a alfabetização das crianças numa das escolinhas estouradas em Curitiba. Eis como é apresentado o nosso alfabeto:

A — De antiimperialismo. O imperialismo é mau. O imperialismo é feio. Quando você encontrar um imperialista, faça pipi no pé dele.
Exercício: Desenhe um imperialista. Faça ele bem cabeludo e com orelhas pontudas. Depois desenhe um antiimperialista. O antiimperialista é bonito. Ele é limpo e alegre. O imperialista é sujo e come meleca. De quem você gosta mais?

B — De Bakunin. Bakunin era um anarquista russo. O anarquismo foi historicamente importante na formação do pensamento insurrecional europeu durante o século dezenove, mas você não deve se preocupar com isto agora. Bakunin não é um bom nome para o seu cachorro? Corre, Bakunin, corre. Como Bakunin gosta de brincar! Bakunin é seu amigo.
Exercício: Desenhe o cachorrinho Bakunin brincando com uma menininha, Rosa Luxemburgo. Bakunin vê a bola de Rosa Luxemburgo. Bakunin corre atrás da bola. Como Bakunin é engraçado!

C — De comunismo. Nos países comunistas todo mundo pode comer bala a qualquer hora, mesmo antes do almoço. E pode ficar vendo televisão até tarde que ninguém manda para a cama. E quem não quiser escovar os dentes de manhã não precisa. Você não gostaria de viver num país assim?
Papai e mamãe, claro, não gostariam, mas eles são reacionários (Veja "R").
Exercício. Desenhe um país comunista. Os pirulitos nascem nas árvores. Tudo é colorido, e tem um circo!

D — De dedo-duro. O dedo-duro é o pior tipo de pessoa que existe. O dedo-duro vai contar em casa que aqui na escolinha a gente pratica o amor livre e o bestialismo e que a professora mostra a sua operação de apêndice. Se você conhece algum dedo-duro entre os coleguinhas, denuncie-o imediatamente.
Exercício: Desenhe um dedo-duro com o dedinho cortado. Sai sangue do seu dedinho e dói muito. Isso é o que acontece com os dedos-duros. Você é um dedo-duro?

E — De Estados Unidos. Lá é a terra dos imperialistas americanos. Eles são horríveis. Muitos de vocês acham que alguns americanos não são tão horríveis, como o Escubidu e o Capitão América. Vocês são pequenas vítimas do colonialismo cultural, odiosa decorrência do imperialismo predatório. E, ainda por cima, trazem Coca-Cola para tomar com a merenda. A professora não gosta disso. A professora vai bater com a régua em vocês. Bate, régua, bate.
Exercício: Tente passar uma semana sem tomar Coca-Cola. Não ficar com as tampinhas para o Tecobol e jogar o líquido fora não adianta. Vocês continuariam dando *Royalties,* ao capital expoliativo, será que não compreendem? Não, Fanta também não. Está bem, dois dias sem Coca-Cola. Desenhe uma régua das bem duras e imagine como se sentirá o seu bumbum.

F — De Fascista. É um animal grande que vem de noite e leva as criancinhas que não recitam o seu trechinho do *Manifesto Comunista* antes de dormir.
Exercício. Você pode imaginar como é um fascista? Desenhe a coisa mais horrorosa que você já viu e depois bote chifres. Assim é um fascista.

G — De Gulag. É para onde a professora manda quem se recusa a usar o realismo socialista nas aulas de pintura, aprender a *Internacional* na aula de música ou ver a cicatriz da sua operação de apêndice na aula prática.
Exercício. Desenhe um Gulag. Não esqueça o arame farpado. Desenhe você no trabalho forçado. Depois faça uma autocrítica e decida melhorar a sua atitude em aula.

H — De Hegel. Guarde este nome. Será importante quando começarmos a estudar modelagem, contas de somar e dialética histórica no próximo semestre.

I — De Internacional. O hino da nossa escolinha. Ele não é lindo?
Exercício. Ensine a *Internacional* em casa e para os seus amiguinhos. Cante na rua. Pode se transformar num sucesso e aparecer numa versão *rock.* Isto não seria divertido?

J — De Juventude Comunista. O que todos vão ser quando crescerem, passando dos infanto-juvenis para os juvenis e daí, quem sabe, para os profissionais. E quando estiverem recebendo o ouro de Moscou para solapar a democracia, crianças, não se esqueçam da sua velha escolinha...
Exercício. Desenhe você mesmo daqui a alguns anos, de frente e de perfil, com as palavras *Perigoso — Conhece dinamite* escritas em baixo.

L — De Lenine. Você nunca se perguntou de quem é o retrato que a diretora tem na sua sala e que ela esconde sempre que chega alguém de fora? É do tio Lenine! Ele não é bonito? Tio Lenine é bom. Tio Lenine gosta muito de crianças. Você não gostaria de passar a mão na careca de tio Lenine?
Exercício. Escreva uma carta para Tio Lenine. Conte o que você fez nas férias para sabotar o mercantilismo, escondendo a pasta de executivo do seu pai e rasgando as suas fichas de pedidos. Tio Lenine vai gostar.

M — De Marx. O bom velhinho. Olhe as suas barbas brancas e as suas bochechas rosadas. Se você for uma boa criança, estudar direitinho e distribuir todos os panfletos que a escolinha lhe dá na sua vizinhança, Marx lhe trará um presente no dia 1º de maio. E pode puxar a sua barba, ela é de verdade.
Exercício. Escreva uma carta para Marx dizendo o que você quer ganhar. Ele porá seus anõezinhos sindicalizados a trabalhar imediatamente.

N — De Neocapitalismo. Se aparecer alguém na frente da escola com esta conversa, falando em consciência do empresariado e compromisso social do capital, corra e chame uma professora. Em hipótese alguma vá atrás dele.

O — De Ovo. Eva vê o ovo do vovô. Eva pede o ovo de vovô. Vovô vende o ovo. No preço do ovo, vovô calcula o trabalho da galinha. Mas vovô fica com todo o dinheiro e paga a galinha com grãos. Eva viu a mais-valia.
Exercício: Desenhe Eva e a galinha correndo atrás de vovô e atirando ovos na sua cabeça. Você não acha que Eva e a galinha têm razão?

P — De Partidão. Assim que todos se alfabetizarem, haverá fichas de inscrição disponíveis. Os melhores alunos receberão a sua ficha com uma estrelinha. Você deve se esforçar para ganhar sua estrelinha!

Q — De Quinta-Coluna. É o nome do grupo de crianças que insiste em vir às aulas com camisetas escritas *University of Iowa, Hang Ten* e outras mensagens do inimigo na frente.
Exercício. Se você faz parte do grupo provocador, desenhe o seu próprio bumbum — não vale colar o do vizinho — e comece a pensar em como ele vai se sentir de baixo de régua.

R — De Reacionários. Mamãe e papai.
Exercício: Desestabilize a economia da sua casa, trocando o sal pelo açúcar e as pílulas da mamãe pelo Valium.

S — De Stalin. Outro tio.

T — De Tribunal do Povo. É uma brincadeira que temos programada para o futuro. Não conte nada em casa.

U — De União Soviética. O paraíso terrestre. Os *milk-shakes* são deste tamanho e não é verdade que na televisão só tem balê. Tem até o Capitão América.
Exercício: Desenhe a União Soviética. Não esqueça o arco-íris e as florzinhas.

V — De Venceremos.
Exercício: Escreva o que você pretende fazer quando chegar ao Poder. Não vale dizer que vai mandar fechar todas as escolas e dar de régua nas professoras!

X — De Xadrez. O esporte que praticamos na escolinha. Não é divertido? Primeiro um jogador mexe uma peça. Depois o outro jogador mexe outra peça. Aí termina o período de educação física.
Exercício: Reúna um grupo para uma pelada de xadrez. Só meio tabuleiro, sete peças para cada lado e o Rei joga sem camisa.

Z — De Zero. O que vai ganhar quem andou tirando folhas do *Das Kapital* encadernado da diretora para fazer aviãozinho!